

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATOGROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALINE PEREIRA DUTTON

**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO NO
PROCESSO EDUCATIVO DE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA EM
COLETIVIDADE**

**Cáceres - MT
2015**

ALINE PEREIRA DUTTON

**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO NO
PROCESSO EDUCATIVO DE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA EM
COLETIVIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

**Cáceres – MT
2015**

© by Aline Pereira Dutton, 2015.

Dutton, Aline Pereira.

Socioeconomia solidária: a resignificação do corpo feminino no processo educativo de produzir e reproduzir a vida em coletividade./Aline Pereira Dutton. Cáceres/MT: UNEMAT, 2015.

141 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

Orientador: Sandro Benedito Sguarezi

1. Socioeconomia solidária. 2. Autogestão – trabalho associado. 3. Corpo feminino – responsabilidade – organização. 4. Processo educativo – vida em coletividade. I. Título.

CDU: 37.018.51(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

ALINE PEREIRA DUTTON

**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO NO
PROCESSO EDUCATIVO DE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA EM
COLETIVIDADE**

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi
(Orientador – PPGEdu/UNEMAT)

Profa. Dra. Sonia Marise Salles Carvalho
(Membro Externo –/UnB)

Profa. Dra. Ilma Ferreira Machado
(Membro – PPGEdu /UNEMAT)

APROVADA EM: 20/02/2015

Ao meu pai Dino Moreira Dutton (in memoriam)
e a minha mãe Maria Cecília Pereira Dutton.
E aos meus amados filhos
Iasmin, Victor Hugo e Cecília,
por compartilharem os melhores sentimentos.

Olhar para o caminho percorrido, e perceber que muitas pessoas protagonizaram histórias na construção dessas entrelinhas, me fez refletir como agradecê-las.

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar
(Caminhos do coração - Gonzaguinha)

Tanta gente esteve ao meu lado, solidarizando, respeitando, incentivando, contribuindo, apoiando, compartilhando, compreendendo e até mesmo me suportando diante inúmeros conflitos, a vocês meus sinceros agradecimentos.

A Deus, pela sua infinita bondade em abençoar e iluminar os meus passos, me guiando pelo caminho da fé.

Ao meu pai Dino Dutton (in memoriam), pelo seu exemplo de vida e seus ensinamentos, paizinho a saudade seguiu junta e em silêncio eu sei que você estava aqui segurando a minha mão.

A Minha amada Mãe Maria Cecília, por sempre estar ao meu lado, pela paciência e apoio, pelo o amor que nos ensinou e nos nutre. Agradeço-lhe imensamente pelo carinho, atenção e cuidados dedicados aos seus netos, com certeza tranquilizaram o meu coração de mãe. Esse sonho se realizou e partilho com a senhora essa alegria.

Aos meus filhos Iasmin, Victor Hugo e Cecília, pela imensidão do nosso amor, vocês continuam sendo o motivo da minha luta. **Mim e Gu**, a vocês eu agradeço especialmente por compreenderem as minhas ausências e os momentos de conflitos levados para a nossa casa, vocês tão pequenos sabiamente souberam conduzir a situação através do sentido que vocês dão a nossa família. Meus amores vocês se lembram das inúmeras vezes que os papéis se inverteram, nos quais vocês me acolheram e enxugaram as minhas lágrimas em seus braços? Aprendi mais ainda o sentido da vida, obrigada. **Cecília minha pequena**, quantas histórias nos seus sete meses de vida já tenho para lhe contar. Você foi um anjinho enviado por Deus no decorrer dessa trajetória para renovar as minhas energias. É minha pequeninha, o caminho não foi fácil e nem tranquilo, e você desde o meu ventre aguentou a cada batimento do seu coraçõzinho inúmeros sentimentos. E quando nasceu, fui eu que senti um novo turbilhão de emoções dentro do peito que me motivaram mais ainda a concretizar essa história. Obrigada picurica.

Aos meus irmãos, Luciana, Simone e Tiago, agradeço-lhes por sempre disponibilizarem um tempinho para me ajudar e me ouvir, obrigada pelos nossos laços afetivos, amo vocês.

As irmãs e comadres que a vida me deu, Tia Paula, Gisele, Cléia e Isabela, obrigada pelas vozes de incentivo, pelas vibrações e pelos abraços que me acalmaram. Ah, também as amo, viu?!

A Dona Ilma e ao Dilin, como dizem que não existem ex-sogros, entrei para família e não quis mais sair, então, agradeço a vocês por me acolherem como filha, me apoiando sempre que preciso. Agradeço também, pelo amor e dedicação aos seus netos, o que inclui a netinha emprestada, Cecília.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi, pela paciência, compromisso e confiança. Muito Obrigada por compartilhar conhecimentos, pela oportunidade de outros olhares os quais continuarei a trilhar e sempre que possível em diálogo com os seus saberes.

Ao Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart, Prof. Dr. João Ivo Puhl e a Profª Beleni Saléte Grando, pela solicitude e solidariedade nos diálogos que muito contribuíram na concretude desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEdu), em especial a **Heloisa S. Gentil, Ilma F. Machado, Irton Milanese e Elizeth G. dos S. Lima,** pelos aprendizados que estarão sempre em minha memória.

A Profª. Drª Ilma F. Machado e Profª. Drª Sonia M. S. Carvalho, que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa, pelas sugestões significativas que contribuíram para o enriquecimento deste estudo.

Aos colegas de turma, pelos momentos vividos, pelo companheirismo e amizade. Ademilde, Erica, Ronélia, Gui, Eulene, Dnairan, Cris, saudades.

Aos amigos professores, Liliane Grassi, Leni Hack, Luciene Neves, Jonathan Stroher, Eliel Regis, pela amizade e carinho, e pela paciência por tantas vezes que ouviram as minhas inquietações sobre a pesquisa.

Ao Núcleo UNITRABALHO/UNEMAT/INCUBEES e ao Centro de Direitos Humanos Dom Máximos Biennés (Profª. Taciane e Prof. Edinho) pela solidariedade com a pesquisa.

Ao Grupo de Mulheres do Empa, Dona Maria Auxiliadora, Dona Raquel, Silvia, Laura, Rosi, Mari e Duce, pelo acolhimento e confiança, pela convivência respeitosa, pelos diálogos, pela enriquecedora vivência que muito acrescentou na minha vida, proporcionando momentos únicos de aprendizado. Obrigada, por me deixarem escrever as linhas desta história que vocês protagonizam no cotidiano ensaio da vida. A vocês minha admiração e carinho.

Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz quem sabe
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
E nada sei
(ALMIR SATER E RENATO TEIXEIRA)

RESUMO

Vivenciamos uma crise global sem precedentes nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Essa crise resulta da capacidade de resiliência do sistema hegemônico em reconfigurar formas de exploração instituídas pelas múltiplas facetas do capitalismo. Desde os fins do século XIX a sociedade hegemônica submete o homem e a natureza às relações sociais e de trabalho de desigualdade social caracterizada pela exploração, opressão e alienação, empobrecendo o modo de produzir e reproduzir a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Com esse modo de produção estruturado na propriedade privada dos meios de produção de bens que estimula o consumismo regido pela égide capitalista em sua materialidade desvaloriza e desrespeita o corpo do trabalhador, fragmentando-o em sua subjetividade. Nessa trama, emergem um conjunto de alternativas e práticas denominadas em seu conjunto de Socioeconomia Solidária. Centrada na organização coletiva, solidária e autogestionária essa iniciativa traz um novo olhar para a geração de trabalho e renda que carrega a possibilidade de ressignificação do corpo. Esse contexto justifica o objetivo desta pesquisa, de compreender a ressignificação do corpo feminino em processo de educação a partir da produção da vida coletiva em uma experiência de organização do trabalho associado através da Socioeconomia Solidária no município de Cáceres-MT. Para a compreensão desse fenômeno, buscamos as bases teóricas em autores como: Karl Marx, Singer, Arruda, Brandão, Soares, Medina, entre outros. A pesquisa se sustentou pela abordagem de pesquisa qualitativa, embasada na técnica da Pesquisa Participante por entender que este método de investigação possibilita o compromisso social do pesquisador com grupo pesquisado e no seu contexto. As protagonistas, sujeitos da pesquisa são as mulheres que compõem o Grupo de Mulheres do Empa, um bairro periférico do município de Cáceres-MT. Os principais instrumentos utilizados foram os estudos bibliográficos, observação participante, questionário socioeconômico, entrevista semiestruturada e Rodas de Conversa. Os resultados preliminares demonstraram que o Grupo de Mulheres do Empa, caracteriza-se como um grupo informal que se encontra em processo de organização para o trabalho associado. Nessa trama de contradições e enfrentamentos contra hegemônicos à subserviência do capital, o corpo feminino em debate por meio do diálogo nas relações e práticas sociais cotidianas, acredita que a Socioeconomia Solidária é uma alternativa para que as mulheres através da autogestão e do trabalho associado possam garantir o próprio trabalho e gerar a própria renda, em uma via que as permitam, no seu contexto, gestar a harmonia da vida. Observamos que essas mulheres trazem consigo na subjetividade do corpo feminino a concepção ontológica da mulher responsável pela organização da casa, dos afazeres domésticos, da dedicação aos filhos e ao esposo e também ao trabalho. Evidenciamos que o Grupo de Mulheres do Empa apresenta relações sociais dialógicas permeadas por princípios solidários e coletivos no modo de produzir a vida. Percebemos que esse corpo feminino em processo de educação, encontra-se mais autônomo e participativo, numa dinâmica de ressignificação em busca de emancipação social. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer. Essa ressignificação do corpo passa por construir contra hegemonia e desconstruir valores hegemônicos internalizados, e nesse processo a Educação Popular é fundamental para a ressignificação do corpo feminino, para que se fortaleça e se materialize a perspectiva da Socioeconomia Solidária embasada no trabalho associado pelo viés da autogestão.

Palavras-chave: Socioeconomia Solidária, Processo Educativo, Corpo Feminino, Autogestão.

ABSTRACT

We are experiencing some unprecedented global crisis on economic, social, political, cultural and ethical dimensions. These crisis results from the resilience of the hegemonic system configure forms of exploitation imposed by the multiple facets of capitalism. Since the late nineteenth century, the hegemonic society submits the man and the nature of social relations and social inequality of labor characterized by exploitation, oppression and alienation, impoverishing the way to produce and reproduce the workers lives. With structured methods on private ownership of the means of goods, production that encourages consumerism governed by capitalist auspices in its materiality devalues and disrespects the worker's body, breaking it in their subjectivity. This plot, emerge a set of so-called alternatives and practices in their set of Socio Economic Solidarity. Focused on collective solidarity and self-managed organization that initiative brings a new look to the generation of employment and income that carries the possibility of reframing of the body. This context explains the purpose of this study, to understand the process of education in the female body reframing from the production of collective life in a work organization experience associated in Socio Economic Solidarity in the city of Cáceres-MT. To understand this phenomenon, we seek the theoretical bases on authors such as Karl Marx, Singer, Arruda, Brandão, Soares, Medina, among others. The research was supported by qualitative research approach, based on the Participant search technique understanding that this research method enables the social commitment of the researcher to research group and in context. The protagonists, the research subjects are women who make up the Women's Group Empa, an outlying neighborhood of the city of Cáceres-MT. The main instruments used were the bibliographical studies, participant observation, socioeconomic questionnaire, semi-structured interviews and Culture Circles. Preliminary results have shown that women Empa group is characterized as an informal group that is in the process of organization for the associated job. In this web of contradictions and confrontations against the hegemonic capital of subservience, the female body in debate through dialogue in relationships and daily social practices, believes the Socio Economic Solidarity is an alternative for women through self-management and associated work to ensure their work and generate their own income in a way the permit, in context, gestate the harmony of life. We observed that these women bring with them the subjectivity of the female body the ontological conception of woman responsible for organizing the home, domestic chores, dedication to the children and the husband and also to work. We show that the Women's Group Empa has dialogical social relationships permeated by solidarity and collective principles in order to produce life. We realize that this female body in education process, is more autonomous and participatory, a dynamic redefinition of looking for social emancipation. But there is a long way to go. This reframing of the body is to build against hegemony and deconstruct hegemonic values internalized, and in the process the Popular Education is fundamental to the redefinition of the female body, in order to strengthen and materialize the perspective of Socioeconomic Solidarity grounded in work associated to the self-management.

Keywords: Socio-Economic Partnership, Educational Process, Female Body, Self-management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

CAGED - Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDHDMB – Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAES - Conferência Nacional da Economia Solidária

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos

EMPACE –Projeto Participação e Controle Social na Efetivação das Políticas Públicas no Município de Cáceres-MT.

EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A

EMPA – Denominação dada ao bairro pela comunidade local. Inspirado no nome da EMPAER

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

INCUBEES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis

ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PPGEdu- Programa de Mestrado em Educação

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figuras:

Figura I – Grupo de Mulheres do Empa -----	82
Figura II– Sujeitos da Pesquisa: AutorretratoGrupo de Mulheres do Empa-----	85
Figura III – Idade das Mulheres -----	89
Figura IV – Caracterização da escolaridade das mulheres -----	92
Figura V – Continuidade da Formação Escolar -----	92
Figura VI – Filhos-----	94
Figura VII – Trabalho -----	96
Figura VIII – Retrato do corpo feminino em diálogo-----	98
Figura IX – Renda Familiar Mensal-----	100
Figura X – Participação em Formações Técnicas -----	108
Figura XI - Avaliação da participação do grupo de mulheres do Empa no IV ENCAESES--	117

Quadros:

Quadro I - Motivo que levou a evasão das mulheres do grupo-----	104
Quadro II - Concepção de Socioeconomia Solidária -----	111
Quadro III - Principais enfrentamentosdo grupo de mulheres para trabalhar na perspectiva da Socioeconomia Solidária -----	114
Quadro IV - Avaliação da experiência no trabalho associado-----	118
Quadro V - Percepções do Trabalho Coletivo para a mulher-----	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
TRAJETÓRIA DA PESQUISA: ENTRE AS INQUIETAÇÕES E INCITAÇÕES.....	22
1.1 Inspirações e Aspirações	22
1.2 Faces e Vozes: Sujeitos da Pesquisa.....	27
1.3 Espaço empírico: Empa uma história de luta política e social	31
1.4 Construção Metodológica: Caminho trilhado.....	35
1.5 Técnicas e Instrumentos para coleta de dados.....	38
CAPÍTULO II	
AS TRAMAS DO CORPO COMO MEIO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO.....	42
2.1 O Corpo Social: Breve Contextualização Histórica	42
2.2 A materialidade do corpo na sociedade do capital	47
2.3 A subjetividade do Corpo Feminino no Trabalho	56
CAPÍTULO III	
SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO	64
3.1 Socioeconomia Solidária: Alternativa para produção e reprodução da vida.....	64
3.2 Educar para Socioeconomia Solidária: Possibilidades para emancipação do corpo	72
3.3 Autogestão e Corpo Feminino: a força da mulher no processo educativo para e pelo trabalho associado.....	77
CAPÍTULO IV	
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	82
4.1 Biografia do grupo de mulheres do Empa	82
4.2 Perfil Socioeconômico e o eco das vozes do Grupo de Mulheres do Empa	89
4.3 Vivências do Grupo de Mulheres do Empa em processo educativo de organização das práticas sociais do trabalho associado na Socioeconomia Solidária	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE I - Imagens Grupo de Mulheres do Empa	133
APÊNDICE II - Termo de Validação do Grupo de Mulheres do Empa.....	136
APÊNDICE III - Roteiro de Entrevista	138
APÊNDICE IV - Questionário Perfil Socioeconomico	139
APÊNDICE V - Roteiro Temático.....	141

INTRODUÇÃO

É importante perceber que a realidade social é transformável; que é feita pelos homens e pelas mulheres, pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. (FREIRE, 2001).

Esta pesquisa é fruto de inquietações, conflitos e excitações que acompanharam as reflexões durante os estudos realizados no Programa do Mestrado. Quando submeti a primeira versão do projeto para concorrer uma vaga no processo seletivo e ingressar na turma 2013, o propósito era seguir no meu foco de investigação iniciado na graduação, ligado às práticas corporais indígenas na educação intercultural, direcionando o meu olhar mais especificamente aos povos chiquitanos.

Parafraseando Freire (1976) somos seres humanos e, por isso, nos caracterizamos como seres inacabados, que vivemos em constante aprendizado, e que estes são possíveis pelas relações e diálogos com o outro mediatizados pelo mundo. Neste universo de pesquisa, educação e estudo do Programa de Educação na linha de pesquisa educação e diversidade, tive o privilégio de mergulhar em novos saberes, agregando conhecimentos que consubstanciaram a excitação para outros questionamentos.

As leituras das disciplinas cursadas permitiram, nos diálogos realizados com os docentes e colegas, refletir sobre o curso do projeto. Em cada crédito realizado surgiram reflexões, que paulatinamente me inspiraram e motivaram imergir em outros universos que envolvem a Educação. Esse trajeto histórico permeado por espinhos e flores, me conduziu para outros caminhos. Nesse processo, me aproximei das discussões sobre a socioeconomia solidária, embora já soubesse de sua existência e formas de manifestação em Cáceres e em Mato Grosso.

A Economia Solidária é um projeto Societal, um movimento contra hegemônico e que se liga a Socioeconomia Solidária por princípios. Para Zart (2012, p. 31) sustentado por Arruda (2003; 2006), a Socioeconomia Solidária é compreendida, “[...] como um processo complexo de ampliação e aprofundamento da cultura de cooperação originária da convivialidade social”.

Na sociedade solidária é possível ressignificar o corpo, na sociedade capitalista isso é inconcebível dada as suas contradições. É por isso que preferimos utilizar o termo Socioeconomia Solidária e reafirmar esse conceito, porque na sociedade solidária, ao contrário da sociedade capitalista, a sociedade não está apartada da economia, nem a economia está apartada

da sociedade. A sociedade solidária religa o que o capitalismo fragmenta. Enquanto, o capitalismo em suas contradições configura uma sociedade hegemônica regida pelo poder do capital, com princípios individualistas, competitivos, opressores na exploração do homem pelo homem e na devastação ambiental pela centralização de riqueza, “a sócio-economia solidária, promove as relações de co-responsabilidade, de partilha, e proporciona o direito a todos os envolvidos nas relações de trabalho a não só fazerem parte do processo produtivo como ter parte e ser parte desse processo”(ZART, 2005, p. 40). São nessas relações e práticas sociais e de trabalho inclusivas que são desenvolvidas possibilidades para a formação integral da pessoa, contribuindo para o processo de educação na ressignificação do corpo em supressão pelo capital.

De acordo com Zart (2005), a Socioeconomia Solidária é um conjunto de práticas sociais para a construção da educação e da Socioeconomia Solidária,

É importante ter a clareza de que a sócio-economia solidária tem crescido no Brasil como reflexo da organização dos movimentos sociais na construção de alternativas que viabilizem políticas públicas para a inclusão social e, mais profundamente, para a transformação das estruturas e das relações sociais geradoras da marginalização humana e da degradação ambiental. Não obstante, essas iniciativas são acompanhadas nos três últimos anos por proposições governamentais que estão operacionalizando ações, créditos e tecnologias para a sua viabilização. Ligadas às proposições e às práticas sociais no campo da sócio-economia solidária, ocorrem processos sociais de educação que têm como perspectiva a gestação de uma consciência crítica e propositiva que possa ser capaz de promover a superação das exclusões cognitivas. Há, nessa direção uma clara definição para o desenvolvimento de processos educacionais que tenham como pressupostos éticos e cognitivos a solidariedade, a cooperação, a inclusão social, a humanização e, por fim, a valorização da vida (ZART, 2006, p 7).

Falar sobre o corpo feminino numa sociedade tão contraditória quanto a sociedade capitalista, não é tarefa fácil é preciso navegar na subjetividade das pessoas para buscar compreender dialeticamente os fenômenos que os circundam. Essa realidade difícil de ser compreendida é uma realidade que pode ser transformada a partir da sua dimensão humana e histórica.

O corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que criam sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (GOELLNER, 2003, p. 28).

Com base no referido autor, percebemos que o corpo é a nossa principal fonte de ligação com o mundo, por meio dele podemos nos relacionar e dialogar com o outro e com o meio em que vivemos, e através dele expressamos as mais diversas emoções, sentimentos e saberes constituídos ao longo da nossa formação social, histórica e cultural, bem como somos identificados e diferenciados dentro da sociedade pelos símbolos e signos sociais presentes em toda a corporalidade.

Ao relacionarmos a questão do corpo ao trabalho, numa visão histórico-dialética, necessariamente temos de recorrer a Karl Marx (1996), que foi um dos primeiros a discutir as maneiras como a organização e a divisão do trabalho acometem e apropriam o corpo na sociedade. Segundo o autor, a partir das relações sociais de trabalho, indiretamente, podemos identificar o nosso corpo, o autor menciona o valor do corpo humano, que não basta produzir para sobreviver, é preciso se libertar socialmente, se libertar do trabalho alienado, dominador e opressor.

Deste modo, Medina (2005, p. 60) citando Marx afirma que “enfim é preciso libertar a sociedade. É preciso libertá-la através do corpo concreto e histórico dos homens”. Se libertar deste sistema perverso, pois além da exploração e dominação do corpo do “trabalhador”, que precisa cumprir uma jornada longa de trabalho com movimentos corporais de repetições que levam em diversos momentos à exaustão, em muitas situações ainda não pode usufruir das suas próprias produções.

Com base em Marx e nas contribuições de Medina, podemos afirmar que na sociedade oprimida pela lógica capitalista, os trabalhadores e trabalhadoras resistentes ao capital “gritam” por mudanças, transformações que só poderão ocorrer a partir das práticas sociais coletivas nas configurações da Socioeconomia Solidária, e conforme Medina (2005, p. 61), “O corpo precisa “estar lá”. Não há história feita só de abstrações. Não há história sem corpo”.

Nesse cenário de luta por transformações sociais, temos o corpo feminino¹. No campo da Socioeconomia Solidária encontramos referência à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas também encontramos referência especial às trabalhadoras. Trabalhos de Singer (2003; 2002), Culti (2004), Lina Coelho na economia feminista referenciada por Cattani (2003) pontuam o

¹ Nosso estudo não apresenta como objeto direto de pesquisa a discussão sobre gênero, no entanto, compreendemos o feminino como um processo de construção sócio histórica. Portanto, elucidamos o corpo feminino neste estudo a partir do comportamento na realidade social.

protagonismo das mulheres na luta pela sociedade solidária. Autores como Soares (2007) e Medina (2005), trabalham na perspectiva do corpo feminino, de ser mulher na sociedade capitalista e que estas mulheres desde muito cedo, são ensinadas a servir, tanto os interesses políticos e econômicos, como os sociais.

O processo sócio histórico mostra que os trabalhadores e as trabalhadoras, ou seja, o conjunto dos trabalhadores sofreu e sofre literalmente na pele, no corpo as marcas da exploração do capital sobre o trabalho.

Mas essa realidade se agrava quando se é mulher. A mulher sofreu, e sofre muitas imposições de padrões comportamentais que sempre a discriminaram e a referenciaram como inferior à condição masculina, e que até os dias atuais, encontra-se rotulada e apropriada a serviço do capital, essa mulher não é apenas um corpo objeto, fruto de desejo e fetiche, mercadoria de si mesma e do outro. Esse corpo é sentido, símbolos e significados que precisam ser considerados em sua totalidade; esse corpo é ser: mulher, provido de sexualidade e prazer; ser mãe, suprido pelas responsabilidades e cuidados maternos; ser operária, mão de obra, força de trabalho; ser humano, com saberes construídos sociocultural e historicamente através das relações sociais estabelecidas e que não suporta mais o peso de ser multifacetado.

Neste entremeio, assim como muitas dessas mulheres, identifico-me e me concebo como corpo feminino: mulher, trabalhadora, mãe e provedora/pilar do lar; visto que preciso articular o mundo da casa e da família ao da luta por emancipação social. Com base nessas reflexões e considerações, foi se constituindo e delineando o interesse da pesquisa, despertando-me a excitação em compreender esse universo, permeado por um contexto de lutas sociais e políticas, de práticas educativas de ação libertadora e emancipadora que envolve o corpo feminino no processo de construir, desconstruir e reconstruir novas relações sociais e de trabalho, outros olhares e concepções de vida e de mundo, lutas, sonhos, emoções e saberes.

Nesse espaço, o corpo feminino referenciado, apresenta como protagonistas o grupo de mulheres trabalhadoras da comunidade do Empa em Cáceres, Mato Grosso, seres humanos enfadados pela dominação imposta pelo capitalismo que se encontra em situações limites, no qual por muito tempo tiveram suas vozes silenciadas e hoje clamam por transformações, e nesse processo educativo veem na Socioeconomia Solidária novas possibilidades para produzir e reproduzir a vida coletivamente.

Ao relacionarmos a construção e significação do corpo feminino na Socioeconomia Solidária, precisamos compreender a magnitude que envolve o corpo, que de acordo com Soares (2006), é educado primeiramente pela realidade que o circunda, pelas coisas presentes no cotidiano, e, sobretudo, pelos diálogos e relações estabelecidas nesse contexto, desenhando a imagem da sociedade no qual esta inserida.

Com base nesse contexto e na busca de trabalhar o corpo feminino num empreendimento de Socioeconomia Solidária é que defini minha pergunta de partida. O problema que me instigou a iniciar esta pesquisa foi: Quais são as situações limites e as possibilidades da resignificação do corpo na Socioeconomia Solidária em um grupo de trabalhadoras no município de Cáceres-MT?

Mediante este problema, surgiram várias inquietações: Quem é essa mulher? Quem é essa trabalhadora? Existe entre essas mulheres a presença ou ausência de práticas coletivas e autogestionária? Quais são os significados atribuídos por essa mulher às relações sociais e às práticas coletivas expressas em seu corpo? Quais são as contradições enfrentadas por essas mulheres que vivem numa sociedade capitalista, mas que buscam reproduzir a vida nas práticas da Socioeconomia Solidária? Como ocorre o processo educativo da resignificação do corpo na formação dessa nova economia?

Na busca de responder a essas inquietações e a pergunta de partida, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender a resignificação do corpo feminino em processo de educação a partir da produção da vida coletiva em uma experiência de organização do trabalho associado pela Socioeconomia Solidária no município de Cáceres-MT.

Para chegar ao objetivo geral definimos os seguintes objetivos específicos: Analisar no processo educativo a existência ou ausência de práticas coletivas autogestionárias entre as mulheres; Identificar as contradições enfrentadas por essas mulheres que vivem numa sociedade capitalista, mas que buscam reproduzir a vida nas práticas da Socioeconomia Solidária. Identificar a concepção de corpo das mulheres, sujeitos da pesquisa, no processo de produção e reprodução da vida no contexto da Socioeconomia Solidária.

Esse processo que envolve a Socioeconomia Solidária, embasada nos princípios da autogestão, é uma maneira de gestão democrática e participativa. É um fazer de autonomia coletiva que favorece a construção de uma educação libertadora, conforme ressaltam Schütz e Gaiger (2006, p.57) “O protagonismo dos sujeitos dota as práticas de significado e esses significados geram vivências comprometidas com relações de solidariedade, estabelecendo um

espaço comum de diálogo e aprendizado. Nesse processo, os educandos tornam-se sujeitos de sua educação”.

Uma dinâmica cultural de educação contrária aos padrões da heterogestão capitalista, “[...] um movimento de construção pelo qual o trabalho e as relações entre as pessoas buscam resgatar o dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e convivem” (SGUAREZI et. al., 2009, p. 69), num processo autogestionário em que o trabalho assalariado do capitalismo é substituído pelo trabalho associado, que comporta um novo olhar, de mudança social que se contrapõe ao capital.

Do ponto de vista endógeno, a prática do trabalho associado desdobra-se em várias instâncias, dentre as quais se destacam: a política equitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do empreendimento (DAL RI, 2010, p.12).

Esses princípios basilares da Socioeconomia Solidária estão vinculados a um processo de educação que transpõe os muros de uma educação escolar, trata-se de uma pedagogia gerida pela Educação Popular, fundamentada em Paulo Freire, uma concepção de educação, uma Educação Popular que engloba o sujeito enquanto um corpo vivido, em sua totalidade, que o considera ator social participante, numa perspectiva dialógica.

Para Brandão, a Educação Popular compreende “outros cenários, outras situações, outras comunidades e outras categorias de sujeitos aprendentes” (BRANDÃO, 1980). Esta pesquisa procurou compartilhar, interagir e refletir dialogicamente com o grupo de mulheres sobre os fenômenos que circundam a realidade em que estão inseridas, agregando outros saberes,

O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 44).

A dialogicidade tornou-se necessária para edificar as relações horizontais construídas ao longo da pesquisa, pois por meio dela, juntos, pensamos sobre o mundo, problematizamos as situações limites e as possibilidades para que esse grupo de mulheres desenvolva práticas sociais e coletivas de trabalho solidário em uma perspectiva de emancipação humana e social.

A minha intenção de trabalho foi compreender o processo de educação na construção do corpo feminino a partir da produção da vida coletiva na experiência da organização do trabalho

associado na Socioeconomia Solidária. Considerando que esse corpo foi durante muito tempo, e continua, a ser explorado, educado e submetido a cumprir regras sociais, políticas e econômicas, que o reprimiu e o levou a desapropriar da sua cultura, dos seus símbolos e saberes, e que hoje se encontra em processo de transformação de práticas sociais, visando uma perspectiva de produção e reprodução a vida em coletividade.

A pesquisa se embasou por uma abordagem pedagógica crítica, por entender que as relações sociais e de trabalho ocorrem por meio da dialogicidade na concretude do movimento da realidade social, no qual o sujeito é capaz de compreender, intervir e transformar o meio em que vive e convive. Marx (1996) salienta que o trabalho é um elemento essencial na constituição ontológica do homem social, o elemento que o referencia na sociedade.

Dentro da abordagem da pesquisa qualitativa, optamos pela Pesquisa Participante, por esta considerar a natureza e na qual está contida a sociedade como um todo, constituída pelos homens e mulheres pelas relações sociais que dialogam com a natureza numa relação dialética, Brandão ressalta (1991), que a Pesquisa Participante deve ser ostensivamente pensada como um movimento permeado por dinâmicas culturais, sociais e históricas, em um processo gerido pela ação solidária da comunidade na construção do conhecimento social, pois esta é múltipla em saberes, contemplada pela diversidade. As vozes das protagonistas da pesquisa acompanhadas das observações participantes realizadas com o diário de campo estão nas entrelinhas desse trabalho que me confere autoria, mas que pela forma como foi construído me permite partilhar a co-autoria com as mulheres da comunidade do Empa que participaram da pesquisa na qualidade de sujeitos e protagonistas, dando pistas, indicando caminhos e, assim, possibilitando dialeticamente aprender e ensinar e, ao ensinar, também aprender.

A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, os temas abordados incidem em reflexões sobre as contradições das ciências humanas e sociais, a concepção de corpo, a educação e a Socioeconomia Solidária, contextualizando a ressignificação do corpo feminino em processo educativo da organização do trabalho associado.

No primeiro capítulo abordamos toda a trajetória percorrida. Elucidamos as inspirações e aspirações que incitaram na inquietação do problema da pesquisa, no qual realizamos um breve diálogo entre as contradições do sistema hegemônico, corpo feminino e socioeconomia solidária para justificar a relevância deste estudo. Apresentamos o espaço empírico da pesquisa,

contextualizando a luta dos trabalhadores e trabalhadoras moradores do bairro. Tecemos sobre os sujeitos da pesquisa, e a perspectiva metodológica utilizada para contemplar a pesquisa.

No segundo capítulo discorremos sobre as tramas do corpo como meio de produção e reprodução das relações sociais e de trabalho. Apresentamos a contextualização do corpo social, a concepção da materialidade do corpo na sociedade capitalista e um breve histórico da subjetividade do corpo feminino no trabalho. Descrevemos como as relações sociais e de trabalho estabelecidas nessa lógica promovem a exploração, opressão e alienação da classe operária, e as diversas contradições instituídas pela sociedade na trajetória da mulher, os seus sentidos, lugar e espaço no universo do trabalho, para compreendermos a ressignificação do corpo feminino em processo educativo através da Socioeconomia Solidária.

No terceiro capítulo, estão evidenciados os princípios da Socioeconomia Solidária, as lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores, visando à emancipação social do corpo, a força da mulher no processo educativo para e pelo trabalho associado, os empreendimentos econômicos solidários (EES) e sua relação com a educação popular, bem como os limites e as possibilidades do corpo feminino nas iniciativas de autogestão, procurando por fim, analisar e compreender a ressignificação do corpo feminino no processo educativo de produzir e reproduzir a vida em coletividade.

No quarto capítulo, apresentamos a análise e os resultados do estudo à luz da teoria. Analisamos e discutimos os diversos dados obtidos em campo, por meio de vários instrumentos e técnicas de investigação empregadas.

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIA DA PESQUISA: ENTRE AS INQUIETAÇÕES E INCITAÇÕES

[...] Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996).

1.1 Inspirações e Aspirações

Vivemos e convivemos em um país contemplado por uma rica diversidade étnica, sociocultural e ambiental envolvente por suas características peculiares e fascinantes que deslumbram os nossos olhares, um cenário enriquecido por diversos saberes, nos quais os sujeitos se diferem entre si pelos seus valores, identidades, signos, memórias, símbolos, educação, organização sociocultural e econômica, compreendidas e expressas no corpo e por ele.

No entanto, percebemos que as relações e práticas sociais e de trabalho se encontram permeadas por uma profunda e complexa crise global. Essa crise é consequência das diversas transformações provenientes da sociedade capitalista que desde o final do século XIX vem empobrecendo o modo de produzir e reproduzir a vida, de um número expressivo de sujeitos que compõem esse pluralismo étnico constituído de saberes empíricos admiráveis, porém tão pouco valorizados pela lógica imposta no meio de produção de bens e consumos regidos pelo capital. Para Singer (2004, p.03) “o desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo [...]”.

Nessa conjuntura, instituída pelo capitalismo neoliberal integrado pela economia globalizada, cujos interesses políticos e sociais são determinados pelo acúmulo e centralização de riquezas, os sujeitos menos favorecidos são os trabalhadores.

A infraestrutura econômica social dita regras, condiciona e limita as possibilidades do corpo do trabalhador e da trabalhadora e esse corpo se torna oprimido e alienado. Quando esses sujeitos enfrentam a constante instabilidade no mercado de trabalho, seus corpos são tomados por precariedade, pela exploração, pelo desemprego, pela negação humana. Isso leva a disciplinarização desse corpo e a exclusão social. Esse sistema gerador de riquezas e produção

em grande escala, se apropria do trabalho humano na exploração perversa e autoritária das suas capacidades produtivas visando atender às necessidades de acúmulo de capital.

A lógica do sistema capitalista promove uma dissociabilidade entre os que detêm o poder capitalista, configurando a luta de classes², na qual uma minoria domina a maioria da massa de trabalhadores, operantes dos meios de produção, porém que não desfrutam dessa produção, e são, portanto excluídos não somente do mercado financeiro, mas também suprimidos da sociedade em todas as esferas: educacional, política, social, cultural e ambiental, nas quais são desconsiderados dos seus saberes e tem suas vozes silenciadas e o corpo alienado, desapropriado de reflexões críticas e participativas vai vivendo, ou vegetando, em condições de pobreza, de miserabilidade em prol do sistema capitalista. Nesse contexto, os trabalhadores enfrentam qualquer situação para sobreviver. Submetem-se às precárias relações de trabalho, ao trabalho informal³, prostituição, ao crime organizado. Essas condições subhumanas de sobrevivência levam a problemas de: mais violência; uso de drogas, alcoolismo e outros que desaguardam na sociedade moderna. Porém, desde o início dos processos de exploração dos trabalhadores, também surgem as iniciativas de luta e de resistência desses sujeitos, é o caso da autogestão. No Brasil, mesmo antes da aprovação da Constituição Federal de 1988 e a no processo de redemocratização do Brasil vários movimentos sociais passam a organizar essa resistência⁴.

Os signos sociais do capitalismo são nitidamente visíveis na corporalidade humana. Na sociedade capitalista os trabalhadores enfrentam em seu cotidiano as contradições e as

² Segundo Paul Singer (2004, p.10) O modo de produção capitalista divide a sociedade, em que predomina, em duas classes (além de outras) antagônicas: os proprietários do capital e os seus empregados. São os primeiros que mandam em suas empresas e, por isso, conduzem o desenvolvimento de acordo com os seus interesses. As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica. Como essas decisões afetam os trabalhadores, as outras empresas e os consumidores das mercadorias não são levados em consideração [...].

³ Atividades produtivas sem garantias financeiras à margem da legislação trabalhista em vigor, geralmente caracterizado por condições precárias de trabalho.

⁴ Ver o caso dos Catadores de Materiais Recicláveis que atuam dentro dos lixões, ver site: <http://www.mnrc.org.br>; Ver o caso da luta social dos Sem Terra nos acampamentos e nos Assentamentos de Reforma Agrária sem infraestrutura adequada (faltam estradas, escolas quando existem não atendem as demandas do campo, energia quando chega é precária, falta assistência técnica, entre outros), organizada por movimentos como: a Via Campesina Internacional ver site: <http://viacampesina.org/en/>; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ver site: <http://www.mst.org.br>; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ver site: <http://www.mpabrasil.org.br/>; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ver site: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>; Ver o caso dos Sem Teto representado por movimentos sociais como: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ver site: <http://www.mtst.org/>; Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), ver site: <https://pelamoradia.wordpress.com/tag/mnlm/> Igualmente o caso de luta dos Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), site: <http://www.mabnacional.org.br>.

dificuldades de viver na hegemonia de caráter neoliberal, que se caracteriza pelo forte compromisso com a acumulação de riqueza e centralização de bens materiais baseados na exploração desses sujeitos. Soares (2006, p. 109) ressalta, que o corpo “[...] é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence. Sua materialidade concentra e expõe códigos, práticas, instrumentos, repressões e liberdades”.

Medina (2005) corroborando com Soares, afirma que a produção do corpo brasileiro ocorre mediante as contradições estabelecidas pelas relações do trabalho e do capital em suas circunstâncias históricas. Percebemos que para ressignificar o corpo torna-se necessário entendê-lo a partir do conflito e das contradições estabelecidas na dialética das relações sociais e de trabalho.

A lógica neoliberal representa o cenário de opressão e exploração predominante da economia capitalista, muitos trabalhadores ousam enfrentar essa realidade e juntos buscam construir outros horizontes, que os permitam construir diferentes possibilidades de produzir e reproduzir a vida. Os quais procuram sentidos e significados para se organizarem socioeconomicamente, com intuito de gerar trabalho e renda, numa concepção contraposta ao dogmatismo do capital. Emerge a esperança de se edificar e dar novo significado às relações sociais e de trabalho em práticas contra hegemônicas.

Nesse universo, na luta contra esse paradigma de poder hegemônico, organizam-se para a resistência os trabalhadores, nesse caso as mulheres, que desde a antiguidade foram educadas para servir ao lar, ao homem, à sociedade e à empresa. Na esfera familiar eram responsabilizadas pelos afazeres domésticos, cuidados maternos, dedicações matrimoniais, servindo ontologicamente o seu corpo para sociedade. Contudo, no atual contexto social e histórico devido às constantes transformações promovidas pela modernidade às mulheres se depararam com a necessidade de mudança, o corpo silenciado e disciplinado pelo pragmatismo do poder vigente político, econômico, social e cultural clama por liberdade, autonomia, respeito e valorização.

Para Freire (1987), a ocorrência de mudanças é gerada pelo fato de sonhar, sonho que precisa ser embalado pela esperança. Sonho e esperança da classe de trabalhadores por um mundo mais justo, igualitário e solidário, sem exploradores e explorados, nos quais a convivência humana seja congregada pelo respeito ao outro e pelo diálogo, geridas por práticas coletivas. Essas indagações trazem à memória o contexto vivido pelas mulheres na contemporaneidade,

quando muitas delas incorporam mais responsabilidades, assumindo também os encargos financeiros da casa, o que tem levado a sua inserção no mercado de trabalho.

Diante do contexto apresentado, deparamos com uma triste realidade na qual a maioria das mulheres trabalhadoras constitui as esferas de apropriação da mão de obra barata, cuja força de trabalho é materializada pelo corpo disciplinado, encontrando diversos desafios e limitações para que possam continuar exercendo suas funções trabalhistas. Segundo Gomes (2005), as limitações que mais implicam para tal situação são: a dupla jornada de trabalho, pois esta é vinculada desde os tempos passados à obrigatoriedade em assumir o trabalho doméstico; os cuidados e a educação dos filhos; a desigualdade salarial e a divisão do trabalho em relação ao homem; a falta de espaço para tomada de decisões, e o baixo investimento dedicado à qualificação profissional.

Com uma dupla jornada de trabalho, e às vezes tripla porque muitas cuidam do lar e dos filhos, trabalham em empresas ou mesmo em espaços coletivos, e num terceiro momento estudam, enfrentam a ausência de políticas públicas voltadas para atender suas demandas. Nesse universo o corpo feminino fica numa condição de ‘recurso humano’, um meio de produção para atender a demanda do capital. Esse processo gera um corpo alienado, condicionado instrumentalmente para as relações de trabalho e de emprego⁵, sem considerar a totalidade do corpo, fragmentado em sua subjetividade, o que traz a necessidade de buscar saídas, traçar novos objetivos. Surge um novo olhar sobre a mulher e seus afazeres, como uma esperança em contraposição ao sistema que oprime e a exclui, ignorando seus dilemas.

Esse novo olhar é construído por um novo modo de pensar os meios de produção alternativos à lógica capitalista, e pautada pela cooperação, na busca do bem estar e da qualidade de vida à Socioeconomia Solidária. Centrada na organização coletiva, solidária e autogestionária, trata-se de uma iniciativa que surgiu pela luta dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, visando atender as necessidades dos sujeitos socialmente e politicamente excluídos do mercado formal e que não se acomodam diante da exploração capitalista, surge aí uma retomada da autogestão que nasce com o capitalismo na primeira fase industrial na Inglaterra e, na releitura do conceito, se apresenta como Economia Solidária que cria a possibilidade de transformação paradigmática que

⁵ Para compreender melhor a diferença entre trabalho e emprego ver: SQUAREZI, Sandro B; BORGES Juliano L. Emprego e as transformações no mundo do trabalho. **Revista eletrônica de administração e negócios**. ISSN 1517-610X Disponível em: <<http://www.revistaacademica.net/trabalho/27071007.html>>. Acesso em 30 jul. 2010.

procura romper com a hegemonia de acúmulo do capital colocando o trabalho associado como pré-requisito para a emancipação dos trabalhadores.

Emerge, então, uma alternativa alavancada pela cooperação e pelo trabalho coletivo, no qual os indivíduos em sua diversidade procuram formas para superar os obstáculos juntos e vivenciem outras realidades, buscando incentivar a valorização dos saberes empíricos nas relações e práticas sociais educativas com ações democráticas, de maneira que não promova a dissociabilidade entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, na forma de produção (CULTI, 2004). O trabalho na empresa capitalista fragmenta a organização em departamentos, setores, divisões. Esquarteja e fragmenta o processo de produção entre quem pensa e quem executa. Os donos do capital planejam e repassam ordens para quem gerencia e estes gerentes cobram resultados e metas dos trabalhadores. Para os trabalhadores resta obedecer no chão de fábrica e essa fragmentação se reproduz no corpo do trabalhador.

É contra esse estado de despotismo do capital sobre o trabalho que se insurgem os trabalhadores organizados em empreendimentos econômicos solidários (EES). Ou seja, a sociedade solidária ou a Economia Solidária. Para Singer (2004, p.12) “A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual”. Nessa outra economia, as pessoas se tornam autônomas, críticas, protagonistas e participantes no processo de emancipação, e a sociedade mais igualitária.

Sguarezi (2011, p. 17) destaca que,

A economia solidária, com base na autogestão, abarca o conjunto das iniciativas que reúne as possibilidades que emergem nas fendas desse sistema perverso e excludente. Não são alternativas ou atividades socialmente caridosas, paternalistas ou economicamente marginais, são iniciativas emergentes que estão se consolidando na contra mão da visão hegemônica, e ocorrem no sentido de minimizar os impactos negativos da exclusão social e da desigualdade provocadas pela opção de modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

A Socioeconomia Solidária se apresenta como uma alternativa plausível, pois se trata de um trabalho coletivo e solidário, no qual os trabalhadores, e no caso do Empa, as mulheres se tornam protagonistas de todo esse processo educativo, onde por meio dos saberes expressos em sua corporalidade poderão permear relações de trabalho e práticas sociais dialógicas pautadas pela autogestão, visando a definir ações para melhor atender às necessidades do grupo.

Parafraseando Freire (1987) todas as pessoas se sentirão valorizadas, pois apresentarão suas ideias e sugestões, o seu modo de ver e pensar o mundo.

Esses movimentos sociais contra hegemônicos pautados na organização coletiva do trabalho associado precisam ser estudados e compreendidos. O que justifica o objetivo dessa pesquisa, de compreender a ressignificação do corpo feminino em processo de educação a partir da produção da vida coletiva em uma experiência de organização do trabalho associado através da Socioeconomia Solidária no município de Cáceres-MT.

1.2 Faces e Vozes: Sujeitos da Pesquisa

Em Cáceres, há dois grupos de mulheres que desenvolvem suas atividades embasadas pela Socioeconomia Solidária, sendo um na comunidade do Facão e o outro no Bairro Jardim das Oliveiras, popularmente denominado de Empa. Optei por estudar o grupo de mulheres do Empa tendo em vista ter ouvido falar da participação ativa destas na produção coletiva de artesanatos, bem como em diversas ações e movimentos de lutas sociais.

A primeira tentativa de contato com esse grupo de mulheres iniciou em meados do mês de Dezembro/2013, quando me direcionei até a comunidade do Empa, onde pude conversar com a Dona Maria Auxiliadora, uma das lideranças desse grupo.

Realizamos um diálogo inicial, no qual ela me informou que o grupo naquele momento não estava mais em atividade, tendo em vista que as Instituições Parceiras se encontravam em recesso, e com isto, as mulheres se dispersaram, acrescentou dizendo que provavelmente as atividades seriam retomadas somente em Março/2014. Ressaltou ainda que após o período festivo, teriam que iniciar um novo processo de mobilização, pois de acordo com Dona Maria Auxiliadora é complicado e lento, mas possível.

Ainda que fosse o início de uma aproximação, percebi em sua fala, um tanto acolhedora e firme, conceitos e significados dos seus saberes sobre a Socioeconomia Solidária, algo que me deixou entusiasmada, porém, um tanto preocupada também, pois como o grupo não estava mais realizando as suas atividades coletivas, não tinha a certeza de que seria possível continuar a escrever entre linhas esta história enriquecida de sentidos e significados.

Após este encontro, inúmeros questionamentos surgiram. Em diálogo com o meu orientador, repensamos se seria possível desenvolver esta pesquisa, e a partir desta conversa,

fomos ao encontro do coordenador do Núcleo de Pesquisa UNEMAT/UNITRABALHO⁶ – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que desenvolve junto ao Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés (CDHDMB), o Projeto Participação e Controle Social na Efetivação das Políticas Públicas no Município de Cáceres-MT (EMPACE), formações técnica e política com o grupo de mulheres moradoras do Empa.

Em nossa roda de conversa, apresentamos as primeiras inquietações e a proposta da pesquisa, contudo, fomos informados que as atividades de formação técnica, política e social estavam previstas para reiniciar entre o mês de março e abril/2014, e que realmente estas mulheres ainda se encontram em processo de mobilização e organização econômica e social embasadas pela Educação Popular e pela Socioeconomia Solidária.

Com o apoio do Núcleo de Pesquisa UNEMAT/UNITRABALHO e do CDHDM, realizamos em Fevereiro/2014, o primeiro encontro com o grupo de mulheres do Empa, nas dependências da residência da Dona Maria Auxiliadora, com o objetivo de apresentar a proposta desta pesquisa. Na ocasião estavam presentes somente sete mulheres, todas concordaram em participar como sujeitos da pesquisa, e ressaltaram que diante dos objetivos e da proposta metodológica apresentada, acreditavam que esta pesquisa poderia trazer contribuições significativas para o fortalecimento do grupo e na mobilização de mais mulheres.

Diante o exposto, apresenta-se como sujeito da pesquisa um grupo de mulheres inseridas em uma dinâmica cultural, permeado por relações sociais, econômicas e políticas que se encontram em processo de mobilização e organização da Socioeconomia Solidária a partir do Projeto EMPACE.

O EMPACE iniciou as suas atividades em Maio de 2011, por meio do CDHDMB, com o apoio financeiro da Entidade de Bispos da Alemanha MISEREOR⁷, fortalecendo-se mediante convênio firmado com o núcleo de estudos e pesquisa UNEMAT/UNITRABALHO,

Conforme o relatório efetivado pelo CDHDMB, o principal objetivo do Projeto é “o desenvolvimento de ações de investigação, mobilização-organização e de formação para a

⁶ Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Criada por iniciativa de um grupo de reitores e sindicalistas, nos anos de 1990.

⁷ MISEREOR é a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, as suas iniciativas são direcionadas as populações que necessitam de ajuda.

afirmação e consolidação dos direitos humanos no município de Cáceres”⁸, com ênfase na comunidade do Empa. O relatório aponta também que,

No bairro EMPA as ações do projeto são voltadas para a construção e fortalecimento de aspectos considerados essenciais num processo de organização para a produção comum, a valorização do lugar, dos valores e identidades, das relações estáveis e duradouras, hábitos e costumes, a espontaneidade, a solidariedade, os meios de sobrevivência, as potencialidades locais e o sentido de pertencimento.

Durante a implementação do EMPACE foram concretizadas diversas ações na comunidade, embasadas pela Socioeconomia Solidária e fundamentadas na Educação Popular freiriana, tendo os trabalhadores e trabalhadoras do Empa como sujeitos do processo. Para alcançar os objetivos desta pesquisa nos dedicamos a compreender uma dessas ações, o diagnóstico comunitário participativo. Na visão das mulheres do Empa foi uma das ações mais significativas para a organização informal do grupo por envolver a participação efetiva das mulheres, o que no possibilitou compreender o universo que abrange os sujeitos da pesquisa.

Neste contexto, o diagnóstico comunitário participativo desenvolvido com as mulheres da comunidade Empa, se consolidou em dois momentos. Em Janeiro de 2012, com a participação efetiva de 11 mulheres moradoras do bairro foi realizado a primeira etapa deste trabalho, neste momento, houve o diálogo entre o Centro de Direitos Humanos, UNEMAT, a Escola e a Associação de Moradores/as do Empa, e ainda o Projeto Gonçalves, em que se objetivou “aplicar a metodologia do diagnóstico comunitário participativo e planejar as ações subsequentes com os/as participantes”. De acordo com o relatório os temas definidos para esta ação foram: trabalho renda; mulheres e família, educação; saúde; lazer e cultura (RELATÓRIO, 2012, p. 8).

A segunda etapa deste levantamento foi realizada em 15/Fevereiro/2012 na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com a presença de 22 mulheres da comunidade (professoras, moradoras, presidente do bairro, estudantes). Neste momento, o objetivo era concretizar o relatório contendo os principais dados sobre as necessidades dessas mulheres, com intuito de planejar posteriormente ações e atividades para atender as demandas do grupo.

O diagnóstico realizado pelo EMPACE mostrou que um dos principais problemas apontados pelas mulheres em relação à família, referia-se ao desemprego e a falta de renda

⁸ ZART, L.L.; MENDES, E.P. (orgs); Informativo Atitude. PROJETO EMPACE: Participação e Controle Social na Efetivação das Políticas Públicas no município de Cáceres. Editora eletrônica: Fábio Silva de Oliveira. Cáceres, 2013.

mínima para garantir o básico para as pessoas, consequentemente um indicativo gerador de pobreza. De acordo com o relatório, um dos motivos que as levam para tais condições, é a carência em políticas públicas de toda a ordem. Mas a principal reclamação girou em torno da ausência de uma creche para que possam deixar os seus filhos enquanto trabalham. Na verdade a falta da creche impossibilita, em grande medida, o trabalho das mulheres, porém, não é somente esse fator que as limitam a essa evidência.

Outra questão que nos chamou atenção nos dados do relatório do projeto EMPACE, trata-se do trabalho cotidiano não formal, todas as 22 mulheres que participaram do diagnóstico relataram que no contexto familiar, realizam todas as atividades do lar, e ainda nos horários livres a maioria desenvolve atividades de pesca e serviços domésticos para auxiliar na renda em casa. Neste levantamento, os dados demonstraram que a renda familiar gira em torno de 1 a 2 salários mínimos, o que expõe a situação de pobreza dessas famílias.

Resultados do Projeto EMPACE, mostraram que a carga de trabalho dessas mulheres é excessiva, fato que ocorre pela dupla jornada de trabalho. Nesse contexto, o corpo feminino é o corpo da trabalhadora que cuida das atividades do espaço familiar, e o corpo da trabalhadora que enfrenta o trabalho informal. São essas algumas das contradições do capital, que as limitam para desenvolverem atividades voltadas para o lazer, educação e formação profissional, condicionando o corpo feminino ao capital.

Essa realidade verificada pelo diagnóstico do Projeto EMPACE permitiu que a comunidade apoiada pelas instituições envolvidas no projeto iniciasse discussões e reflexões sobre a necessidade de um processo de mobilização e organização da Socioeconomia Solidária, com intuito de proporcionar a essas mulheres uma formação técnica e política para gerar trabalho e renda, de forma solidária, coletiva e sustentável.

Esse contexto de opressão vivenciado por essas mulheres trabalhadoras exige atenção. Essa pesquisa deseja ouvir essas vozes, quase sempre silenciadas, só assim será possível compreendermos esse fenômeno caracterizado pela resignificação do corpo feminino em processo educativo da Socioeconomia Solidária.

1.3 Espaço empírico: Empa uma história de luta política e social

O espaço empírico que constitui a pesquisa se referencia em um bairro periférico conhecido como Empa, que estabelece fronteiras com outros bairros periféricos: Jardim Paraíso, Jardim Imperial, Rodeio, Garcês e São Lourenço. O Empa é considerado um território de vulnerabilidade social, situado às margens do Rio Paraguai, exuberante por suas belezas naturais e pela diversidade étnica presente, porém empobrecido pelo poder opressor do capitalismo.

A comunidade do Empa situa-se a sudoeste do município de Cáceres-MT, conhecida como princesinha do Paraguai, localizada a 220 km da capital mato-grossense, Cuiabá. Com uma área geográfica de 24.398,399 km², é uma potencialidade turística pelos seus patrimônios naturais, o Pantanal com a sua biodiversidade ambiental, que tem o Rio Paraguai e seus afluentes; cachoeiras e balneários; grutas e caverna; reserva “Ecológica Taiamã”; Como também é enriquecida pelos seus monumentos históricos, fazendas: Jacobina, Facão, Ressaca, Barranco Vermelho e Descalvados; Marco do Jauru “Tratado de Madri”; Centro histórico da cidade composto por casarões com arquitetura secular⁹. A população cacerense segundo dados do último censo realizado em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ é estimada em 90.106 habitantes, na qual 43.844 são mulheres. Embora a cidade apresente em suas arquiteturas naturais e históricas uma possibilidade de gerar trabalho e renda através do turismo, e uma diversidade étnica de múltiplos saberes, muitas pessoas estão em situações de desemprego e excluídas socialmente, o que inclui o bairro Empa – Jardim das Oliveiras.

O processo de ocupação deste bairro retrata um contexto de luta social vivenciada pelos moradores na década de 90; conforme Souza (2014), o Empa assim denominado pela população cacerense era território da sede da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER, que se localizava enfrente a atual Escola do bairro, a Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote. De acordo com dados do seu estudo, a dimensão territorial da área antes do processo de ocupação dos moradores, era abastecida por diversas espécies de plantas pesquisadas pela empresa, tais como laranjeiras e seringais, e que além da sede, ainda havia um restaurante e uma pista para pouso e decolagem de helicópteros. No entanto, toda

⁹ Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br>>. Acesso em: Janeiro/2015.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cod.ibge.gov.br/2350N>>. Acesso em: Janeiro/2015.

abrangência do espaço territorial era restrita, de tal modo em que havia uma guarita para controle de entrada e saída das pessoas.

O processo de abertura da economia brasileira, na década de 90, que atendia às exigências do neoliberalismo e visava ao enxugamento das atividades estatais na busca do estado mínimo, foi sucateando as empresas estatais. Foi nesse período que iniciou o processo de ocupação do Empa, este fato ocorreu pela decadência em pesquisas que eram realizadas pela EMPAER, com este declínio não havia mais interesse da empresa em manter vínculos empregatícios com os trabalhadores, assim, os trabalhadores da Empa foram sendo demitidos de suas funções, desempregados e sem terem os seus direitos financeiros supridos. Os trabalhadores indignados com a situação iniciaram um processo de mobilização coletiva com as suas famílias para ocupar as terras pertencentes até o momento ao Estado. Esse movimento de luta social surge na força da mobilização entre os trabalhadores que prontamente se sentiram no direito de reivindicar o direito a moradia para suas famílias através da ocupação, como forma de pagamento dos seus direitos trabalhistas.

Conforme Souza (2014), as famílias buscavam nesse processo de ocupação, o sonho de construir sua casa e deixar de pagar o aluguel, uma vez que se encontravam desempregados, não havendo mais condições de manterem esse custo financeiro mensal. Assim, começou a divisão para o loteamento. Conta um dos entrevistados de sua pesquisa, que inicialmente por ser uma área extensa, os lotes foram divididos em dimensões iguais, e localizados metade as margens do Rio Paraguai e a outra parte atrás do córrego, atendendo uma demanda de 800 famílias.

Parte dos trabalhadores que ocuparam a parte exuberante do bairro, que fica às margens do Rio Paraguai, sofreu com supostas ameaças de outros interessados, muitos desses que ameaçavam os trabalhadores eram políticos e autoridades que não se enquadravam no perfil de baixa renda. O argumento desses impostores para persuadir os trabalhadores a desocuparem a área nobre, às margens do Rio eram de que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), não permitiria a construção e moradia naquela região. Essa pressão fez com que muitos trabalhadores deixassem aquela localidade e se direcionassem para o lado do córrego, deixando então aquela área mais valorizada devido às suas belezas naturais a mercê de sujeitos interesseiros que se aproveitaram da situação (SOUZA, 2014).

Diante dessa realidade, houve notoriamente uma divisão social e política do Bairro que se estende até os dias atuais. Os moradores que se encontram às margens do Rio Paraguai, estão

amparados com políticas públicas básicas, mesmo ainda em situação precária, tais como: coleta de lixo, iluminação pública, água encanada. Enquanto, os moradores da região do córrego, não são beneficiados com nenhuma dessas ações de poder público e de direito cidadão, e ainda se encontram socioeconomicamente em situação de pobreza.

Todo este processo de mobilização e ocupação territorial do Empa foi acompanhado atentamente pela sociedade cacerense. Houve ampla cobertura da imprensa e nesse sentido tomou conta um debate com muitas opiniões, críticas e polêmicas, nas quais envolveram vários agentes, entre estes: mídia, sociedade e diversos atores políticos, que em muitos momentos referenciavam os trabalhadores como invasores de terras, porém desconheciam a luta desses homens e mulheres, que apenas reivindicaram os seus direitos, ao invés de simplesmente silenciarem as suas vozes diante da situação exposta.

Todas essas adversidades e obstáculos que surgiram não foram suficientes para intimidar esses trabalhadores, ou minimizar os esforços de organização para garantir uma moradia através da ocupação. O Empa conhecido por toda a população cacerense, foi nomeado em 1994, como Jardim Oliveira, em homenagem ao 1º Presidente do Bairro Sr. Antônio Cardoso Oliveira mediante a doação das terras pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira (SOUZA, 2014).

O relato da Dona Maria Auxiliadora sustenta a afirmação anterior. Dona Maria é uma das mulheres que compõe o universo desta pesquisa. Embora seja moradora há 7 (sete) anos do bairro, Dona Maria Auxiliadora vivenciou todo o processo de luta e ocupação das terras do Empa, que de acordo com sua fala ocorreu há aproximadamente entre o período de 1998 a 1999. Conforme ela, o 1º Presidente do bairro permaneceu na função por 4 ou 5 anos, em seguida, e por um período curto de tempo esteve à frente da presidência o Sr. Carmelito, passando logo a seguir o cargo para o Cabo Nilson (Nilson Pereira), muito conhecido pela sociedade cacerense, político, foi eleito vereador pelo apoio que deu à comunidade do Empa logo após a ocupação.

Em seus relatos Dona Maria ressaltou que durante o período de vigência do Presidente de bairro, Cabo Nilson, distanciou-se das mobilizações e reuniões por vários motivos, mas, principalmente porque havia diversos comentários e reclamações dos moradores a respeito que este doava e vendia os lotes para quem lhe despertava interesses políticos e sociais. Acrescentou ainda, que neste mesmo período, os moradores também sofreram com fortes pressões para que construíssem logo suas moradias, sem considerar se tinham condições financeiras para isto, além

desses apontamentos, elucidou que a população também se chateou com o Presidente do bairro, por causa das melhorias realizadas apenas de um “lado” da comunidade, o das margens do rio, no qual o mesmo tinha moradia, deixando a mercê os moradores do “lado” do córrego.

Em 2011, com uma nova eleição, Jandira Santos Nogueira foi eleita com o apoio dos moradores a nova Presidente do bairro. No entanto, Dona Maria Auxiliadora afirma que atualmente a Presidente não consegue trazer muitos benefícios para comunidade, “por causa que ela luta sozinha, e a luta hoje você não luta mais sozinho, você tem que ter companhia para lutar, se não tiver companhia você não vence a luta [...]” (Diário de Campo, 2014). Dona Maria Auxiliadora acredita que é preciso mobilizar a população, marcar reuniões para explicar as ações que estão sendo cobradas perante as autoridades competentes, porque dessa maneira, a comunidade poderá se unir e entender todo o processo para cobrar e participar unido.

Em relação à questão sociocultural a comunidade Empa é rica, possui uma diversidade étnica, um encontro de múltiplos saberes que os diferenciam dentro deste contexto, ao mesmo tempo em que promove possibilidades de fomentar práticas sociais que possam fortalecer a cultura local.

O contexto cultural do bairro é prova da diversidade dos sujeitos que, a todo momento, multiplicam culturas e saberes, mas que, como território múltiplo dessa diversidade, tantas vezes é tratada com ares de desigualdade/inferioridade, desqualificando e interferindo diretamente na forma como participam do contexto social (SOUZA, 2014, p. 10).

Com base na observação e nos relatos colhidos durante o início da pesquisa percebe-se que as dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais que permeiam as relações sociais são dinâmicas vivas, são dinâmicas construídas por trabalhadores e trabalhadoras em condições de vulnerabilidade social, que apesar de desapropriados de direitos, de invisibilizados, conseguem se constituir sujeitos do processo de ocupação. Apesar disso, a comunidade do Empa é vista pela sociedade cacerense de forma pejorativa, seguindo a lógica de criminalização dos movimentos sociais. Nessa ótica são referenciados como invasores de terras, como pessoas que gostam de confusão, bairro composto por sujeitos de má índole (bandidos, marginais), estes e outros símbolos atribuídos pela sociedade capitalista no sentido de criminalizar os movimentos sociais¹¹

¹¹ Criminalização dos Movimentos Sociais pela mídia hegemônica tem sido uma prática cotidiana que sistematicamente vem sendo utilizada pelos veículos de comunicação sustentados pelo capital e que buscam corriqueiramente marginalizar as ações dos Movimentos Sociais.

contribuíram para que esse povo se perdesse em sua própria identidade, desapropriando de seus saberes.

Temos como espaço empírico da pesquisa, um bairro rico em sua diversidade étnica, bem como ambiental, porém carente de olhar social e político, empobrecido pelas demandas capitalistas, que fazem com que os atores sociais “moradores”, sejam explorados pelo sistema se tornando sujeitos alienados e oprimidos. Tais contradições e conflitos, contudo, podem potencializar ações de resistência em um processo educativo fundamentado pela dialogicidade, em uma perspectiva crítica, num movimento de luta social e política dos trabalhadores e trabalhadoras diante da realidade vivenciada.

1.4 Construção Metodológica: Caminho trilhado

Condição *sine qua non* para realizar uma pesquisa é definir os caminhos que serão percorridos, ou seja, os trajetos que vão nos conduzir ao encontro das nossas inquietações, nos aproximando do fenômeno a ser investigado. Para isso, torna-se imprescindível delimitarmos o contexto que envolve a pesquisa, os sujeitos, tempo/espaço, os métodos, ferramentas e instrumentos que darão subsídio na jornada.

A pesquisa se embasou pela perspectiva da Pedagogia crítica libertadora fundamentada por Paulo Freire, a qual propõe uma educação vinculada e contextualiza a luz da realidade socioeconômica e cultural dos sujeitos participantes da pesquisa, em que sustenta a idéia de que o conhecimento empírico compromete-se com o processo educativo para emancipação das pessoas, com liberdade nas dimensões intelectual, social e política. Justifica-se esta escolha por entendermos que as relações sociais e de trabalho constituem os elementos essenciais da existência humana, e que ocorrem por meio do movimento da realidade socioeconômica, no qual os sujeitos são capazes de compreender, de intervir e de transformar o meio que vivem e convivem por meio do diálogo, da ação-reflexão, da teoria-prática, por considerar que os seres humanos são seres inacabados, “incompletos em uma realidade igualmente inacabada e juntamente com ela”, e por serem inconclusos que é possível em comunhão promover à práxis (FREIRE, 1979, p.42).

Nas ciências sociais como na educação, tanto o investigador quanto os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a

realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos. Numa relação dialógica e simpática, como é o caso do processo da pesquisa, esses sujeitos se encontram juntos ante uma realidade que lhes é comum e que os desafia para ser conhecida e transformada (GAMBOA, 2012, p.45).

Procuramos perceber as práticas de sociabilidade nas relações sociais e de trabalho considerando a totalidade do sujeito, numa concepção ontológica em que o homem se constitui como um sujeito social a partir das relações dialógicas sociais e históricas, para compreendermos o processo educativo na ressignificação do corpo feminino na Socioeconomia Solidária.

Adotamos a abordagem de pesquisa qualitativa, por oferecer uma maneira de compreender a natureza das relações que há entre o mundo real e a subjetividade do sujeito articuladas ao fenômeno social de forma inquantificável (CHIZZOTTI, 2008). Gamboa e Filho (2009, p. 43) afirmam, que o principal propósito da pesquisa qualitativa “[...] é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno [...]”, incumbindo o pesquisador em buscar compreender a realidade construída nos significados atribuídos pelas ações dos próprios sujeitos, e ainda nas percepções que estes dão a natureza do fenômeno pesquisado.

Com este método investigativo, tornou-se possível nos aproximar melhor do fenômeno conectado pela Socioeconomia Solidária, corpo feminino e educação, contemplando-as em suas dimensões sociológicas, antropológicas e políticas, embasadas pelas Ciências Sociais e Humanas, considerando que,

A compreensão do significado das ações requer a adoção pelo pesquisador de uma abordagem hermenêutica. Obtém-se uma interpretação significativa mediante um processo de movimento constante entre as partes e o todo, em que não há ponto absoluto de partida nem de chegada. Assim, a compreensão de uma ação particular requer a compreensão do significado-contexto no qual ela se dá e esta compreensão depende daquela da ação particular (GAMBOA; FILHO, 2009, p. 43).

Essa abordagem nos auxiliou a compreender a interação das variáveis que compõem esse universo, de maneira que se tornou possível analisar e interpretar os dados, e ainda permitiu identificar características e comportamentos peculiares presentes no grupo construído socialmente, pois possibilitou considerar que os sujeitos da pesquisa não são agentes isolados, mas atores sociais capazes de expressarem a realidade social e sua subjetividade, pelos seus saberes, símbolos e signos expressos em seu corpo, em um processo no qual o pesquisador e o pesquisado puderam interagir dialeticamente.

O estudo foi embasado na técnica da Pesquisa Participante. A opção por essa ferramenta metodológica se sustenta em Brandão (1991), segundo o autor este método de investigação possibilita o compromisso social do pesquisador com a realidade social, política e ideológica do grupo pesquisado, visto que os sujeitos estão inseridos em uma dinâmica de movimentos sociais, nos quais são considerados os seus saberes empíricos, no caso, os saberes, as crenças, o silêncio e as vozes expressas no e *pelo* corpo das mulheres, sujeitos e protagonistas da pesquisa.

Procuramos contextualizar a dimensão social e histórica dos sujeitos com a perspectiva de ampliar os conhecimentos, agregando outros saberes que possam ser compartilhados, como destacam Brandão e Streck (2006, p.8),

Um convite a que ousemos, pelo menos para alguns propósitos, pelo menos durante algum tempo, mudar de lugar, mudar de olhar e, se possível, mudar de pensar. É um convite feito a várias vozes e seguindo vários estilos, para que aprendamos também a não apenas pensar o outro através de nós mesmos – nossas práticas, nossas ideias, nossas posturas e teorias, mas a nos pensarmos a nós mesmos através do outro.

Esse processo de transformação é fundamental para a transição paradigmática da sociedade capitalista para a sociedade solidária. É um processo que exige outro olhar da academia, do pesquisador. Há que se cambiar valores do individualismo anacrônico e hegemônico que sustenta relações de exploração para valores do solidarismo, da autogestão e do trabalho associado que conduzem os sujeitos da pesquisa a emancipação.

Brandão ressalta (1991), que a Pesquisa Participante deve ser ostensivamente pensada como um movimento permeado por dinâmicas culturais, sociais e históricas, em um processo gerido pela ação solidária da comunidade na construção do conhecimento social, pois esta é múltipla em saberes, contemplada pela diversidade.

Na busca de consolidar a metodologia de pesquisa recorremos às ciências sociais e humanas. É fundamental compreender a essência do diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, visto que por meio dessa pedagogia crítica se torna possível entender a realidade social para que esta seja transformada, pois “[...] não há sentido só na teoria, nem só na prática, mas em sua interação dinâmica, embora sem confundi-las” (DEMO, 2004, p. 23). Para o autor é necessário pensar à indissociabilidade teórico-prática que promova a práxis. Refere-se a uma construção do conhecimento articulado pela subjetividade das relações, uma via endógena,

na qual o pesquisador deve tecer o olhar científico sem desapropriar conceitos e saberes popular do grupo que faz a pesquisa, o que nos remeteu inevitavelmente a Paulo Freire.

1.5 Técnicas e Instrumentos para coleta de dados

Inicialmente procuramos ouvir as vozes desse corpo feminino, muitas vezes silenciadas. De acordo com Gil (1991, p.133) “À medida que a pesquisa participante deseja colocar-se a serviço dos oprimidos, necessita identificar com clareza quem são estes no âmbito de uma “comunidade”. Para esse autor, o pesquisador precisa “ouvir” os sujeitos, partilhar e conviver o cotidiano, pois não basta apenas efetivar registros, tem de sentir, compreender, porém sem deixar ser conduzido em sua subjetividade.

Neste estudo reconhecemos os saberes empíricos dos sujeitos, portanto, não direcionamos apenas em coletar os dados destes, mas sim, fazê-los participar de todo o processo, para que em confluência pudéssemos refletir sobre as situações limites e as possibilidades da Socioeconomia Solidária no processo educativo da ressignificação do corpo feminino, foi uma ação pedagógica que visou contribuir para emancipação dos sujeitos.

Neste sentido, embasados pela pesquisa participante iniciou-se o procedimento investigativo por meio de uma relação dialógica. Buscamos evidenciar a subjetividade do corpo feminino dos sujeitos da pesquisa nas dimensões socioeconômica e histórica, com isto, procuramos estabelecer uma relação horizontal pautada pelo diálogo, conforme Freire (1987), por meio da dialogicidade, rompemos o silêncio e promovemos a reflexão sobre a realidade, em tempo que construímos laços de confiança e respeito.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados, entrevista semi-estruturada; questionário socioeconômico; observação participante na rotina diária das mulheres, bem como, foram criados espaços de diálogos e encontros, consubstanciados pelo: diário de campo, registros audiovisuais, realização de dinâmicas, místicas e Rodas de Conversa.

Por meio da observação participante foi possível estabelecer um contato mais estreito com o fenômeno pesquisado, nos aproximando mais da percepção que os sujeitos têm a respeito da realidade de mundo e das ações que o compõem, sobretudo, nos permitiu nos fazer membro do grupo observado, compartilhando as experiências de vida, o que nos auxiliou a compreender a sua visão. Consideramos pertinente a afirmação de Lüdke e André a este respeito: “Na medida

em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 26). Contudo, cabe ao pesquisador se estabelecer a cada dia mais como participante do processo, a fim de obter dados relevantes, presentes além do silêncio das vozes, entender as concepções dos sujeitos por meio das expressões, sentimentos, crenças e valores presentes no corpo.

As entrevistas semi-estruturadas foram um aporte a mais para consubstanciar elementos para a análise interpretativa e descritiva dos dados. (RICHARDSON, 1999). Para esta fase da coleta de dados, direcionamos as entrevistas com roteiro previamente estabelecido às mulheres que compõem o grupo de trabalhadoras do Empa, que constituem o universo da pesquisa. Acreditamos que este instrumento investigativo é fundamental, também, para interação social entre o pesquisador e pesquisado.

Realizamos encontros coletivos, nos quais denominamos de Rodas de Conversa embasada pelos princípios do Círculo de Cultura, prática pedagógica de Paulo Freire. Espaço de diálogo e interação favorável para o processo educativo e de troca de saberes, em que as mulheres pudessem compartilhar as suas vivências, refletir, sentir, pensar, planejar e intervir num fazer se ouvir, ampliando a compreensão de si mesmo e de mundo, e o seu papel na ação de transformação social da realidade em que vive.

Freire (1982) enfatiza que os Círculos de Cultura é elemento fundamental da Educação Popular para a formação humana, tendo o diálogo como essência para o desenvolvimento da consciência crítica. Uma educação comprometida com a emancipação humana, que reconhece o homem como sujeito da própria história, e em constante construção de si mesmo, parafraseando Paulo Freire “seres inacabados”, capazes da ação-reflexão superar as contradições do sistema capitalista, da condição instituída de opressor e oprimido.

Neste contexto, com base nas Rodas de Conversa a proposta de investigação foi de interagir e ouvir as diferentes vozes que ali se encontram, para compreender as percepções das mulheres do Grupo de Mulheres do Empa sobre a realidade vivenciada para que juntas pudessem refletir sobre as possibilidades de intervir numa ação política, crítica e libertadora, na perspectiva da Socioeconomia Solidária para empoderamento desse corpo feminino em processo educativo de ressignificação.

Esses encontros foram realizados aos sábados em período vespertino no decorrer dos meses de julho e agosto/2014 a partir de um planejamento coletivo com o grupo. A cada encontro emergiram-se novos temas, reflexões e discussões, que foram mediados por relações dialógicas num contexto acolhedor e prazeroso. Para efetivarmos esses registros, utilizamos gravações de áudio e vídeo, bem como anotações no diário de campo de tudo que intercorria, as expressões, os silenciamentos, as falas. Nas palavras de Freire (1979, p. 42) “[...] o diálogo é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar idéias em outros [...]”.

Durante os encontros coletivos, realizamos algumas místicas, por compreender que estas trazem em seu ensejo a dimensão de humanidade que possibilita um sonhar. A mística nos surpreende ao unificar em mesmo tempo a nossa razão e a emoção, contemplando o corpo em sua plenitude, no sentir, pensar, fazer, viver, elementos fundantes que nos fazem humano. Essa prática é uma realidade presente no movimento de resistência e lutas das trabalhadoras do Empa, especialmente uma concretude na história de vida da Dona Maria Auxiliadora, aprendizados e práticas internalizados em sua participação ativa nos movimentos sociais, e atualmente nas suas ações na RECID. No decorrer da pesquisa as místicas se tornaram constantes, mediadas pela pesquisadora, bem como, pelas mulheres.

A mística deve ser entendida como sendo o conjunto de motivações que sentimos no dia-a-dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para a frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar¹².

Dentro dos movimentos sociais do Brasil, a mística se constitui como uma metodologia com elementos verbais e não verbais capazes de resgatar as memórias e histórias adormecidas das pessoas e do grupo social, num despertar de emoções e sentimentos nutridos de esperanças, uma prática que conduz caminhos reflexivos para os princípios de solidariedade, da construção do novo. Mas um novo que enseja a novidade da transformação, um novo que tem a gênese nos primórdios do cooperativismo, a autogestão dos pioneiros do armazém de Rochdale (Inglaterra).

Logo, as leituras bibliográficas, as informações levantadas a partir das entrevistas, do questionário socioeconômico, da observação participante, bem como os momentos das místicas e

¹² MST - A Questão da Mística no MST. Coleção Saber e Fazer. nº 2. São Paulo, 1991, p. 4

os diálogos nas Rodas de Conversa, constituíram o *corpus* de análise deste estudo, que será elucidado detalhadamente no quarto capítulo.

CAPÍTULO II

AS TRAMAS DO CORPO COMO MEIO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO

Um

*Essa é a trama da rede:
o tecido das trocas que fabricam
o pano de uma rede de dormir
enreda o corpo do homem na tarefa
de criar na máquina a rede com a mão.
A armadilha do trabalho em casa alheia
engole o homem e enovela todo o corpo
no fio no fuso na roda na teia
do maquinário da manufatura
que produz o seu produto: a rede
e reduz o corpo-operário à produção [...]
(Brandão, 1982)*

2.1 O Corpo Social: Breve Contextualização Histórica

O corpo como artefato material determinante à existência humana, sempre foi fundamental para a produção e reprodução das relações e práticas sociais. A análise sociológica do corpo recente na academia tem a ascensão com Mauss (1974). Antes dessa perspectiva sociológica o corpo humano era concebido apenas como um aparelho biológico e estudado somente pela ótica das Ciências Biológicas e Naturais, na qual era considerado e visto de maneira fragmentada em sua dimensão fisiológica e anatômica.

Foi a partir do final do século XVIII que o corpo humano se tornou um fenômeno de investigação, despertando interesses de estudiosos das diversas áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Humanas e Sociais, atraindo olhares da antropologia, psicologia, sociologia, filosofia, artes, economia e história, principalmente quando as suas dimensões passaram a ter um olhar interdisciplinar. Esta pesquisa procura abordar o corpo feminino na subjetividade e no enfoque na Socioeconomia Solidária, como menciona Sant’Anna (2004, p.3) “Dizer da história do corpo é o mesmo que dizer da história da vida”.

Tecer escritos sobre o corpo é uma atividade complexa, um caminho que remete desde a admiração até o estranhamento, é um território em constantes transformações e por isso cada vez mais explorado, “O corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo

vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia, mas, ao mesmo tempo, escondê-los” (SANT’ANNA, 2004, p.3).

Inicialmente grandes pensadores da antiguidade e da era medieval, como: Órficos, Aristóteles, Epicuro, Plotino, São Tomás de Aquino, Hobbes, consideravam o corpo um instrumento da alma, defendido por diversas perspectivas, a materialidade do corpo era compreendida a partir da relação com a natureza (MEDINA, 2005).

Moreira (2006) enfatiza que o corpo na Grécia antiga representava a virilidade, agilidade, força, do guerreiro, nesse contexto o corpo era uma junção entre o corpo “soma”, a alma “psique”, e a locomotiva “pneuma”, que por sua vez promovia o diálogo entre ambos. Ainda nas perspectivas grega, Aristóteles considerava o corpo como extensão imposta por uma superfície, ou seja, corpo e alma embora se apresentem em contextos diferentes, não poderiam ser dissociados, e concluindo que, a alma era a locomotiva responsável por embalar o corpo e ambos teriam que estar engrenados num movimento corporal que era instituído a partir da ação promovida pela alma.

Platão apresenta uma visão de corpo que influenciou por muito tempo o povo ocidental, para o autor, o homem é um composto entre corpo e alma, no qual o corpo é concebido pela matéria presente no mundo vivido, sujeito a morte, enquanto a alma se caracteriza pelo mundo abstrato, harmonizado a perfeição e a imortalidade. Platão desenvolveu a teoria da alma, na qual a subdividiu em duas categorias:

- Natureza Inferior – composta pela “Alma Concupiscível”, ligada aos nossos desejos, no qual as atitudes humanas são midiaticizadas pelo desejo; e a “Alma Irascível”, responsável por nossas emoções e paixões, onde as pessoas tomam as suas ações primeiramente a partir das emoções. Ambas definidas pelo pensador como: almas inferiores, que se deixam levar pelos sentidos.
- Natureza superior – “Alma Superior”, compreendida como a razão, responsável pelos pensamentos racionais.

Com esta concepção iniciou um método de educação que caracterizava a potencialidade do indivíduo desde criança para exercer sua função dentro da sociedade, composta por três classes: os artesãos (alma concupiscíveis), os guardiões “guerreiros” (alma irascíveis) e os filósofos governantes (alma racional). Ambas as classes deveriam passar pelo mesmo sistema de

educação, no entanto, cada um seria direcionado a partir do seu caráter, e este processo se iniciava com a educação do corpo (MOREIRA, 2006).

Percebe-se que, desde esse período embora a alma fosse o agente primordial do ser humano, o corpo material já era um instrumento de educação e aprendizado social, que caracterizava e diferenciava o indivíduo dentro do contexto inserido.

Na Era Medieval, marcada pelo cristianismo, o corpo foi difundido como prisão da alma, responsável pelo pecado e pelas impurezas, designado a respeitar as regras morais impostas pela doutrina, se caracterizava por um corpo domesticado em detrimento da alma onde o homem era designado a ser independente em relação à natureza para seguir em direção a Deus, nessa lógica corpo mortal era massificado pelos desejos advindos da alma, o que impedia o ser humano de conquistar a contemplação divina, o que evidentemente demonstra que o corpo é um espaço de austeridade (SANT'ANNA, 2001).

Já no período correspondente a modernidade, o grande destaque foi o pensamento de Descartes, definido por método cartesiano, um dualismo entre corpo e mente, atribuindo um valor superior ao trabalho mental em comparação ao trabalho físico “manual”, conceituando o corpo como,

[...] por corpo entendo tudo o que pode ser limitado por alguma figura; que pode ser compreendido em qualquer lugar e preencher um espaço de tal sorte que todo outro corpo dele seja excluído; que pode ser sentido ou pelo tato, ou pela visão, ou pela audição, ou pelo olfato; que pode ser movido de muitas maneiras, não por si mesmo, mas por algo de alheio pelo qual seja tocado e do qual receba a impressão [...] (DESCARTES, 1983, apud, MOREIRA, 2006, p. 20).

Conforme Moreira, para Descartes o corpo é movido pela alma, sendo sustentado pelo dualismo entre o conhecimento provido da alma e a sua extensão meramente a matéria o “corpo”. Se considerarmos esta concepção de corpo defendida por Descartes, observamos que nos dias atuais, esse corpo também é visto e tratado desta forma, considerado uma mercadoria, que se movimenta, porém em percalço de regras, imposições e opressões da sociedade capitalista.

Findando o século XVII, período caracterizado pelo surgimento da classe detentora do poder, a burguesia, as Ciências Biológicas equiparou o corpo humano a uma máquina, com sistemas de engrenagens, que permitissem imprimir movimentos repetitivos e automatizados. Esse corpo biomecânico era um instrumento para aumentar a intensidade maior da produção, o

que foi fundamental para o desenvolvimento das indústrias e a consolidação do Capitalismo (SOARES, 2007). O modelo de gestão centrado na heterogestão fragmenta o trabalho, disciplina e especializa as funções do trabalhador, cobra-lhe cada vez mais produtividade e esse processo de se reproduz no corpo do trabalhador.

Retomando o período da filosofia ocidental, Nietzsche apresenta o corpo ativo, no qual o corpo é fisiológico, biológico, que sente prazer e dor, que necessita de cuidados e atenção para que alimente as atividades do pensamento, do conhecimento. Partindo desta teoria, Michel Foucault, evidencia que houve durante os séculos XVII e XVIII a consolidação da imagem do corpo como sendo também de caráter político, pois segundo o autor o poder tem como endereçamento o corpo do sujeito.

(...) o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele. Elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, a sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT 1991, apud, MOREIRA 2006, p. 23).

Segundo Moreira (2006), para Foucault o corpo é um investimento do poder capitalista, deliberado pela burguesia como força de trabalho submisso e alienado, passa a ser reconhecido como instrumento para produção do capital. Em suas investigações históricas, Foucault (1991) identificou neste corpo um poder denominado disciplinar, que se consolidou nos âmbitos escolares, instituições e até quartéis, e que se propagam ainda na modernidade. Essa disciplina se refere à educação do corpo a serviço de uma intencionalidade política.

Nessa premissa, a sociedade capitalista entende que os corpos devem ser adestrados para a realização do trabalho com mais eficiência, eficácia e produtividade, moldados para atender as necessidades do poder vigente. Foucault (1991) refere-se a um corpo revestido de saberes e poder, alicerçado pelas relações que ocorrem no meio social, de maneira em que a materialidade do corpo não está centrada na sua dimensão orgânica, e sim na completude de poder no qual é impregnado de saber.

Na perspectiva da antropologia no período de passagem do século XIX para o século XX, o corpo passa a ser identificado e considerado além da área biológica, percebe-se inserido neste os seus sentidos e significados expressos na totalidade do sujeito (SOARES, 2007).

Mesmo com esta concepção construída e atribuída pela antropologia, o corpo na contemporaneidade, consolidou-se fortemente como objeto do capital. Diversos teóricos da Educação Física, bem como das diversas áreas de conhecimento trazem contribuições significativas para a compreensão do corpo.

Neste século XXI, o corpo para atender ao capital tende a obedecer aos critérios e padrões da sociedade industrial. A construção do corpo se evidencia pelas necessidades de consumo instituídas pelas novas tecnologias e homogeneizada pela lógica da produção de seguir o culto ao modismo estético e aos protótipos de beleza, para atender e satisfazer uma necessidade além da sua natureza, da subjetividade humana, mas, sobretudo, um “assujeitamento” do corpo para a inclusão no mercado social e de trabalho (DAOLIO, 1995).

As pessoas se sujeitam e usam seus corpos para atender o capital, mas este se apropria agora não somente da sua força como produção, como também se apodera da sua subjetividade no sentido de incitar os sujeitos a recriar um corpo que não é seu, a modelá-lo ao mercantil das indústrias de saúde e beleza, promovendo um padrão de beleza hegemônico para atender às demandas do mercado. São inúmeros setores que constituem esse universo: academia fitness, clínica estética, Spa, moda, salões de beleza, etc.

Diante da realidade, o sujeito se encontra em crise com o corpo, desapropria-se dos próprios saberes, são processos instituídos pelo poder capitalista que o acometem e faz um processo de retorno a proposta de fragmentação retrógrada.

É neste pensamento que Karl Marx (1996), em o Capital, refere-se criticamente ao corpo. Marx, ao relacioná-lo ao trabalho salienta a função atribuída ao corpo para o capitalista, um objeto, o corpo assume predicados que lhes permitam a condição de inserção e competitividade no trabalho. Portanto, o corpo do trabalhador é uma mercadoria em constante negociação, uma materialidade que serve a sociedade.

2.2 A materialidade do corpo na sociedade do capital

O corpo é responsável pelas expressões, símbolos e sentidos construídos sócios historicamente, o corpo fala por meio de posturas e gestos, escondidos por trás da cortina dos olhos, no silêncio das vozes, é por ele que homem e mulher constroem o trabalho e se relacionam com o mundo, sendo este fruto de suas próprias mãos. Para Marx,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

O trabalho é uma ação humana na relação do mundo consigo mesmo, compreendido como a ação do homem sobre a natureza, um processo de educação capaz de caminhar para a práxis social, não só da natureza, mas também do próprio ser. Saviani (2007, p. 154) afirma que, “O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico”. Essa relação se constrói na totalidade do corpo, pelas necessidades do homem na natureza da sua existência, um viver que transforma o corpo em um pensar, que se constrói através das relações e práticas sociais no processo de produzir a vida.

O termo trabalho difere do termo emprego. O emprego se consubstancia numa relação de subserviência do trabalho ao capital, numa relação contratual que surgiu com o processo de trabalho assalariando, no período de industrialização. O trabalho é à existência, a construção e reconstrução do homem, são nessas relações que o homem se concebe homem. Medina (2005) sustentado por Marx (1979) ressalta que o trabalho é o agente promissor do desenvolvimento do homem, que em seu princípio educativo promove uma ação humanizadora, capaz de desenvolver as potencialidades humanas.

Nesse processo de criação e recriação do trabalho como materialidade do corpo, observamos diversas formas de produzir e reproduzir bens de produção e consumo num cenário instituído nas conjunturas estabelecidas pelo mundo globalizado que visa à acumulação de riqueza na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem em condições de exploração

humana e social, visto que o modo de produção capitalista esgarça e fragmenta a sociedade que está dividida pela luta de classes. Essa luta antagônica por um lado têm na burguesia, os donos dos meios de produção, os exploradores e beneficiados pelo sistema e por outro o conjunto de trabalhadores que são submetidos às relações de emprego exploradas pelo sistema. Além dos empregados existe ainda o exército de reserva¹³, que são os desempregados que forçam o valor dos salários sempre para baixo.

Esse fenômeno social pragmático, o capitalismo, tem suas raízes históricas na Idade Média, período transitório do feudalismo para o nascente capitalismo, no qual as relações de trabalho apontavam para o início de um processo de mercantilização dos sujeitos trabalhadores, imersas por desordens nas dimensões sociais, políticas, econômicas. Para Oliveira (2012), a partir de Mészáros (2009), essas faces ocorreram com a expansão da produção agrícola por todo continente europeu e oriental, fomentando o acúmulo de riquezas, nas atividades escravistas e servil. De acordo, com a autora, neste período de ascensão produtiva as cidades se fundaram e o comércio urbano ressurgiu, promovendo rupturas na estrutura vigente. Com todo o desenvolvimento desfreado do comércio, emerge a burguesia e os artesãos, findando os princípios do sistema feudal e iniciando a nova lógica social, o capitalismo.

Neste cenário, observamos que como na trama da rede, o fazer se automatiza pelo movimento do corpo do operário, que tece a rede na casa do patrão, no qual por meio dessa apropriação aperfeiçoa a produção, esses fios tecidos pelas mãos do trabalhador se transformam em capital. Essas circunstâncias tornam o trabalho realizado em trama, o trabalhador que produziu pelas suas capacidades existentes na sua corporalidade, é o mesmo corpo que não usufrui da rede tecida pelo embalo incansável de sua força de trabalho,

O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da

¹³ MARX (1996, p. 42) O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc.

força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria (MARX, 1996, p.37).

Essa força de trabalho reproduzida pelo corpo do trabalhador na sociedade capitalista produz a mais-valia, que na teoria Marxista conceitua-se por trabalho produtivo, pois se refere ao valor excedente que origina a lucratividade fundada na exploração do trabalhador e da subordinação ao processo de valoração da produção pelos donos dos meios de produção, ocasionando uma disparidade entre o valor pago ao proletariado ao valor do trabalho produzido. Nesse processo, para o capitalismo, o trabalho produtivo é o trabalho assalariado, em que o trabalhador imprime com o seu trabalho, com o seu corpo uma nova produção agregada de valor, como aponta Marx (1996, p.323),

Ao transformar o trabalho produtivo meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, ocorre com o seu valor uma transmigração de almas. Ele transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado. Mas essa transmigração de almas ocorre igualmente às costas do verdadeiro trabalho. O trabalhador não pode agregar novo trabalho e, portanto, criar novo valor, sem conservar valores antigos, pois ele tem de agregar o trabalho sempre sob uma forma útil, e ele não pode agregá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto e, com isso, transferir seu valor ao novo produto.

Mas numa perspectiva ampliada, há em Marx o empoderamento de uma análise em que, todo o trabalho é trabalho produtivo por ser um trabalho que incide sobre um objeto, e o resultado desse processo é um produto,

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio (MARX, 1996, p.300).

Para Marx, o trabalho concretiza as relações humanas e sociais, que se constitui em sujeito e objeto, homem e natureza, e que, consolida a produção como meio de satisfazer as necessidades de consumo individual na sociedade. E por isso, o autor salienta que, mesmos as atividades que não geram bens materiais, mas que sejam essenciais para o processo de produção são consideradas produtivas.

No modo de produção capitalista, o termo produtivo agregado ao trabalho, apresenta em sua conotação uma especificidade a luz de uma determinada categoria econômica. Tal que, somente se constitui nas relações sociais e históricas desse sistema, por meio das relações concretas de trabalho que promova a mais-valia para classe burguesa, que ocorre na exploração, na opressão da materialidade do corpo trabalhador,

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho (MARX, 1996, p. 379).

Mas, o capitalismo emerge na intencionalidade de prover mais riqueza, para isto, desconsidera a importância da natureza e das pessoas, se organiza de maneira em que tudo que servir para esta finalidade será explorado. Para essa centralização do capital, a sociedade burguesa por meio do neoliberalismo acentua a alienação e exploração dos sujeitos, do corpo do trabalhador como força de trabalho.

É nessa trama que se encontra o cenário contemporâneo, a sociedade ocidental vivencia uma crise proveniente da globalização, que revela as faces e fendas da internacionalização do capital. Nessa infraestrutura capitalista na vertente neoliberal do poder político e econômico vigente, com princípios basilares constituídos pela fragmentação, individualismo, desigualdade, despolitização da classe dos trabalhadores, acúmulo do capital e do poder pela burguesia, essa sociedade hegemônica vive de crises financeiras. Segundo Sguarezi (2011, p. 46),

A sociedade capitalista vive num cenário de insustentabilidade, de crise mundial e de inadequação econômica, social, ecológica e política do sistema capitalista, o modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro, assentado nos pressupostos do capitalismo neoliberal, aponta para a necessidade de visualizar alternativas para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento local sustentável. Para garantir o desenvolvimento local sustentável é necessário superar a lógica hegemônica.

Essa sociedade capitalista não vai responder pelos problemas que ela mesma criou. É uma sociedade que acomete a subjetividade humana, em que o corpo do sujeito é instrumentalizado pelo dogmatismo capitalista, pela exploração e opressão, destacado por Soares (2007, p. 33) “[...] esse investimento deveria ser limitado para que o corpo nunca pudesse ir além de um corpo de um “bom animal”. Era preciso adestrá-lo, desenvolver-lhe o vigor físico desde

cedo... discipliná-lo, enfim, para sua função na produção e reprodução do capital.” Foi a partir disso que o corpo do trabalhador foi sendo cooptado. Por isso, a importância pedagogia crítica para que o trabalhador oprimido possa desvelar a realidade e visualizar alternativas para a geração de trabalho e renda, numa perspectiva que contribua para ressignificar o seu corpo sem fragmentá-lo.

Marx (1996, p. 453) ressalta que, a grande ascensão do capitalismo ocorre no momento em que surge a cooperação como princípio da divisão do trabalho, “A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grosso modo*, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII”. Porém essa cooperação é forçada, o trabalhador é obrigado a executar suas tarefas conforme explicita o contrato de emprego.

Todo esse processo de alienação do trabalhador se acentua na Revolução Industrial, no período dos séculos XVIII e XIX, em que ocorre um conjunto de transformações socioeconômicas com avanços tecnológicos responsáveis por consolidar o capitalismo. Algumas das principais transformações que ocorreram neste processo foram à automação, concentrações de renda nas mãos da burguesia, surgimento do proletariado, mudança na estrutura de trabalho, êxodo rural, crescimento urbano, trabalho assalariado. São estas fendas do sistema hegemônico, que enovelou o corpo do trabalhador, trazendo consigo os signos sociais desse processo que se intensificou a partir da década de 60[grifo nosso 1960] (OLIVEIRA, 2012).

Soares (2007) ressalta que, em meados do século XIX a burguesia apresentava discernimento da relevância do corpo para o trabalho, ao consolidar em seu discurso que o corpo precisava ser regenerado, visto que o corpo debilitado não oferecia condições favoráveis para à produção que necessitava da força física do trabalhador, promulgando a importância do exercício físico para manter a virilidade a serviço do capital.

Com o término da manufatura e surgimento das máquinas, o trabalho tem uma nova dimensão, ocorre à divisão do trabalho. Marx (1979, apud, SQUIREZI, p. 32), afirma que “A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão do trabalho material e intelectual”. Conforme Squirezi, a materialidade do trabalho realizado pela natureza do homem ou da máquina, refere-se à capacidade humana em idealizar antes de criar. O trabalhador explorado ao vender a mão de obra para o capital promove

um reducionismo apenas à matéria que se sobrepõe ao intelectual. Para Marx e Engels, trata-se de uma sociedade em que, “Todas as nossas invenções e todos os nossos progressos parecem não provocar outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e de embrutecer o homem rebaixando-o ao nível de uma força puramente física” (MARX, ENGELS, 1978, p. 150).

Nesse contexto, o processo dos meios de produção se fundamenta numa ação coletiva, em que a cooperação se impregna, não no sentido de fazer junto, pensar o outro, mas na alusão em que cada operário submete-se a um único aprendizado, um fazer repetitivo, que disciplina o seu corpo, fragmentando-o para servir a produção, essa lógica nos remete novamente a Trama da Rede,

Nove

Durante a flor da vida inteira
fazendo a mesma coisa e refazendo
uma operação simples de memória
o operário condena o próprio corpo
a ser tão automático e eficaz
que domine o gesto que o destrói.
A reprodução contínua, diária, igual
de um mesmo gesto repetido e limitado
todos os dias, sobre os mesmos passos,
ensina ao artesão regras de maestria
do trabalho que afinal então domina
através de saber sua ciência
com a sabedoria do corpo massacrado (BRANDÃO, 1982, p.50).

É nessas circunstâncias instituídas pelo capitalismo que se percebe a materialidade do corpo, na maneira concreta da exploração do homem pelo homem, nos interesses pela dominação dos meios de produção, na centralização do capital.

São indagações agudas que durante a pesquisa nos incitam. Será que na lógica da sociedade capitalista essa relação de corpo e trabalho enaltece o corpo humano em sua subjetividade na transcendência humana, ou o corpo como objeto?

Marx (1996) nos aponta que, as relações sociais se pautam no/pelo trabalho, o autor expõe e resgata o valor dos corpos nessas relações, mesmo que limitado à abordagem do trabalho. Em sua análise o ponto central do capitalismo incide na força do trabalho, que engloba os modos dos meios de produção, a divisão do trabalho e o trabalho alienado. Na concepção filosófica e

sociológica de Marx, o homem se concebe homem mediante as condições materiais concretas de sua existência, o homem é considerado em sua totalidade.

Nas relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho capitalista, sempre haverá um modelo de apropriação e exploração do corpo, conforme Foucault (1985, p. 203) “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista [...]”. Tal como Brandão retrata no tecer do artesanato:

Catorze

Não conhece descanso o corpo na oficina.
 Ele é parte das máquinas que move
 e que movidas não sabem mais parar.
 Os pés descalços prolongam pedais
 os braços são como alavancas
 e as mãos estendem pontas de um fio
 que existe no fuso e no tear
 O trabalho do corpo é o objeto
 que o homem vende ao dono todo o dia.
 O corpo-livre pertence ao maquinário
 que o homem converte no operário
 de que reira o preço do sustento:
 a comida a cama a casa o agasalho
 o que mantém vivo o corpo e o seu trabalho
 (BRANDÃO, 1982, p.52).

Mas, o trabalho na perspectiva de uma educação crítica e libertadora no contexto da Socioeconomia Solidária, os homens e as mulheres não se relacionam apenas entre si, bem como não se encontram apenas no mundo, mas, conforme Freire (1967) se relacionam por meio do diálogo, mediatizado com o mundo. E para Gonçalves (2007, p. 60), “[...] O corpo do homem é um corpo que se torna humano por sua atividade produtiva. Seus sentidos são sentidos humanos, pois seus objetos são objetos humanos, criados pelo homem e a ele destinados”.

Sustentando essa concepção, Medina (2005, p.58) destaca, “o que dinamiza as relações sociais é o trabalho, mas o trabalho que produz é o trabalho material, físico”. Neste contexto, concordamos com o pensamento de Freire ao enfatizar que o trabalho solidifica a relação do homem e mundo, e que por meio da dialogicidade os sujeitos desenvolvem ação e reflexão capazes de promover à práxis, ressaltando que essa transformação somente tem sentido na medida em que colaborar para a humanização e emancipação do homem.

Com base nas reflexões dos referidos autores, compreendemos o valor da materialidade do corpo nas circunstâncias do trabalho alienado e desumano. Mesmo que na modernidade, o corpo evidenciado como objeto não seja a única “máquina” meio de produção, ele ainda é educado, disciplinado para manusear outras máquinas.

[...] O homem se torna, a partir desse momento, um apêndice da máquina, parte dela, como um parafuso ou uma engrenagem. Não é o homem que produz, é a máquina. O homem limita-se a fazê-la funcionar... A máquina moderna dispensa a inteligência e a consciência humana e o anula como homem. Este se torna uma peça da engrenagem cada vez mais insignificante (BASBAUM, 1977, p.25).

O capitalismo compra a força de trabalho, condicionando o corpo do trabalhador em mercadoria, “O que o capitalismo encontra diretamente no mercado, não é o trabalho, mas o trabalhador. Desde que começou a trabalhar, seu trabalho não lhe pertence mais, e ele não pode mais vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor” (MARX, 1980, p. 194). O corpo constitui a força de trabalho do trabalhador, que se torna um objeto vendido em troca de sua subsistência, permitindo-lhe sobreviver e retornar no seu itinerário de reproduzir a servidão, tanto à máquina, bem quanto ao patrão.

O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente (MARX, 1996 p.304).

Nessa organização política e econômica o patrão dono do capital é munido dos instrumentos e matérias primas para a produção, com isto toda a centralização de riqueza lhe pertence. Enquanto o trabalhador, responsável pela produção e mais-valia é simplesmente força de trabalho, em que “O corpo individual, como unidade produtiva, máquina menor da engrenagem da indústria capitalista, passa a ser então uma mercadoria... será um objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser meticulosamente controlado para ser útil ao capital” (SOARES, 2007, p. 20).

As relações sociais de trabalho, indiretamente levam a identificar essa exploração do corpo do trabalhador. Mas o trabalhador quando toma consciência percebe que não basta produzir para sobreviver, é preciso produzir a vida para se libertar do capital e da sociedade opressora que ele representa. Medina (2005, p. 60) citando Marx afirma, “Enfim é preciso libertar a sociedade. É preciso libertá-la através do corpo concreto e histórico dos homens”.

Percebemos a contradição entre liberdade e opressão, entre heterogestão e autogestão, entre emprego e trabalho e nessa relação se explicita a luta de classes e o trabalhador consciente luta por transformação social. Apesar da consciência os trabalhadores ainda possuem o corpo alienado, submisso e domesticado para atender as demandas oriundas do capitalismo necessárias a sua sobrevivência, mas contraditoriamente esse corpo clama por liberdade, equidade, reconhecimento, humanidade e desalienação, o que somente será possível através de um processo educativo em que a conscientização transcenda a esfera de compreensão da realidade. Conforme Freire (s/a, p. 21), “A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade”, essa conscientização viabilizada com a ação promove a reflexão, e sobretudo a criticidade do homem, nesse processo histórico interrupto que o homem é capaz de se modificar em mesmo tempo que pode modificar o mundo.

Nessa luta, sai o grito, sai a voz, sai o gesto, sai a força por libertação, o corpo oprimido está presente, enfadado, cansado de ser mercadoria usada por uma jornada de trabalho extenuante para garantir a produção que em muitas das vezes não pode nem se apropriar dela. Mesmo assim o trabalhador não descansa de lutar, e nessa trama, o corpo se embala, pela dança, como na Trama da Rede:

Doze

A dança ritmada desse corpo
de bailarino-
de que o produto feito não é seu,
cria o servo de quem lhe paga aos sábados
Para o que sobra da vida de trabalho
do corpo de quem fez e não viveu.
O trabalho-pago, alheio e sempre o mesmo
obrigando o operário bailarino
à rotina de fazer sem possuir
torna-o, artista, servo do ardil
de entretecer panos e redes sem criar
e recriar-se servo sem saber.
[...] (BRANDÃO, 1982, p.51).

Nessa trama, nesse drama é que se organiza a resistência do trabalhador. A Socioeconomia Solidária com a prática da autogestão, não é apenas um grito dos oprimidos, é uma forma de organização que visa transformações que só poderão ocorrer a partir das práticas sociais coletivas, e conforme Medina (2005, p. 61), “O corpo precisa “estar lá”. Não há história feita só de abstrações. Não há história sem corpo”. Mas, é preciso que os homens e mulheres façam a leitura do mundo para que compreendam e reconheçam criticamente a realidade, e como diz Freire (1987) ninguém poderá fazer pelo oprimido, é necessária uma relação dialógica e reflexiva. Nessa dialética que envolve esse contexto de contradições, é que se faz necessário compreender a subjetividade do corpo feminino. Que além de ser um corpo de uma trabalhadora e um corpo trabalhador, em outras jornadas é o corpo da mãe, da mulher, da estudante.

2.3 A subjetividade do Corpo Feminino no Trabalho

O corpo feminino centraliza as discussões de âmbitos distintos, sua voz faz-se presente nos discursos médicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e poéticos. Um corpo que traz em seu enredo marcas, símbolos e sentidos. Fonte de inspiração, desejos, astúcia e ternura, que se faz forte, mas se oculta e se cala, um silenciar que expressa à vontade de se emancipar enquanto sujeito.

Nesse horizonte, compreender a subjetividade¹⁴ do corpo feminino no trabalho sugere mergulhar e refletir sobre as contradições instituídas pela sociedade inerentes a sua formação e o seu papel social no decorrer da história.

Conforme Soares (2007), desde a antiguidade o corpo feminino foi educado para atender as demandas sociais da família. No período pós a escravatura aquelas que detinham renda baixa eram exploradas como mão de obra barata principalmente para os serviços domésticos, outras, realizavam essas mesmas atividades em seu lar. Com o advento da Revolução Industrial e a evolução tecnológica em maquinários, as fábricas necessitavam de mais proletariados, neste entremeio a mulher surge como mão de obra mais barata, esse processo perpassou do século

¹⁴ A concepção de subjetividade imersa nesta pesquisa é trabalhada pela teoria de Guatarri. Para este autor, a subjetividade é estruturada a partir do sistema capitalista, em que os indivíduos no processo de subjetivação são caracterizados pela forma de pensar, agir e interagir na sociedade, mediante os interesses sociais e políticos. Aprofundar tema referente a construção da subjetividade em: GUATARRI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

XVIII para o XIX, com a consolidação do sistema capitalista, responsável por diversas transformações no meio de produção, concretizando o trabalho feminino nas fábricas.

Para esta estrutura econômica, o trabalho feminino favorecia a produção, pois o valor pago a mulher era inferior ao valor pago ao homem, com isto, as fábricas detinham maior número de operários,

O capital impunha determinadas condições de trabalho, visando o lucro e a sua própria reprodução, fazendo com que os homens perdessem seus empregos para as mulheres, uma vez que elas, executando a mesma tarefa, recebiam salários menores. As mulheres, além de exploradas pelo processo de trabalho na sociedade industrial, que lhes permitiam no máximo alimentar-se, acabavam não dispondo de tempo algum para cuidar de seus filhos, perdendo-os muitas vezes pela total falta de cuidados (SOARES, 2007, p. 27).

Contudo, Soares embasada por Singer (1981), ressalta que a expansão desse fenômeno industrial trouxe consigo fatores preocupantes para burguesia. A exploração demasiada e continua dos trabalhadores e trabalhadoras, favoreceu a aquisição de doenças epidêmicas, debilitando não somente o corpo proletário, mas, sobretudo o da própria classe burguesa, o que consequentemente afetava diretamente a produção do capital.

Com toda essa debilidade, a classe dominante temia um movimento de revolta dos operários, promovendo um discurso para remediar a situação, tratava-se de um método higienista, uma máscara para ocultar a exploração capitalista. A burguesia acentuou o discurso da importância da estrutura familiar para o bem estar e para saúde do trabalhador, esta ênfase ocorreu na estrutura política e social. Foi uma estratégia, uma ação moralista com intuito de continuar o adestramento dos corpos dos operários, que para atender as demandas do capital, precisavam ser fortes e sadios. Para isto, discursou uma concepção médico higienista, que elegeu a família como elemento fundamental e promissor para contemplar as demandas do trabalho (SOARES, 2007).

Nessa concepção, o corpo feminino, a figura da mulher é enaltecida, pois uma das ações higienistas de intervenção proposta pelo Estado, configurou-se para promover a Puericultura¹⁵,

¹⁵Conforme Bonilha e Rivorêdo (2005, p. 2), a Puericultura apresenta duas vertentes. Em sua epistemologia Puericultura é uma área das ciências médica responsável pelas técnicas desenvolvidas para assegurar o desenvolvimento infantil. Mas, para ciências sociais os referidos autores ressaltam que, [...] muitos autores entendem a puericultura como uma prática social sujeita aos mais diversos agentes políticos e econômicos, com motivos, objetivos e consequências que extrapolam a simples elaboração de normas científicas que assegurem o desenvolvimento da criança. Existiriam, assim, encobertos sob a proposta de prevenir a mortalidade infantil através da educação, outros projetos, como o do estabelecimento de um padrão de comportamento não só para as crianças,

uma maneira de educar e cuidar das crianças, para tanto a sociedade designou essa tarefa a mulher,

A transmissão de conhecimentos e valores, bem como a estabilização, a harmonia da família, passam a ser de sua responsabilidade, e a figura da mulher-mãe aparece como ideal. Ela será, portanto, a peça fundamental da classe operária. Para isto, deverá ter um lugar apropriado “dentro do lar”, ela será a “mulher do lar”, a “mãe dedicada”, a “salvação do homem”...Será o instrumento privilegiado para desencadear o processo racionalizador civilizatório da classe operária (SOARES, 2007, p. 26).

Esta concepção esteve presente em toda a Europa, mas principalmente na França. Nessa perspectiva, a mulher limitava-se a educação dos filhos, aos cuidados do lar, e do esposo, promovendo a harmonia na família, contemplando o corpo feminino como principal artefato aliado para a estratégia de domesticação da classe trabalhadora, de acordo com Soares (2007, p. 28) “O espaço da mulher seria o lar, pois esta era uma exigência da produção”.

No Brasil a grande supressão do corpo feminino no trabalho é considerável recente, pois a sua visibilidade ocorreu há 30 anos, na década de 80. Para Costa (2007) este acontecimento é decorrente das transformações econômicas, sociais, culturais, bem como demográficas que ocorreram no país. A autora referenciada em Bruschini (1992) ressalta que,

Durante muito tempo, a inserção feminina, no mercado de trabalho, e suas contribuições permaneceram ocultas em dados e teorias. A visibilidade só se tornou possível com o amadurecimento das pesquisas sobre a mulher, a partir da década de 1970, em que se procurou entender a participação feminina na sociedade como um todo e no trabalho em particular (COSTA, p. 22).

Reafirmamos nesta pesquisa que o foco de estudo não é gênero. A abordagem do tema é importante e cabem futuras pesquisas, mas o recorte teórico e metodológico, os prazos exíguos não possibilitam fazer um paralelo ao discurso analítico de gênero. Em função disso, explicitaremos brevemente, o nosso entendimento sobre essa questão.¹⁶

Andrade (2007, p.19) embasada por diversos teóricos, como: Saffioti (1992), Suaréz (1999), Bandeira (2005), Araújo (2000) e Scott (1990) ressaltam que, “Gênero é, então, uma

mas para as famílias como um todo, de cunho moralizante e baseado naquele considerado ideal pelas classes dominantes.

¹⁶O fio condutor do estudo concentra-se na articulação dos limites e das possibilidades do processo educativo de ressignificar o corpo feminino com base numa experiência de organização do trabalho associado na Socioeconomia Solidária e como se dá à produção da vida nesse grupo de mulheres.

construção, baseada na atribuição de papéis e pelas relações entre mulheres e homens, que não são determinados pelo sexo, mas pelo contexto social, político e econômico em que as pessoas crescem, são educadas, trabalham”.

Nessa mesma percepção, Muraro e Boff (2002, p. 76) entendem que, “[...] O feminino não se esgota na mulher nem o masculino no homem. Ambos os gêneros são definidos no nosso inconsciente pela totalidade das características que os sistemas econômico e cultural lhes atribuem”. Ao referenciar o corpo feminino nesse espaço coletivo de trabalho, precisamos compreendê-lo nas maneiras subjetivas presentes em sua materialidade, nas manifestações pessoais e nas relações sociais presentes no grupo.

Ao relacionar a mulher na dimensão do universo do trabalho, percebemos que a divisão sexual do trabalho, remete o corpo feminino a condições mais desumanas do que aos homens,

[...] o uso da divisão sexual do trabalho é imprescindível para entender o trabalho remunerado feminino na sociedade capitalista moderna, pois este se integra numa divisão sexual horizontal e vertical do mercado de trabalho. A divisão horizontal diz respeito à concentração das mulheres em setores de atividades determinados, em função das características culturais e tradicionalmente conferidas às mulheres e, por isso, derivadas das atividades reprodutivas ou ainda ligadas a atributos culturalmente ligados ao feminino, como a delicadeza e a paciência. A divisão vertical sinaliza a desvantagem no mercado de trabalho das mulheres como grupo social, em relação aos homens, em especial no que se refere ao valor dos salários, às possibilidades de ascensão funcional e condições de trabalho (ANDRADE, 2007, p. 66).

A autora ressalta ainda outros fatores que concorrem para a inserção da mulher no trabalho formal¹⁷, dentre esses se destacam: faixa etária mais elevada, maternidade, presença conjugal e escolaridade baixa que se reflete nos afazeres domésticos, pois se a mulher constitui família, haverá uma sobrecarga em seu labor diário, conseqüentemente refletirá na subjetividade do seu corpo enquanto totalidade de pessoa.

A mulher desde muito cedo teve o seu corpo educado para o lar, ensinado a servir, tantos os interesses políticos e econômicos, bem como os sociais. Se retomarmos a história, poderemos verificar que a mulher sofreu muitas injunções de padrões comportamentais que sempre a discriminou e a referenciou como inferior à condição masculina, e que até os dias atuais, encontra-se rotulado e apropriado a serviço do capital,

¹⁷ Nesta pesquisa consideramos trabalho formal o trabalho institucionalizado, em que a sua legitimidade é garantida a partir dos poderes estatal e jurídico.

Apesar dos direitos e conquistas¹⁸ da modernidade, a trabalhadora, a mulher foi sendo arrolada por inúmeros fatores desfavoráveis, submete-se em muitas ocasiões a condições precárias e desumanas de trabalho, e que levam à constante instabilidade no emprego, e exposição demasiada do corpo. Visto que, ao mergulhar no universo trabalhista, automaticamente assume dupla jornada de trabalho, uma vez que à mulher são atribuídas às responsabilidades e os serviços domésticos, a educação dos filhos, os cuidados com o marido, propriedades que envelopam o seu corpo para o trabalho, desconsiderando-o a sua subjetividade.

O fato de as mulheres serem responsáveis pela criação dos filhos, responsabilizando-se “vitalmente” pelo cuidado da família é tido como comum e normal. Da mesma maneira, o trabalho nas atividades de consumo familiar é visto pela sociedade como naturalmente fora do mercado, gratuito, não-remunerado, porque envolve relações afetivas entre a mulher e os demais membros da família (RUA, ABRAMOVAY, 2000, p. 17).

Essas desigualdades herdadas pela mulher se referem a condições sociais e culturais as quais foram submetidas, mercantilizadas pela hegemonia do poder capitalista que produziu símbolos para o corpo feminino. Dimensões tradutoras da existência do discurso patriarcal¹⁹, da cultura do poder masculino sobre a mulher que acomete a estrutura familiar, porém, não podemos afirmar que o patriarcado é o único elemento opressor do corpo feminino.

Embora o patriarcado seja anterior ao advento do capitalismo, estes dois sistemas aparecem articulados na modernidade, duas formas de produzir e de reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, especial dos corpos e da autonomia das mulheres (NARVAZ, KOLLER, 2006, p.51).

As famílias configuradas pelo modelo patriarcal, a atribuição de poderes e tarefas é distinta, e geralmente a mulher é responsabilizada por todo o trabalho doméstico, essa reprodução

¹⁸ Destacamos os: Direito a Licença Maternidade, Lei nº 11.770, de 9 de Setembro de 2008, ver site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11770.htm; Proteção a mulher contra a violência doméstica e familiar, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ver site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm.

¹⁹ Essa representação de poder, o patriarcalismo, é um paradigma estudado por diversos autores, como: SAMARA, Eni Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Ed. Marco Zero/Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989; CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofeset al. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982; SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero e Patriarcado*. Mimeo, 2000.

social ainda é invisibilizada, pois, a valorização do trabalho feminino se associa somente em contexto com remuneração, mesmo, que, a mulher circunscreva outras atividades além da dimensão da “casa”. Esse trabalho ocultado pelas contradições do capitalismo é compreendido como trabalho improdutivo, que não gera mais-valia, ineficiente para o sistema. Contudo, entendemos a partir de Marx (1996) que todo trabalho é produtivo, pois, no contexto familiar para suprir as necessidades cotidianas, emerge a força de trabalho da trabalhadora, que não legitima o poder da mais-valia, da lucratividade para o capital, mas, produz valor transcendente, e que o capital se apropria no momento em que as pessoas do seio familiar se constituem como mão de obra assalariada.

Essa racionalidade persistente e direcionada ao corpo feminino, constituída em uma identidade integrada e condicionada à esfera doméstica, é um fenômeno que implica e influencia a participação feminina no mercado de trabalho, juntamente aos fatores da pouca qualificação e a insipiência de oferta de emprego. Articular tais responsabilidades nas esferas familiar e profissional limitam o corpo feminino para a inserção ao mercado de trabalho.

Isso tudo ainda não satisfaz a sociedade capitalista, é preciso mais, a mulher precisa se submeter ao modelo ideal de corpo estereotipado pelo capital. Essas são as condições, as limitações e as imposições para a vida mulher, para o corpo da mulher. A sua inclusão no mercado de trabalho é legitimada, exigida pela sociedade que também promove a opressão do corpo feminino, no qual o corpo se petrifica para conseguir adentrar neste universo excludente pela própria natureza.

O que diferencia o homem e a mulher, inicialmente é a característica física, que potencializa a força e a resistência do homem em relação à natureza do corpo feminino, contudo, não são somente as peculiaridades biológicas e fisiológicas que promovem e distinguem quais atividades cabem a cada um,

O corpo feminino está envolvido diretamente com “espécies de vida”, levando a mulher à reprodução; como o homem não tem funções naturais de concepção, realiza sua criatividade por meio de símbolos e tecnologia. Dessa forma, enquanto a mulher cria seres humanos, os homens criam objetos mais duradouros, eternos e transcendentais em relação à própria existência humana. O corpo feminino coloca as mulheres em papéis considerados inferiores aos dos homens no processo cultural. As funções fisiológicas das mulheres limitam seus movimentos e as confinam a contextos sociais considerado mais próximos à natureza, especialmente o seu espaço doméstico e familiar (NARVAZ, KOLLER, 2006, p.169).

De acordo com essas autoras, essas dimensões que apresentam significados dentro da sociedade, ocorrem mais pelas relações sociais e parâmetros culturais em que as pessoas estão inseridas, são apontamentos que historicamente constituíram características que ligam mais a subjetividade do corpo feminino ao próprio instinto da natureza.

Essa questão da corporalidade feminina me remeteu ao texto de José de Souza Martins, “A dialética do corpo no imaginário popular”²⁰, neste o autor aborda as formas de exploração do trabalho corporal no capitalismo, um estudo realizado com os boias-frias da região de Jaboticabal, município interiorano de São Paulo. Dentro desse estudo, o que me chamou a atenção foi à fala de uma mulher fazendo uma reflexão sobre a própria concepção do seu corpo neste contexto, “Eu sei que sou explorada, porque quando faço amor com meu marido, meu corpo dói. Meu corpo dói quando lavo roupa ou cozinho para minha família. Ele não dói quando estou cortando cana lá no canavial para usina. Meu corpo já não é meu: é do canavial e do patrão” (1999, p. 54), percebemos na voz dessa mulher, uma consciência do processo de exploração que se encontra no momento em que ela faz a reflexão e percebe que mesmo nas atividades em que as “normas” sociais conduzem o seu corpo para realizar e suprir as necessidades humanas naturais da casa, o seu corpo não atende. Para Freire (1979, p. 15) essa conscientização é um processo histórico na realidade com o mundo e que a partir do momento em que a pessoa consiga desvelar a verdade concreta e a transpor, conseguirá alcançar uma esfera crítica, capaz de assumir a sua “posição epistemológica” no mundo.

Com toda essa dimensão, o corpo feminino se perde em sua própria subjetividade, são condições que o violam e desgastam pelas consequências tórridas do trabalho, que perpassa desde o período da industrialização. Exposto a longas jornadas e a insalubridade do trabalho que em decorrência desta exploração, é submetido à baixa imunidade biológica, favorecendo a desapropriação do próprio corpo, e se apropriando de signos da sociedade capitalista, apresenta uma dor, que transcende os limites fisiológicos, é uma dor do processo de educação na construção da sua história social.

No que concerne esta dimensão, Caroline Moriceau (MORICEAU, 2002 apud, CORBIN et. al., 2008, p. 314), afirma “a agressividade com relação ao corpo é uma característica do

²⁰ MARTINS, José de Souza. A dialética do corpo no imaginário popular. In.: SEXTA FEIRA, n.4 (CORPO, 1999, 46-54).

trabalho, que se traduz pelo desconforto, a dor, a intoxicação, o acidente, a deformação ou a sobrecarga”. De acordo com a autora essa violência se manifesta a partir das relações sociais e de trabalho, entre o sujeito e a sociedade.

No entanto, essa mulher não é apenas um corpo objeto, fruto de desejo e fetiche, mercadoria de si mesma e do outro. Esse corpo é atribuído de sentidos, de símbolos e significados, que carece respeito, que precisa ser considerado em sua totalidade, pois além de ser: mulher provida de sexualidade e prazer; mãe na plenitude das responsabilidades e cuidados maternos; operária força de trabalho. É pessoa, ser humana, com saberes construído sócio historicamente que são mediatizados.

CAPÍTULO III

SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO

A teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (Paulo Freire, 1981).

3.1 Socioeconomia Solidária: Alternativa para produção e reprodução da vida

Historicamente, em seus primórdios e no nosso cotidiano concebemos a economia como a gestão da casa, e que se relaciona essencialmente com os habitantes da casa e com as suas relações de sociabilidade, assim a consideramos, fundamentalmente, social e humana. Mas quando a análise extrapola a questão da sobrevivência e centra-se nos valores do mercado, o trabalhador se desencanta com a economia, no momento em que a economia se materializa na lógica do capital e da exploração, ela perde essa dimensão de sociabilidade abstendo-se da sua essência.

Uma sociedade baseada em valores solidários tem sido fortalecida, são iniciativas de uma economia que confronta o modo de produção capitalista sob um novo aspecto, centrada na organização coletiva, solidária e autogestionária, uma ação que surgiu a partir das lutas sociais dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, visando a atender as necessidades das pessoas socialmente e politicamente excluídas do mercado formal, no qual associações e grupos informais são exemplos de um conjunto de experiências presentes em diversos setores produtivos em diferentes lugares e diferentes formas de organização. Vale ressaltar que não são novas formas de organização do trabalho, são antigas práticas de resistência dos trabalhadores.

A Socioeconomia Solidária emerge das lutas e dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras explorados, oprimidos, alienados e excluídos do mercado formal pelo paradigmático sistema capitalista. De acordo com Batista (2011, 13) “Com a reestruturação produtiva, com os processos de desregulamentação e a flexibilização monetária financeira a crise do capital se agravou”. O pior momento dessa crise que ainda persiste, ocorreu no final de 2008 e

início de 2009, mas ainda em 2010 a economia norte americana e europeia sentiam fortemente suas consequências. Segundo a mídia hegemônica²¹ e os críticos do sistema²² essa é a mais grave crise de toda a história do capitalismo.

Nesse cenário de usurpação de direitos e degradação do emprego é que ressurge a Socioeconomia Solidária. A Socioeconomia Solidária é uma alternativa utópica, no sentido abordado por Paulo Freire (1981, p. 48) na *Pedagogia Crítica e Libertadora*, “Utópica e esperançosa porque, pretendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto [...]”. Outra concepção de produzir e reproduzir a vida, numa organização coletiva que pensa junto, que constrói junto uma visão ideopolítica, fundada por princípios da autogestão, da solidariedade, da coletividade, da cooperação, da equidade e da justiça social. Esse movimento social popular contra hegemônico apresenta suas raízes históricas no início do século XIX como resposta ao capitalismo industrial, para Singer (2003), esse movimento de luta social sempre esteve lado a lado do capitalismo durante todo o seu acontecimento histórico, acompanhando o seu progresso, mas, negando-o, construindo resistência.

Gaiger (2003, p. 82) ressalta que, “[...] desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores”. Conforme o autor, essa concepção política econômica, emerge a partir da proletarianização do trabalho.

As faces instituídas pelo capitalismo incitaram os trabalhadores a iniciarem movimentos de lutas sociais para organizar uma nova maneira de produzir a vida contrapondo a maneira desumana de exploração, pobreza, alienação e desemprego. Com essas contradições surgem às primeiras maneiras de organização autogestionária de trabalho associado, com princípios democráticos e de igualdade, sustentados pelos ideais do socialismo.

A Socioeconomia Solidária é uma luta contínua de trabalhadores e trabalhadoras que se opõe ao capitalismo, essa nova maneira de gerir a vida não é um paradigma ponderado inicialmente por teóricos. Singer (2003) afirma que alguns socialistas agregaram contribuições

²¹<http://www.economist.com>; <http://www.nytimes.com>; <http://www.washingtonpost.com>; <http://www.valor.com.br> <http://www.folha.uol.com.br>; bem como os telejornais liderados pela Rede Globo (Jornal Nacional; Jornal da Globo), dentre outros.

²²<http://www.cartacapital.com.br>; <http://www.diplomatique.org.br>; <http://dowbor.org>, dentre outros.

significativas para o seu desenvolvimento, percussores socialistas “utópicos” como: Charles Fourier, Philip Buchez, Robert Owen e Proudhon.

Chaves e Pinto (2007) relatam a experiência do socialista Robert Owen, proprietário de uma grande indústria têxtil inglesa. Owen limitou a jornada de trabalho em uma carga horária reduzida e disse não a empregabilidade do trabalho infantil, com esta prática, o socialista observou uma evolução expressiva no aumento da produção. Com essa primeira experiência surgiu no Canadá, Estados Unidos, Irlanda e Israel, novas maneiras de intervir e pensar numa perspectiva de reformular a sociedade, tais como: clube de trocas e cooperativas.

Singer (1998) considera o socialista inglês Owen, o principal idealizador de um retrato da sociedade contra hegemônica ao capitalismo, com princípios basilares em novas forças produtivas por meio de relações sociais capazes de superar a exclusão social, democratizar ações, e promover a divisão igualitária da renda. Para o autor, Owen não foi somente um revolucionário, mas um socialista que visava ao bem estar dos trabalhadores, “Owen proclamou que o capital investido só deveria ter um dividendo limitado e que todo lucro excedente deveria ser aplicado a favor dos trabalhadores” (SINGER, 1998, p.30).

Conforme o referido autor, Robert Owen em 1817 promulgou uma concepção para inserir os trabalhadores excluídos pela lógica capitalista, desempregados que eram sustentados por Paróquias, em uma dinâmica de relações sociais e de trabalho, como uma maneira de desconstruir esse processo de empobrecimento no modo de produzir a vida instituída pelo capital. Esse pensamento resultou na constituição de “Aldeias Cooperadas”, em que esses trabalhadores pudessem conviver coletivamente em comunidades, de maneira em que se tornasse possível produzir junto para o próprio consumo, bem como realizar trocas dos excedentes com outras “Aldeias Cooperadas”.

Nesse contexto de lutas sociais dos trabalhadores, houve momentos de controvérsias, mas por meio dessas iniciativas surgiram outros movimentos na luta por uma sociedade contra a hegemonia do capital. A luta coletiva dos trabalhadores sob a forma de autogestão e cooperativismo é estudada desde seus primórdios. Aqui no Brasil referencias nesse estudo são lideradas por Paul Singer (1998). Para Chaves e Pinto (2007, p.61), o grande marco desses movimentos de lutas sociais, foi o nascimento da Cooperativa de Consumo e Poupança Pioneira de Rochdale, na Inglaterra em 1844, caracterizando a primeira sociedade cooperativa dos operários tecelões, “Rochdale nasce num contexto de capitalismo concorrencial e em defesa

econômica dos trabalhadores propondo a democracia na gestão dos negócios - a denominada autogestão, além da cooperação daqueles que fazem e são a cooperativa”.

Nessa concepção, Singer (1998, p. 44) aponta os principais objetivos de Rochdale,

A Sociedade dos Pioneiros tinha por objetivos: fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança. Fica claro que os Pioneiros continuavam fiéis ao ideal socialista de vida em comum à base da produção coletiva, compartilhada equitativamente e que o estabelecimento de cooperativas de consumo e de produção era visto como passos sucessivos no caminho ao objetivo final.

Com todo o sucesso de Rochdale, os pioneiros constituíram novos empreendimentos cooperados agregando mais associados numa perspectiva de trabalho associado como forma de produção. Singer (1998, p.112) ressalta ainda que, “a experiência dos Pioneiros de Rochdale oferece outra lição significativa: não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção”.

No decorrer de todo o século XIX, emergem inúmeras experiências de trabalho cooperado e autogestionário, uma expansão que avançou em vários continentes, principalmente pelo continente europeu e americano, nos países em que estavam ocorrendo uma revolução capitalista. Mas é oportuno ressaltar, que toda essa expansão do cooperativismo incitou na Europa movimentos fortes de repressão, ocasionando aos poucos a sua desestruturação, em mesmo tempo que a economia de mercado avançava desfreadamente.

Nesse cenário de crescimento industrial capitalista, iniciou-se um processo expressivo de pobreza, tornando necessária a intervenção do Estado, “Com o sufrágio universal, o Estado foi reconhecido como depositário do interesse geral, à base de um regime institucional que cauciona a economia de mercado e compensa as desigualdades mediante a ação pública redistributiva” (GAIGER, LAVILLE, 2009, p.163).

Nesse contexto, conforme os autores, o Estado iniciou um discurso operante na inserção dos trabalhadores no emprego, se estendendo até trinta anos pós 2º Guerra Mundial. Toda essa relação instituída pelo capital suscitou o desinteresse e adormecimento da classe trabalhadora sobre as possibilidades do cooperativismo e da autogestão. Essas contradições contribuíram significativamente para um longo período de esquecimento da Socioeconomia Solidária.

No Brasil, na década de 80, a Socioeconomia Solidária ressurgiu como resposta à crise estrutural do capitalismo, que compreende um índice elevado de desemprego, conjunturas de desigualdade social, acumulação do capital pela classe dominante, a exclusão social dos trabalhadores. Contradições fundadas pelas fendas desse sistema hegemônico, que promoveu a miséria e condições sub-humanas de produzir a vida, que ainda se agravaram com abertura do mercado interno.

Singer (2003) menciona que, um fenômeno anticapitalista se propagou com as lutas dos trabalhadores em massa na perspectiva da recuperação de empresas falidas, que os empregavam, iniciando os processos de fomento às cooperativas de produção, que se expandem em todo o país,

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2003, p.3).

Essa iniciativa de organização coletiva dos trabalhadores é uma construção histórica social que ocorre imbricando relações sociais e de trabalho que produzem consciência crítica e consciência organizativa²³ permitindo construir caminhos alternativos à exploração do trabalho ao longo da história.

A Economia Solidária tem como objetivo valorizar a luta histórica dos trabalhadores e defendê-los da exploração do trabalho pelo capital, além disso, se apresenta como uma alternativa à forma capitalista de organizar as relações sociais e de trabalho. É um poderoso instrumento de combate a exclusão social, pois apresenta alternativa sustentável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação das necessidades de todos. Prova que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de forma a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade. É um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa (FBES, 2007).

A Socioeconomia Solidária critica o dogmatismo do discurso presente no capitalismo, o modo em que este delega o poder aos proprietários dos meios de produção, dos quais atribuem

²³ De acordo Sguarezi (2001, p. 43) Clodomir Santos de Moraes (2002) um dos precursores da autogestão na América Latina e Central a partir de Paulo Freire (1981) “[...] considera que os grupos sociais têm três graus de consciência: a Consciência Ingênua, a Consciência Crítica e a Consciência Organizativa” (*op. cit.*, p. 21). Para o autor esses graus de consciência “[...] se desenvolvem de acordo a divisão social do processo produtivo”, daí a importância da autogestão para superar o enfoque *taylorista* entre quem pensa, e quem executa o trabalho, modelo no qual o indivíduo é explorado na sua força de trabalho.

aos trabalhadores apenas o que lhes é de interesse, pertinente para a centralização do capital, e quando o trabalhador não atende mais às demandas necessárias para a produção, é simplesmente descartado, excluído.

O trabalhador nesse contexto acaba mergulhado nessa crise do capital. Essa crise é estrutural do mercado de trabalho formal. A economia brasileira está alinhada a essa onda neoliberal, mesmo com os avanços dos últimos anos o Brasil continua seguindo a receita macroeconômica do mercado internacional. Mas, apesar de alinhado ao neoliberalismo o atual governo brasileiro usou da soberania e da autonomia do Estado Brasileiro para promover ajustes que permitiram o Brasil passar quase ileso pelos efeitos dessa crise. Pela sua condição de país em desenvolvimento e pelo seu atual estágio econômico (entre a 6ª e a 7ª economia do Mundo)²⁴ o país conseguiu manter os empregos de carteira assinada. Além de manter empregos o Brasil conseguiu criar novas vagas no mercado formal de trabalho.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE²⁵, mostraram que no ano de 2013 houve um crescimento considerável de empregos, esse fato ocorreu principalmente pela dos setores de Serviços do Comércio, da Indústria de Transformação e da Construção Civil. Isso mostra a pujança da economia brasileira e, além disso, coloca o Brasil numa condição especial diante de tamanha crise, o país vive uma situação de pleno emprego²⁶.

Porém, como a crise capitalista é estrutural e dinâmica, e o capitalismo sobrevive dessas crises sistêmicas a Socioeconomia Solidária se apresenta como alternativa e possibilidade de trabalho de renda em diversos empreendimentos autogestionários, que para Gaiger (2003, p 181.) “[...] compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade”, com princípios de autogestão, cooperação e eficiência. Estes empreendimentos unidos foram responsáveis em 1991 pela fundação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG).

A ANTEAG se constitui como uma das principais entidades que preconizam e apoiam os empreendimentos autogestionários como resposta a crise capitalista. Enquanto isso, o ator

²⁴ O Jornal Valor Econômico em 30/04/2014, apresentou uma matéria em que o Brasil configura a 7ª economia mundial, ver site <http://www.valor.com.br/internacional/3532202/estudo-do-banco-mundial-mostra-brasil-como-7;>.

²⁵ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>.

²⁶ Ver em: KON, Anita. Macroeconomia Simpósio: Brasil rumo ao pleno emprego. **Pleno Emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores** Revista Economia & Tecnologia (RET). Vol. 8, nº 2. Abr/Jun 2012.

social coletivo, apresenta como objetivo primordial, auxiliar na recuperação e manutenção da geração de renda e trabalho, de empresas e trabalhadores que constituem o quadro de atores sociais excluídos, que buscam novas possibilidades de inserção econômica a partir das relações sociais solidárias para o modo de produção (ANTEAG, 2000).

Nessa totalidade da Socioeconomia Solidária no Brasil, Singer (2003) destaca outras entidades relevantes para a sua expansão na luta contra a opressão e exclusão inerentes ao capitalismo, tais como: O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que constituem uma organização social coletiva que luta por terras improdutivas mantidas por latifúndios; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) em 1999, formadas por Universidades vinculadas a rede UNITRABALHO²⁷, as quais apoiam às comunidades e os grupos com suporte educativo e administrativo em formação teórico política para organizações cooperadas de geração de renda e trabalho; a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) que ao lado do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE) e da rede UNITRABALHO, promovem assessoria aos sindicatos que erguem a bandeira nesta luta; o Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), compostos pelas Cáritas, que fomentam expressivamente os empreendimentos solidários; a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) uma organização não governamental com sede no Rio de Janeiro, comprometida com o apoio a organização do trabalho comunitário e associado.

De modo geral, Singer (2003) entende que essas entidades são de suma importância para a articulação dos processos educativos, que mobilizem, contemplem, auxiliem e acompanhem as ações de organização dos empreendimentos econômicos solidários, que se empenham em promover a inclusão das pessoas em sua completude, de maneira em que sejam respeitadas e valorizadas nas relações sociais coletivas e de trabalho.

No contexto dos governos dos últimos 12 anos no Brasil (2002/2014) a Socioeconomia Solidária se fortaleceu. Por meio da junção dessas Instituições acoplada ao interesse das três esferas governamentais: municipal, estadual e federal em fomentar políticas públicas, consolidou e a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se expandiu e influenciou o

²⁷ Atualmente encontram-se filiadas a rede UNITRABALHO, 80 Universidades de todas as regiões do Brasil, que apresentam como objetivo disponibilizar os conhecimentos das universidades as organizações de empreendimentos econômicos solidários e aos trabalhadores (SINGER, 2002).

surgimento de outros fóruns estaduais, regionais e municipais²⁸.

Em âmbito nacional, em 2003 foi criada pela esfera federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável pela implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que em diálogo contínuo com a Plataforma FBES e outras entidades, fundamentado pela transversalidade e intersetorialidade, buscam alternativas para articular políticas de combate à pobreza e de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, para os trabalhadores e trabalhadoras excluídas pelo sistema capitalista²⁹.

A SENAES enfatiza que a Economia Solidária se caracteriza como uma maneira de desenvolvimento contra hegemônica ao sistema capitalista, que nega essa forma de exploração do trabalhador e por dentro do sistema procura construir relações de trabalho com base num outro modo de produção, promovendo a dialogicidade entre a economia, a política e primando pelo desenvolvimento humano de maneira sustentável.

Nesta perspectiva, observamos que a Socioeconomia Solidária como estratégia na construção de outra maneira de gerar trabalho e renda, contempla a pessoa em sua integralidade, que precisa ser reconhecida a partir da sua formação sócio histórica e cultural, suas crenças e valores mediadas pelas práticas sociais no contexto da realidade em que pertence.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

²⁸ Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso, Lei nº 8.936, de 17 de Julho de 2008. Política Municipal de ECOSOL pesquisar para aprofundar e incorporar na dissertação.

²⁹ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>>. Acesso em: Agosto/2014.

4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana³⁰.

A Socioeconomia Solidária é um movimento de lutas sociais do povo, da classe de trabalhadores explorados e excluídos, que expressam no/pelo corpo as dores marcas, símbolos dessa opressão, que percebem nesse modelo uma nova oportunidade de produção através do trabalho coletivo,

[...] se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais e colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (MANCIE, 2008, p. 111).

Conforme o autor, a sociedade solidária, vem resgatar os valores socioculturais do povo, os seus saberes para a realização do bem viver pessoal e coletivo, uma concepção que emerge dos mesmos interesses e anseios, partindo dos princípios de solidariedade, democracia, autogestão, respeito, confiança e ajuda mútua, e que apresenta como finalidade não o acúmulo do capital, mas sim, a concepção de humanização na dialogicidade das práticas sociais coletivas.

3.2 Educar para Socioeconomia Solidária: Possibilidades para emancipação do corpo

A economia em termos simplistas na lógica do capitalismo é compreendida por muitos trabalhadores, como uma obrigatoriedade, que precisa vender seus meios de produção. O corpo como materialidade da pessoa, tem nesta materialidade a exploração, a sua força de trabalho para assegurar a própria sobrevivência. Essa condição instituída por este pragmático sistema

³⁰ Carta de princípios da Economia Solidária – FBES, III Plenária Nacional da Economia Solidária, Junho/2013. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: Agosto/2014.

hegemônico não transmite encantamento, principalmente aos trabalhadores e trabalhadoras que amargam essa realidade da alienação, opressão e exclusão. Para Arruda (2003), esse desencantamento ocorre no momento em que a economia se materializa, tornando-se necessário reconstruir relações sociais e de trabalho nos princípios da solidariedade e cooperação, pois em sua concepção a Socioeconomia Solidária é uma filosofia de vida, um novo modo de pensar a economia, o mundo e o homem.

A Socioeconomia Solidária na perspectiva da solidariedade e cooperação é ressaltada por Arruda (2003), como uma atividade econômica que adquire uma dimensão de encantamento, um encantamento promovido pelas relações sociais geridas pelos mesmos sonhos, em prol de organizações sociais coletivas de pessoas dispostas a contrariar a lógica vigente do capital. Uma alternativa possível de consolidar a emancipação humana e social, pois a integralidade humana é respeitada, nesta circunstância Singer (2002, p.65) salienta que a,

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Nesse olhar, a proposta da Socioeconomia Solidária concentra-se em promover outra maneira de produzir a vida, constituída pela coletividade, sustentabilidade, autogestão, solidariedade, igualdade, uma alternativa de organização popular para gerar trabalho e renda, propiciando uma transformação social aos oprimidos e explorados, homens e mulheres em sua completude, no direito de ser humano ético, criativo, participativo, amoroso.

O ato de produzir e reproduzir a vida se realiza nas relações sociais, que se efetivam por meio das relações sociais e de trabalho, uma construção gnosiológica para o processo de consciência crítica (FREIRE, S/A). Uma totalidade da condição para que a pessoa se conheça e reconheça por meio do diálogo na ação-reflexão, teoria e prática, na capacidade de analisar e verificar as situações limites e reconhecer as possibilidades de mudança, na ação transformadora da realidade. O que se obscurece perante a sociedade capitalista, que promove a apropriação do corpo e a negação dessa consciência crítica humana, interiorizando o pensar individualista, competitivo, signos que constituem o capital.

Marx e Engels (1978) salientam que a práxis só é admissível pelo trabalho, estabelecida através da dinâmica permeada pela relação instituída na dialética, desenvolvendo a capacidade de

desconstruir, construir e reconstruir as condições espirituais e materiais da existência humana e formação da sua consciência. Nessa concepção o socialista Paul Singer (2002, p.116) acredita que “[...] é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio”.

No modo de produção da sociedade capitalista, o trabalho reproduz a negação da subjetividade humana. Conforme provoca a alienação e exploração do trabalhador em seu processo epistemológico, destitui o corpo do trabalhador das suas potencialidades, que o aliena, apropriando-o na maneira de pensar e de se relacionar no mundo principalmente nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, a Socioeconomia Solidária estabelece espaços férteis para o enfrentamento dessas contradições e realidades do capital. No movimento de resistência dos trabalhadores, no empenho de promover o diálogo e a reflexão dos fatores que distanciam o homem da sua humanidade, não apenas no caráter multidimensional da pobreza, mas na perspectiva da sua emancipação social,

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais (CATTANI, 2003, p. 175).

A emancipação social se entrelaça à autonomia de consciência crítica coletiva, que se manifesta nas diversas formas de lutas contra essa crise global da internacionalização hegemônica do capital, na participação efetiva no processo de produzir a vida em sociedade.

Emancipação implica associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos; subentende, também, responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos; a divisão de tarefas e o sentido do trabalho livremente estabelecido, elegibilidade e revogabilidade dos cargos de direção (CATTANI, 2003, p. 179).

Conforme o referido autor, para emancipação social é necessário vivenciar experiências que promovam relações sociais dialógicas, de apropriação coletiva e consciente dos meios de

produção. A emancipação social é o resultado de uma autonomia de construção coletiva que passa pela superação do capitalismo.

Para Boaventura Santos (2002), o pensamento ideológico de emancipação humana se vincula ao fenômeno da globalização neoliberal, em tempo que essa condição se expropriou do indivíduo, pois neste, prevalece o pensamento de emancipação liberal, em que o sujeito inserido no universo capitalista, outorga a concepção de liberdade, porém individualista mediante as relações subalternas. E que para contemplar a dimensão da emancipação social, é necessário reinventar outra maneira de globalizar relações concretas de convivialidades contra as configurações sociais hegemônicas da lógica capitalista.

Para conquistar a emancipação social, é indispensável à conscientização coletiva da classe dos trabalhadores que incitam movimentos de lutas sociais contrapostas a hegemonia do capital, pois, conforme Marx, a condição do modo de produzir a vida, o trabalho alienado, assalariado implica na realização do homem em sua totalidade, contradições que refletem no seu processo emancipatório,

Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material [...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com a que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 1996, p. 27).

A emancipação social é uma construção humana de libertação, um vir a ser, que se constitui pelo homem concreto, histórico e inacabado, não pela apropriação do homem condicionado à cultura capitalista. É na luta nos movimentos de resistência dos homens e mulheres na dialogicidade do processo educativo da Socioeconomia Solidária, é na organização coletiva, na prática participativa da autogestão e na compreensão da realidade, que a emancipação social e humana se faz.

É nessa perspectiva, que a Socioeconomia Solidária se contrapõe a hegemonia do capitalismo vindo ao encontro da possibilidade de edificar o humanismo social, em que o homem é concebido enquanto pessoa em todas as suas dimensões, na sua totalidade. Constituído pelo centro do pensar, que nesta maneira de produzir as relações sociais e de trabalho os homens se organizam coletivamente para juntos pensar e refletir sobre a realidade, de maneira participativa e crítica. Sguarezi (2010, p. 161) observa que,

A economia solidária promove a transformação social, o foco não está apenas na produção, mas na possibilidade de construir relações sociais que ultrapassam os vínculos das relações de trabalho. Essa capacidade de humanizar-se de *ficar de bem consigo, de bem com o próximo, de bem com o seu coletivo*, aflora resgatando a humanidade que se perdeu com a modernidade.

Ao refletir sobre essas concepções teóricas, reafirmo a importância de referenciar e apropriar do termo Socioeconomia Solidária, pois este estudo tem como protagonistas, o grupo de mulheres do Empa, um grupo informal que se encontra em processo de organização do trabalho associado. Um grupo contemplado por uma rica diversidade étnica e cultural, em que as mulheres se concebem mulher a partir das relações e práticas sociais solidárias construídas mediante a realidade que vive e com o qual convivem, abrangendo o real sentido da economia, a sua proeminência social.

Zart (2005, p.37) a partir de Bloch (2005) enfatiza que, “A socioeconomia solidária é a possibilidade da realização da “utopia concreta””, pois se constitui além da questão da produção e consumo, uma possibilidade ideológica de transformação social mediante a realidade histórica das práticas sociais, que reconhece as pessoas em sua diversidade, os seus valores, suas crenças e seus saberes.

Interpreto que a socioeconomia solidária não representa uma dinâmica social restrita aos processos de produção e de consumo. Mas ao referir aos processos produtivos e de consumo devem-se compreender os contextos mais amplos que são culturais e políticos, vale dizer, toda organização econômica é transversalizada por questões que implicam os valores e as atitudes dos indivíduos nas relações intersubjetivas, quanto das opções em termos das estruturas e das relações sociais (ZART, 2012, p.99).

A Socioeconomia Solidária se caracteriza como uma possibilidade de emancipação social no processo de educação das relações sociais, culturais, políticas e econômicas em formação de princípios da democracia na construção das experiências dos movimentos sociais contra-hegemônicos.

Na concepção de Arruda (2003, p.237), trata-se de um “[...] sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária [...] com o fim de emancipar sua [do trabalhador] capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho”.

Para o autor, a Socioeconomia Solidária é libertadora e emancipadora na medida em que o trabalhador desenvolve a sua potencialidade em consubstanciar outros saberes para gerir sua própria história em sociedade. De tal modo que, esse tempo livre de trabalho não seja associado à ociosidade, mas sim, na possibilidade humana em poder desenvolver outras dimensões, “É para casar em nossa mente a economia com o social, com o político, para indicar que tudo está unificado na vida concreta da sociedade” (ARRUDA, 2000, p.80).

Entendemos essa visão de sociedade e mundo como uma possibilidade de promover a práxis, por meio de um processo de construção de cidadania, em que o desenvolvimento humano torne-se integral, gerando bem-estar social e qualidade de vida num corpo emancipado socialmente. Essa nova perspectiva de organização socioeconômica, definida por Santos e Zart (2005, p.40) como, “a maneira solidária e coletiva de gerir a economia”, se configura em um abrangente campo em que,

Ela não é a espera passiva de um dia fazer revolução social e cultural em marcha, isto é, é a esperança ativa de trabalhadores que aprendem a vivência da coletividade na práxis. A democracia econômica é testada e aprendida na convivência real e conflituosa entre sujeitos que efetivam a solidariedade na economia através da prática autogestionária nos empreendimentos econômicos solidários, e, como exemplos desta aprendizagem podem ser indicados às cooperativas, as associações, os grupos informais, as empresas autogestionárias e as redes de colaboração solidárias (ZART, 2001, p.45).

Nesse cenário constituído por outra alternativa, outro olhar de educação social para produzir a vida, em uma concepção filosófica e utópica aferida pela valorização da pessoa se encontram as mulheres, o corpo feminino.

3.3 Autogestão e Corpo Feminino: a força da mulher no processo educativo para e pelo trabalho associado

No cenário atual de crise da infraestrutura social e econômica, observa-se na subjetividade do corpo feminino no trabalho, que as mulheres constituem um número elevado de pessoas excluídas e que buscam o mercado informal como uma alternativa para gerar renda e trabalho.

Culti (2004), em seu texto: Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos menciona que a Economia Solidária amplia um campo de possibilidades de geração de trabalho e

renda, onde a mulher passa a ter credibilidade e autonomia para as tomadas de decisões coletivas. Enquanto sujeito social torna-se agente participativa e integrada por relações de solidariedade e coletividade, em que apresentam interesses e objetivos comuns.

Essa questão é extremamente relevante para a mulher, pois o seu trabalho não é apenas o formal, mas toda a concepção social e histórica constituída no e pelo corpo feminino. O ser mulher que ao adentrar ou se retirar de seu lar, tem uma nova jornada de trabalho não reconhecida e nem remunerada: o ser dona de casa (serviços de casa), o ser mãe (cuidados maternos), ser mulher (carinho e prazer ao parceiro), além de outras responsabilidades refletidas em seu corpo, essa condição do trabalho conduz a fragmentação do corpo feminino.

Nesse sistema hegemônico a economia não reconhece e muito menos valoriza essas atividades dedicadas ao contexto familiar desempenhada pelas mulheres, para Coelho (2003, p.128),

A Economia tende a ignorar, por isso, todas as produções que, sendo embora cruciais para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, não são valoradas através do mercado. Fica assim de fora do seu âmbito de estudo aquilo a que hoje chamamos o sector não formal (Smith apelidava-o de “trabalho improdutivo”), do qual faz parte, de modo muito substancial, o trabalho doméstico e, muito em particular, o trabalho reprodutivo. Esta omissão é lida pelas (os) autoras (es) feministas como uma das expressões do viés androcêntrico da ciência económica, uma vez que aquele é um trabalho esmagadoramente desempenhado pelas mulheres.

Neste âmbito, o modo de organização da Socioeconomia Solidária, através da autogestão, contribui significativamente para que esta mulher seja autora das suas escritas, protagonista em todo o processo, garantindo a possibilidade de adequar todas as suas atividades, de maneira em que a sua rotina não se torne exaustiva e o seu trabalho não seja explorado. Nessa lógica oposta ao neoliberalismo do capital, a autogestão contempla e valoriza o corpo feminino, a sua totalidade e os seus saberes, promove o bem-estar e a emancipação social.

A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, assim a autogestão promove o re-encantamento do humano. Simultaneamente busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho [...] a autogestão é uma forma de libertação (SGUAREZI, 2011, p. 162).

Para o referido autor a autogestão é o ato de autogerir e vai além do ato de democratizar o processo do trabalho coletivo, relaciona-se a uma nova filosofia de vida, que promove um

reencontro com os saberes adormecidos, em um processo de educação emancipatória e participativa. Para Daniel Mothé (2009, p. 29) “A autogestão foi pensada no âmbito de um elã revolucionário cujos atores são movidos pelo desejo da mudança. No calor de uma vitória sobre seus opressores, as multidões convidam-se à mesa do debate político; não precisam ser convidadas”.

A Socioeconomia Solidária a partir da autogestão e do trabalho associado como uma possibilidade de produzir e reproduzir a vida em coletividade compreende o sujeito em sua completude, os envolve como protagonistas sociais no processo de educação econômica, política e social. Não dissocia o trabalho intelectual do físico, considera o corpo em sua totalidade, constituído de saberes adquiridos pelas vivências sociais históricas mediante a realidade nas relações sociais. Conforme o relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária,

A Economia Solidária preconiza o trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, contrapondo-se a alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam. A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõem cada coletivo. A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade (FBES, 2013, p.39).

A autogestão difere-se da heterogestão típica do capitalismo, porque os seus princípios conduzem a ações administrativas democráticas, em que as pessoas associadas/cooperadas participam diretamente de todo o processo de maneira igualitária, sem “patrão” e “empregado”, de tal modo que todos sejam contemplados como gestores do empreendimento solidário, numa perspectiva de gestão compartilhada. São apontamentos que demonstram a importância da autogestão para o processo de educação na ressignificação do corpo feminino,

Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar à práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política (FBES, 2012, p.3).

A autogestão promove possibilidades ampliadas que agregam outros saberes necessários para o empoderamento das mulheres na comunidade, a participação democrática nessa emergente

alternativa constrói possibilidades para o processo de educação na ressignificação do corpo feminino.

O enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, considerando a perspectiva feminista, passa por romper com o papel destinado às mulheres na sociedade e que, por vezes, é reproduzido nos empreendimentos. As mulheres precisam assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada sua relação com o crédito. A autogestão é fundamental para que a Economia Solidária seja organizada a partir de uma relação direta de contribuição com a luta feminista. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política (Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2013, p.39,40).

É preciso compreender que no processo de educação para autogestão é necessário mergulhar em seus fundamentos. Autogestão na sua gênese pretende uma reestruturação nos fundamentos da sociedade, visando a reconstruir os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras, ressignificar as relações, apropriar-se de uma visão crítica e reflexiva nas dimensões: política, social e humana, pois, “não é simplesmente de um novo conhecimento que precisamos; o que precisamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não precisamos de alternativas, precisamos de um pensamento alternativo às alternativas” (ZART, 2007, *apud*, SANTOS 2011, p. 49).

Nesse cenário autogestionário, o trabalho associado apresenta uma nova perspectiva para as relações de trabalho, no qual desenvolve uma participação crítica das pessoas, conforme Grasmci (1982, 1982, p. 8),

[...] nos processos de trabalho associado, a força de trabalho não se caracteriza como uma mercadoria, pressupondo relações econômico-sociais opostas às relações capitalistas, pode-se inferir que um dos objetivos da educação de trabalhadores associados consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço de intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.

Esse processo que envolve a Socioeconomia Solidária, embasada nos princípios da autogestão e do trabalho associado está vinculada a um processo de educação que transpõe os “muros” de uma educação formal. Trata-se de uma pedagogia gerida pela Educação Popular,

fundamentada por Paulo Freire, uma nova concepção de educação que engloba o sujeito enquanto um corpo vivido, em sua totalidade, que o considera ator sociocultural participante do trabalho que o envolve, perante a realidade na qual se encontra. Conforme Brandão a Educação Popular compreende “outros cenários, outras situações, outras comunidades e outras categorias de sujeitos aprendentes” (BRANDÃO, 1980).

Um processo de educação que não dissocia teoria/prática, que parte da premissa que todos possuem saberes constituídos pelas suas vivências ao longo da história. Como ressalta Freire (1987) não há saber mais ou saber menos há saberes diferentes, é neste sentido que a Educação Popular vem ao encontro da Socioeconomia Solidária, pois segundo Brandão,

A Educação Popular está presente sempre e quando os direitos de todos e, de maneira especial, dos excluídos e desqualificados dentro da e através da Educação, são reclamados como um dos pontos de partida de todo um projeto de justiça sociocultural a serem fecundados também através da educação (BRANDÃO, 1980, p. 7).

Deste modo, a Educação Popular e a Socioeconomia Solidária enaltecem o ser humano enquanto ator social, agente crítico e participativo, que por meio do diálogo presente nas relações e práticas de sociabilidade busca promover a emancipação social e humanização no modo de produzir e reproduzir a vida em coletividade, valores, símbolos e significados que podem ser compreendidos na magnitude do corpo.

A educação para Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora e reconhecer as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres (FBES, 2012, p.4).

Nessa luta social, as mulheres representam um número expressivo, sendo que a Socioeconomia Solidária se concebe como uma possibilidade de aprendizagem epistemológica e dialógica para romper com o discurso dominador do capitalismo, numa outra concepção gnosiológica de produzir e reproduzir a vida. Uma perspectiva de educação fundada pelos princípios da autogestão e do trabalho associado, que viabilizem a emancipação do corpo feminino em uma nova maneira de ver e pensar o mundo.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nós mulheres temos que se cuidar, somos seres humanos, a gente tem que se sentir bem onde estamos. Como no grupo de mulheres eu me sinto bem, [...] eu acho muito importante à participação da mulher na comunidade. No fazer junto, eu aprendo, e na medida em que eu aprendo vou ensinando as outras pessoas (ROSILAINE, Julho/2014).

4.1 Biografia do grupo de mulheres do Empa

O grupo de mulheres do Empa é um grupo constituído por mulheres de diferentes saberes étnicos e culturais, que se encontra em processo de mobilização e organização de empreendimento econômico solidário. É um grupo informal que emergiu mediante uma realidade socioeconômica e política de exclusão social agregada à exploração do trabalho, desemprego, violência doméstica, baixa renda, associados à ausência de políticas públicas.

Figura I - Grupo de Mulheres do Empa



Fonte: DUTTON, 2014.

O grupo de mulheres do Empa se constituiu a partir do Projeto EMPACE. De acordo com dados do relatório do Projeto EMPACE³¹, o primeiro encontro efetivo com a participação das mulheres da comunidade do Empa, foi realizado nos dias 26 e 28 de dezembro/2011, com a presença de 27 mulheres. A atividade desenvolvida foi uma oficina para apresentar a metodologia do diagnóstico comunitário participativo. Uma das ações realizadas neste encontro foi a divisão de dois grupos sociais de trabalho, um direcionado para atividades de reforma do barracão da comunidade, e o outro grupo constituído foi o de mulheres. O objetivo inicial do grupo de mulheres foi o de realizar o diagnóstico comunitário participativo para verificar a realidade vivenciada pelas mulheres no contexto da comunidade.

Esse diagnóstico comunitário participativo foi realizado com o grupo de mulheres em 31/01/2012 e teve a participação de 11 mulheres. Após verificar a realidade socioeconômica e cultural dessas mulheres, o Projeto EMPACE articulou oficinas formativas, de aprendizagens técnicas e teóricas embasadas pela Socioeconomia Solidária e Educação Popular Freiriana, objetivando contribuir para uma perspectiva de geração de trabalho e renda.

De acordo com o grupo de mulheres, o processo de mobilização para agregar as mulheres ao Projeto EMPACE, ocorreu por meio do apoio da Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote. A referida Escola no 2º Semestre/2012 foi responsável por encaminhar o convite às mães da comunidade para uma reunião. Esta reunião apresentou a proposta dos cursos de formação técnica e política para a produção de artesanatos. Conforme o grupo de mulheres, o encontro foi ministrado pelo CDHDMB e pelo Núcleo de Trabalho UNITRABALHO/UNEMAT, no qual entre as mulheres presentes, seis são as protagonistas que compõem o grupo de mulheres do Empa.

Dona Maria Auxiliadora uma das participantes desse grupo, mencionou que nesse encontro não pode estar presente por motivos pessoais, acrescentou ainda dizendo que num outro momento após a reunião, a coordenação do Projeto EMPACE a procurou para verificar se haveria possibilidade das formações serem ministradas em sua residência, tendo em vista que, a Escola possui poucas salas de aulas e não poderia ceder espaço para a realização das atividades do Projeto.

³¹ Relatório das ações desenvolvidas pelo Projeto EMPACE, referente o período de Maio/2011 a Maio/2012, com o apoio da MISEREOR-233-077-1014ZG.

O processo aconteceu na escola, falaram que ia acontecer esses cursinhos. Na escola não tinha espaço, pediram aqui a minha casa, aí começou assim. Vamos criar um grupo de mulheres aqui no Empa para fazer um grupo para que cada uma tivesse o seu salário, porque aqui ninguém tinha e ninguém tem renda [...] Aí que foi tendo os cursinhos de artesanatos e a partir desses cursinhos de artesanatos é que surgiu o grupo de mulheres, mas tudo vem desse andamento. (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

A iniciativa do Projeto EMPACE foi essencial na história do grupo, a partir desse Projeto se consolidou o grupo de mulheres do Empa, esta percepção emerge das mulheres por meio da concretude do processo educativo em que se encontram. Essa concepção aparece nas suas vozes, como ressalta Ducelina,

O surgimento do grupo foi através de uma reunião que teve ali na escola, foi convocado os moradores, [...] ofereceram vários tipos de cursos, varias formações, como agente sempre quer uma renda extra né, saber um pouquinho mais das coisas também, aí agente começou a reunir, na Dona Maria, na Escola, aí continuou na Dona Maria, aí veio a formação da economia solidária, depois as outras formações, e assim ficou o grupo de mulheres. (DUCELINA, Julho/2014).

Conforme os relatos das mulheres, as formações técnicas para a produção de artesanatos iniciaram em Outubro/2012, e posteriormente tiveram a formação política sobre a gestão em Socioeconomia Solidária nos princípios da autogestão e do trabalho associado.

Por meio desse processo educativo se constituiu o grupo de mulheres do Empa, “consideramos o nascimento do grupo de mulheres do Empa, quando nós começamos a participar das oficinas dos artesanatos, em que aprendemos a fazer junto o bordado em chinelo, a pintura em tecido e o designer em roupas” (Laura, Julho/2014).

O grupo de mulheres do Empa é um grupo informal que se encontra em processo de mobilização e organização da Socioeconomia Solidária há dois anos, “esse processo é complicado e lento” (Dona Maria Auxiliadora, Julho/2014), e atualmente esta composto por sete mulheres.

Observamos durante a pesquisa, que as reuniões e encontros acontecem nas casas das próprias mulheres. Na maioria das ocasiões, os diálogos ocorrem na casa da Dona Maria Auxiliadora, essas decisões sobre os horários e locais geralmente são coletivas entre as mulheres.

Percebemos com esta postura do grupo de mulheres, que embora as mulheres ainda não tenham aprofundamento epistemológico sobre autogestão e trabalho associado, preocupam-se em se organizarem de maneira que todas possam participar coletivamente.

Esse grupo de mulheres trabalhadoras e moradoras do Empa encontra-se atualmente constituído por sete mulheres, sendo que uma não é mais moradora do bairro, mas participa ativamente nas atividades do grupo. Todas as mulheres se dispuseram a participar voluntariamente da pesquisa. Apresentamos, abaixo, as protagonistas desta pesquisa.

Figura II – Sujeitos da Pesquisa: Autorretrato



Fonte: DUTTON, 2014.

A figura II, representa um autorretrato das sete mulheres que constituem o nosso universo da pesquisa, estes desenhos foram produzidos por elas no primeiro encontro coletivo com o grupo, após termos a nossa pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)/UNEMAT, no qual as protagonistas autorizaram através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a publicação da sua identidade.

Na ocasião, realizou-se uma dinâmica, autorretrato, com o objetivo de conhecer e perceber como essas mulheres se concebem como pessoas, de maneira que fosse possível fazer uma leitura inicial da sua subjetividade em sua constituição sociocultural e histórica. Cada mulher recebeu uma folha de papel A4, caneta, lápis e borracha. Foi solicitado que expressassem os seus sentimentos, suas emoções, sua consciência e concepção de pessoa. Após a produção do autorretrato, realizaram a apresentação para o grupo, explanando a sua concepção de pessoa. O

grupo se organizou em círculo de maneira que todas pudessem visualizar a imagem apresentada e detalhada, assim, cada mulher teve a sua voz ouvida sutilmente.

Nesse contexto, percebeu-se uma concepção de pessoa muito semelhante entre as mulheres, que em geral se retratam como mulheres guerreiras, determinadas, lutadoras e amigas, que gostam de ajudar o outro, e que estão sempre dispostas a aprender, bem como a ensinar, que acima de tudo creem em Deus, e por fim consideram-se mulheres felizes por terem família (esposo e filhos). São memórias de vida do corpo feminino que vivenciam um novo olhar.

Ducelina Rufino, 22 anos, ensino fundamental incompleto, casada, quatro filhos. Nascida em Alta Floresta-MT, mas, ainda bebê foi com a família para Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. Tão pouca a sua idade, tão grandiosa suas vivências. Experimentou a maternidade aos 14 anos de idade, a vida lhe propôs esse desafio, que com muita sabedoria e dignidade soube enfrentá-lo com tamanha igualdade. Gestante, se mudou para a cidade de Cáceres-MT, em busca do apoio da sua mãe e aos sete meses de gestação, vivenciou uma experiência que a surpreendeu, o amor. Nessa condição de ser mulher, conheceu o seu esposo, a quem sempre define como “O marido que eu pedi a Deus, que sempre ta do meu lado, a gente é um pro outro”. Foi o seu esposo que registrou o seu primeiro filho, filho então do casal, que logo vieram mais três para trazer mais esperança e alegria nos dias de lutas. Para essa mulher, a vida só tem sentido quando há compreensão, respeito, cumplicidade e solidariedade, elementos que fazem parte das relações estabelecidas socialmente.

Laura Catarina, 32 anos, ensino médio completo, casada, mãe de 4 filhos, de origem indígena. Inicialmente esse corpo feminino nos solicitou que preservássemos a sua identidade, no entanto, durante as tramas da pesquisa, Laura foi se desvelando, deixando registrada em sua face, a razão pela qual se orgulha de ser mulher de raça e coragem. Percebemos na subjetividade do seu corpo a alteridade, então, questionei-a se gostaria de continuar em anonimato na pesquisa. E como esperava, a sua resposta não me surpreendeu, suas poucas e firmes palavras soaram aos meus ouvidos, “Sou mulher guerreira, mãe de quatro filhos que quero o melhor pra eles, e ficar no mesmo lugar não vai mudar nada”. Essa mulher sempre nos acolheu com sorrisos meigos, que transmite serenidade em sua fala, um corpo feminino que reconhece e valoriza a importância de viver em harmonia, que tem no diálogo a base das relações familiares e social.

Maria Auxiliadora, 54 anos, ensino médio incompleto, segundo casamento, chiquitana “Me reconheço assim, meus pais são chiquitanos e vieram da fronteira” (Diário de Campo,

Julho/2014). Dona Maria, sinônimo de esperança e alegria, refiro assim, pois ao trazer as memórias dessa mulher, rapidamente me remeto em uma das suas primeiras falas “O grupo **ainda vive**, não se dispersou por completo, porque há em cada uma dessas mulheres a **esperança**” (Diário de Campo, Julho/2014). Neste instante, percebi no tecer da sua voz a perseverança de que ainda existe a possibilidade do grupo continuar as práticas sociais de trabalho coletivo, a luta pela emancipação social, e que isto não é uma utopia, mas uma realidade muito próxima incitada pelos mesmos sonhos. Mas, para explicar isso a trabalhadora usa-se da metáfora que “Uma andorinha só não faz verão”, entendemos a sua concepção sobre a importância do fazer junto, da coletividade para que as mudanças ocorram. Esse corpo feminino traz em sua memória uma longa trajetória de vida, aprendizados que hoje se orgulha em falar. Essa mulher relatou que gerou e deu a vida a dez filhos, todos concebidos pelo parto normal, em sua virilidade, força e saberes, e que embora cinco desses filhos não se façam mais presentes nesta vida, a motivaram e constituíram mais ainda como guerreira e trabalhadora. Dona Maria, como todas as chamam, é sim a “Maria Maria” cantada por Milton Nascimento³², aquela que tem força, raça, e gana, pois, não se cansa em buscar alternativas e apoios para que o grupo se fortaleça. É a Maria como tantas Maria que traz em seu corpo as marcas, símbolos e sentidos da sua convivialidade na produção da vida. O grupo de mulheres do Empa a considera um pilar que ajuda em sua sustentação, pois mesmos as ações e práticas geridas pela coletividade, com deliberações democráticas, em diversos momentos percebemos que o grupo a concebe como liderança, a pessoa que articula as reuniões, que faz os contatos, e que também promove o estreitamento de laços afetivos entre as mulheres.

Marilaine Ramos, 23 anos, ensino médio completo, casada, mãe de dois filhos, neta de chiquitanos, filha de Dona Maria Auxiliadora. Uma jovem dedicada às ações sociais da sua comunidade. Pessoa humana, de coração grandioso, espontânea. Uma mulher que sempre se disponibiliza para contribuir, que se doa e ao se doar não cobra, faz por se sentir bem e acreditar que a vida produzida coletivamente é melhor. Na sua concepção, o diálogo é fundamental para mediar às relações, pois “Cooperar é dialogar”. Mari, como gosta de ser chamada é alegre e sorridente, que carrega consigo a vontade de ver mudanças, que além dos aprendizados da vida, ainda pretende adquirir outros conhecimentos nos muros da Escola, mas, em outro momento, pois

³² Música Maria Maria, composição de Milton Nascimento e Fernando Brant.

a sua dedicação neste instante é para a sua família, seus filhos e para o grupo de mulheres, no qual pensa ser uma possibilidade de ter trabalho e renda.

Raquel Martins, 52 anos, ensino médio incompleto, segundo casamento, 5 filhos, pais nordestinos que migraram para o Mato Grosso quando ainda estava no útero da sua mãe. Uma mulher admirável pela sua força e determinação, que traz em sua memória uma história de lutas, obstáculos e superação, que sempre em sorrisos fala “*Não existe felicidade se você não passar por uma luta*”. Vivenciou com o primeiro casamento marcas do patriarcalismo, foi submetida à violência doméstica por muitos anos e que ainda amargam as suas lembranças. Desse casamento, mencionado por ela como “conflituoso e infeliz” viveu a maternidade, os únicos momentos de alegria, seus três filhos (hoje todos maiores de idade e casados). Dona Raquel, nos relatou que foram anos de angústia e sofrimento, mas, quando percebeu a sua força se encorajou e encarou a realidade que já não suportava mais, “Fui guerreira, nunca deixei meus filhos pra trás, ergui as mangas e fui trabalhar, fui diarista, funcionária de lanchonete, lavadeira, fazia salgados e vendia, tudo pra tentar outra vida, uma vida melhor com meus filhos”. Mulher, mãe e trabalhadora, foi com essa determinação, nessa luta, que conheceu o grande amor da sua vida, seu atual esposo, no fruto dessa relação gerou mais dois filhos. Uma mulher acolhedora, admirável pela consciência que nutre a sua maneira de se relacionar e produzir a vida.

Rosilaine Ramos, 27 anos, ensino médio, casada, mãe de dois filhos, irmã da Marilaine e de mais quatro irmãos, filha de Dona Maria Auxiliadora. Traz em seu corpo saberes transmitidos pelo diálogo na relação com a família. Foi no espelho da sua mãe que se reconheceu mulher, com o mesmo sorriso anuncia a alegria de viver e partilhar. Consciente das dificuldades impostas pela sociedade capitalista, não se intimida em lutar, buscar e idealizar oportunidades de crescimento, um crescimento humano e espiritual. Acredita na potencialidade de cada uma das mulheres protagonistas do grupo, principalmente se unirem as forças e a vontade para construírem novas histórias. Por isso tem a certeza de que o grupo de mulheres do Empa concretizará as suas lutas, “Logo começaremos a colher os frutos plantados”.

Silva de Arruda, 34 anos, ensino fundamental incompleto, casada, mãe de 2 filhos. De olhar tímido e ingênuo, mas de um brilho profundo, como uma luz a espera de algo. Um corpo feminino que nos impressiona pelo silêncio que o envolve, e que mesmo neste silenciar, se faz ser ouvida, é uma força no fazer coletivo, no participar. “A Silvia é uma pessoa participativa deixa tudo e vai” (Maria Auxiliadora, Agosto/2014). Um corpo feminino que esta se emancipando,

adquirindo confiança e autonomia participativa neste processo de educação da Socioeconomia Solidária. Uma pessoa humana, uma voz que ecoa em um retumbante grito silencioso empoderado por princípios de luta e equidade, em que se reconhece através do outro, não no fazer para o outro, mas, no fazer junto com o outro em uma organização coletiva.

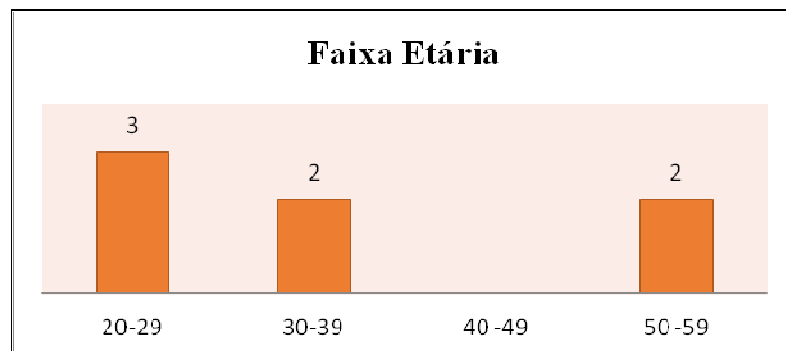
Esta é a primeira apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa, que no decorrer do trabalho serão cada vez mais admiradas pela força expressa em sua corporalidade, bem como pelos saberes e sentidos que estas dão à vida coletiva. No capítulo IV apresentamos um perfil mais amplo dessas mulheres.

4.2 Perfil Socioeconômico e o eco das vozes do Grupo de Mulheres do Empa

Após apresentar, brevemente, o histórico de constituição do grupo de mulheres do Empa, evidenciaremos o perfil socioeconômico das mulheres que o compõe, bem como retrataremos elementos organizativos estabelecidos pelo corpo feminino no cotidiano do trabalho no espaço familiar. Acreditamos que é pela educação nos diversos contextos que ocorre o uso do corpo como materialidade da pessoa, e que pode ter nesta materialidade o trabalho como exploração ou não da pessoa.

Para isso, deixamos nos inebriar pelo diálogo, às vezes pronunciados e em momentos ditos pelo corpo no silenciar das vozes dessas trabalhadoras, de maneira em que pudéssemos nos atentar aos gestos, expressões de quem nos faz ouvir para compreendermos a realidade deste contexto. São mulheres que se encontram na faixa etária entre 20 a 60 anos, sendo a idade média de 30 anos, conforme nos demonstra a figura II.

Figura III - Idade das Mulheres



Fonte: DUTTON, 2014.

Este dado evidencia que, a maioria das mulheres se apresenta em idade economicamente ativa, porém apenas uma se encontra no mercado formal de trabalho. Com 54 anos de idade atua como Educadora Popular na Rede de Educação Cidadã (RECID), na qual o seu vínculo empregatício é por meio de contrato de trabalho.

As seis mulheres que não se encontram no mercado formal de trabalho, apresentam características que levam à hipótese de que essa condição não se associa diretamente a idade, uma vez que possuem cerca de 30 anos.

Um indicativo dificultador para o ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho formal refere-se ao trabalho reproduzido na esfera doméstica. Em seus relatos, ressaltaram que se sentem realizadas por poderem dedicar o seu trabalho para a família, nos cuidados com a casa, com os filhos e esposo, pois acreditam que se adentrarem no mercado formal de trabalho, não conseguirão atender as necessidades da família devido principalmente a carga horária que deverão cumprir. Para Andrade (2007), esses são fatores concretos que contribuem para a não inserção da mulher no trabalho formal, pelo que se percebe, elas valorizam mais o cuidado da família e do lar do que o trabalho formal. Apesar de estarem implícitas a valorização da vida e a solidariedade com os seus, isso nos mostra que as mulheres reproduzem na prática valores paternalistas da sociedade capitalista.

Evidenciamos na percepção das mulheres trabalhadoras, que é na relação com os filhos o maior enfrentamento, especialmente para a maternidade daquelas que têm crianças com faixa etária menor que 5 anos. Um dos motivos para essa maior interferência se relaciona a ausência de creches no Bairro para atender a essas famílias, é comum perceber afirmações nesse sentido.

Neste contexto, é relevante enfatizarmos a concepção de corpo feminino dessas mulheres. São mulheres que trazem na subjetividade do seu corpo símbolos da educação, das relações sociais e culturais, aos quais foram outorgadas desde a infância, padrões constituídos pelas contradições da sociedade capitalista.

Ser mulher é ser: *uma boa mãe, boa esposa*, lutar pelos meus objetivos, realizar os meus sonhos. Como mulher ter atitude de correr atrás daquilo que faz parte dos meus sonhos, assim é ser mulher. Uma coisa que eu vejo, são essas mulheres se sujeitarem a serem espancadas por seus maridos, maltratadas pelos seus maridos, por não terem coragem de ir à luta, de ir trabalhar e falar: eu sou dona de mim, *posso trabalhar em casa e também trabalhar para ter renda e ajudar a minha família* (RAQUEL, Julho/2014).

Ser mulher pra mim é poder ajudar as pessoas que precisam de ajuda, *cuidar da casa, dos filhos, do esposo*, participar na igreja, ajudar na limpeza do templo do Senhor (SILVIA, Julho/2014).

Na visão dessas mulheres a reprodução social e cultural relacionada ao espaço doméstico como sendo trabalho da mulher ainda se faz presente. De acordo com Soares (2007), essa concepção de corpo feminino remonta desde a antiguidade, sobretudo, e principalmente, o período correspondido a grande ascensão da Revolução Industrial em toda a Europa, a qual ocorreu mediante a intervenção do Estado o movimento higienista, em que a mulher assume um relevante papel social de educar e disseminar os valores e conhecimentos à família e aos filhos, de modo que, promovesse a harmonia do lar. Mas, a preocupação do Estado nesse processo de intervenção pedagógica, não era exatamente o bem-estar social das famílias, e sim, de manter o controle dominante sobre a classe trabalhadora, sustentando os pilares capitalistas.

Apesar da influência de diversos fatores, podemos afirmar que a partir do processo educativo em que essas mulheres estão vivenciando, essa limitação do corpo feminino ao trabalho doméstico esta se desvelando na medida em que participam socialmente, dialogam, refletem e interpretam as necessidades coletivas do grupo, os que as orientam em uma educação crítica, para emancipação, dando novo sentido ao corpo. Dona Maria Auxiliadora (Julho/2014), relata que,

Mulher é ter igualdade, é ser mãe, mulher é ser parceira em todos os sentidos. Mulher é ser compreensiva em todos os sentidos, no lar, no trabalho. Muitas vezes a gente mulher quer colocar a mão aonde não alcança, mas quer levar a mão lá, mas quando a gente fala que não dá que não tem como, tem que compreender. E também eu disse aqui, que mulher tem que ser companheira, e pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer tem que participar e sem medo de ser mulher (encerrou sua fala com um sorriso alto).

Neste contexto, para Gadotti e Gutiérrez (1993, p. 27),

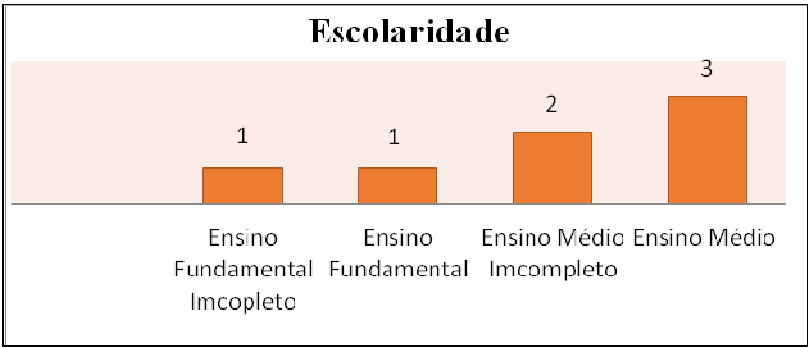
[...] a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que se produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão ações concretas de transformação social, e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade.

Esse processo educativo, capaz de provocar a humanização do próprio homem para a prática da liberdade, ocorre no viés de uma educação crítica, participativa e emancipatória, fundada na essência do diálogo, pois de acordo com Paulo Freire (1987, s/p), “Não é no silêncio

que os homens se fazem e sim na palavra, na ação reflexão”.

Percebemos que o grupo de mulheres ao se apropriar dos elementos fundados nessa concepção de educação, na prática de uma relação horizontal, esta desenvolvendo um protagonismo das mulheres que estão buscando uma alternativa para melhor articular e viabilizar uma possibilidade para gerar trabalho e renda para auxiliar nas despesas financeiras da família, de maneira que consigam realizar esse trabalho paralelamente com o trabalho em casa.

Figura IV - Caracterização da escolaridade das mulheres

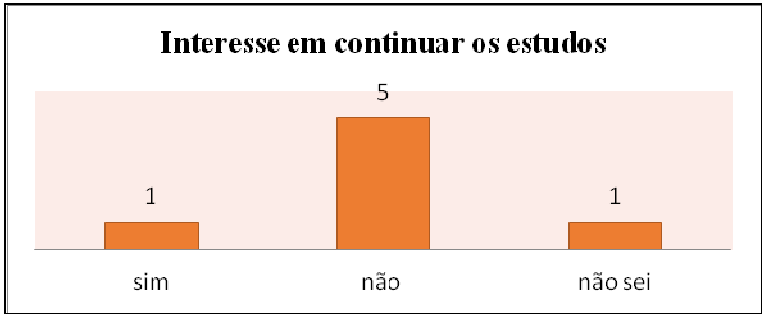


Fonte: DUTTON, 2014.

Em relação ao nível de escolaridade, observamos uma grande diversidade conforme nos mostra a figura IV. Verificamos que três mulheres possuem o Ensino Médio completo, são as que se encontram na faixa etária entre 20 a 30 anos. As duas mulheres que possuem Ensino Médio incompleto representam as mulheres com idade entre 50 a 59 anos. A mulher que concluiu o Ensino Fundamental tem 34 anos, e a que possui o Ensino Fundamental incompleto tem 22 anos.

Atualmente, nenhuma delas encontra-se inserida no processo de Educação Escolar. Desse modo, questionamos as mulheres a respeito se elas apresentam o interesse em continuar a estudar.

Figura V – Continuidade da Formação Escolar



Fonte: DUTTON, 2014.

De acordo com os dados, observamos que das cinco mulheres que responderam que não têm interesse em continuar os estudos, duas possuem o Ensino Médio, uma Ensino Médio incompleto, uma Ensino Fundamental e uma Ensino Fundamental incompleto.

Ambas mencionaram que não possuem pretensão em retomar os estudos, pois acreditam que seria muito complicado conciliar as atividades escolares com as atividades voltadas para a família, principalmente no tocante aos filhos, que, para elas são prioridade.

Pra falar a verdade não, uma por causa dos meus filhos que estão pequenos e quero me dedicar a eles, a família em si. Porque eu vejo assim, é muita correria. Eu tenho colegas assim de escola, é muita correria e elas não casaram, não tem namorado nem nada, estão dedicando aos estudos, então eu falei assim: bom eu vou dedicar para a minha família (ROSILAINE, Julho/2014).

Parei no 7º ano do Ensino Fundamental, tinha vontade de estudar, mas já desisti por agora. Porque vai ficar muito corrido, a bebê vai nascer e tem as crianças pequenas também. **Sabe até queria só terminar meus estudos**, o problema é que eu não tenho mais paciência pra sala de aula. A faculdade também não, isso aí vai ficar para os meus filhos mesmo né, eu quero que eles prossigam com faculdade (DUCELINA, Julho/2014).

A mulher que mencionou que não sabe, concluiu o Ensino Médio. Conforme o seu relato, o momento não é oportuno, pois tem dois filhos muito pequenos, de 3 anos e outro de 2 meses, dessa maneira, prefere, primeiro, dar-lhes atenção.

Percebemos que a maternidade é o principal elemento que distancia as mulheres do contexto da educação escolar, e que este na sociedade capitalista é uma exigência. Tal situação as coloca em desvantagens para a inserção no mercado de trabalho, porém não se configura como fator determinante para assegurar-lhes direitos sociais igualitários.

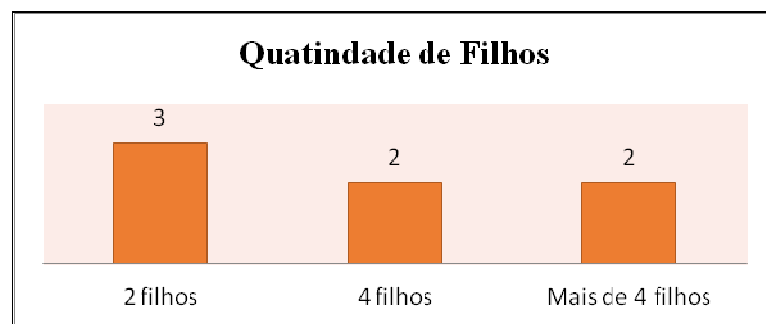
Em relação à mulher que relatou ter vontade em retomar os seus estudos, corresponde a que possui o Ensino Médio incompleto, e que atualmente se concebe como Educadora Popular pela RECID. Acredita que a Educação Escolar contribuirá na aquisição de mais conhecimentos,

Parei no 2º ano do Ensino Médio. Parei porque ficava muito difícil pra mim, trabalhava durante o dia em casa, porque eu nunca trabalhei para os outros, todo tempo só em casa, até mesmo por causa dos meus filhos. Fiz curso de cabeleireira, atuei em casa, costureira, boleira, então a minha vida era essa eu criei os meus filhos assim com meus saberes em casa, quem saia pro trabalho era o meu marido. Aí tinha vez que eu costurava a noite, graças a Deus eu não tenho do que reclamar, mas agora tenho vontade em estudar para ter mais conhecimento, aprender mais sobre o que eu não sei (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Durante as observações, percebemos que as mulheres consideram e valorizam os saberes empíricos constituídos a partir das relações e práticas sociais com o outro. Compreendemos que há um processo coletivo de educação que transpõe os muros da Escola, e esta ação pedagógica traduz elementos condizentes com a autogestão na Socioeconomia Solidária.

O corpo feminino do universo da pesquisa encontra-se rico em saberes que não reproduz uma imagem limitada ao conhecimento científico, é um corpo incorporado por práticas educativas de aprendizagem que se materializam no cotidiano das relações sociais. Conforme Paulo Freire (1967), compreende uma educação que reconhece o homem como um *corpo* histórico inconcluso que faz parte da realidade que também é histórica e social, que por meio da dialogicidade se torna reflexiva, incorporando uma dimensão libertadora da opressão das classes dominantes.

Figura VI – Filhos



Fonte: DUTTON, 2014.

De acordo com os dados da pesquisa e com as vozes do corpo feminino em diálogo, todas as mulheres possuem família constituída com filhos e esposo.

Três mulheres têm dois filhos, sendo que duas têm dois filhos frutos do único casamento. A mulher que também possui dois filhos relatou que teve a 1ª filha como mãe solteira e que a sua filha atualmente mora com a avó materna.

As duas mulheres que possuem quatro filhos são casadas, no entanto, ambas foram mães antes do casamento, uma teve 1 filho e a outra 2, porém, os seus esposos assumiram a paternidade dessas crianças.

Em relação às duas mulheres que possuem mais de 4 filhos, se caracterizam por estarem vivenciando o 2º casamento. Uma teve 3 filhos do primeiro casamento, hoje todos possuem maior idade e estão casados. E ainda há um casal de filhos do cônjuge atual.

A segunda mulher teve 7 filhos com o primeiro esposo, sendo que 5 vieram a óbito ainda bebês. Com o segundo esposo, com quem está casada há 29 anos, teve 3 filhos. Esse corpo feminino é mãe de 5 filhos, todos com idade acima de 18 anos, sendo apenas 1 solteiro que ainda mora em sua casa.

No discurso das mulheres percebemos que a maternidade é destacada como um privilégio, mas também, como uma obrigação maior por parte delas. Nos diálogos e nas observações percebemos que os pais contribuem no processo de educação e nos cuidados com os filhos, no entanto, são as mulheres que acompanham e participam mais efetivamente da vida cotidiana das crianças.

Ser mãe é muito bom, é muito bom quando a gente é uma mãe presente, quando *a gente é uma mãe amorosa* que escuta o filho, mas, também agente tem que ser uma mãe rigorosa, que tem limites nas coisas dos filhos. Eu fui uma mãe, porque hoje eu só tenho um comigo em casa, mas eu fui uma mãe que eduquei meus filhos como a Laura falou, eduquei meus filhos como minha mãe me educou. Na minha irmandade saiu tudo honesto, trabalhador, isso eu passei para os meus filhos [...] os cinco filhos que tenho são meus tesouros, porque todos já estão grandes, nunca tiveram voz alta comigo, porque eu soube educar eles. Sou uma mãe presente na vida deles, sou uma mãe companheira, e hoje eu só tenho que agradecer a Deus pelo dom que me deu de ser mãe (MARIA AUXILIADORA, Agosto/2014).

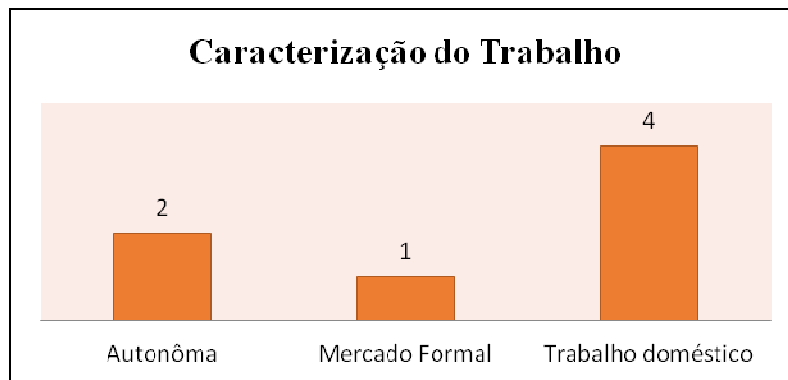
Ser mãe foi a coisa mais especial que Deus colocou na minha vida, eu adoro ser mãe, sou uma mãe coruja, para mim eles são tudo um presente de Deus. Eu tenho três meninas e dois meninos, não tem palavras pra explicar o que eles são pra mim, eles foram a razão de eu lutar, continuar vivendo, de chegar onde eu cheguei. *Sou amorosa*, em casa se algum fica doente eu já fico preocupada, não consigo comer, não consigo cozinhar, só quando melhora eu fico bem (RAQUEL, Agosto/2014).

Meus filhos são tudo na minha vida. Eu gosto de educar meus filhos como meus pais me educaram, graças a Deus bem educados. E meus filhos são obedientes, meu marido é bem rígido também, tem dois que não é dele, mas ele considera como se fosse dele, e gosto da educação que meu marido dá pra eles. *Sou uma mãe muito presente também, amorosa, gosto de ouvir eles e de ajudar nas atividades deles*, vou à escola sempre, nas reuniões já que o pai deles não tem muito tempo, mas quando ele pode também vai (LAURA, Agosto/2014).

Os dados mostram que são as mulheres que possuem mais tempo para dedicarem-se à educação e às atividades diárias com os filhos como dar banho, alimentar, brincar, dialogar e ensiná-los nos afazeres domésticos. Esse fato observado demonstra que mesmo ao conviver e produzir a vida em uma sociedade capitalista, que promove a desigualdade entre os homens e as mulheres por uma educação reducionista, que emprega a divisão de trabalho, que reitera a divisão das classes sociais, as mulheres produzem e reproduzem a vida de maneira mais humana, que concebe desde o seio familiar relações amorosas, para Paulo Freire (1987) “o amor é compromisso com os homens”.

De acordo com Arruda, na hegemonia capitalista, com princípios individuais, competitivo, com discrepância dos valores humanos, o pensamento educativo nega essa amorosidade ao negar o outro, ao impor sem diálogo, ao dominar e excluir. Nesse cenário observamos que essas trabalhadoras ao pensarem e lutarem por uma perspectiva de produzir e reproduzir a vida de maneira coletiva, compartilham outros valores “[...] o objetivo da economia vista nessa perspectiva, da solidariedade, da partilha e da reciprocidade é a realização do potencial amoroso dos seres humanos” (ARRUDA, 2003, p.28). Essa potencialidade de ler o mundo pelo diálogo se funda no amor, e nessa relação dialética torna-se possível libertar-se da opressão.

Figura VII – Trabalho



Fonte: DUTTON, 2014.

Em relação ao trabalho, verificamos que quatro mulheres consideram como seu trabalho, os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos, a dedicação à família. Notamos durante as idas a campo, que essas mulheres em outros momentos tiveram a experiência em trabalhar num

outro espaço/contexto. Em sua maioria, o trabalho doméstico apareceu como principal ocupação (diarista, camareira, faxineira). Conforme dados da DIEESE (2001), a ocupação das mulheres no Brasil no trabalho doméstico sem carteira assinada, representa um número expressivo, bem como a pesquisa elucida a precariedade presente nas condições para desenvolverem esse trabalho, como a irregularidade nos horários e remuneração baixa.

No eco das suas vozes, bem como na sua corporalidade percebemos que essas experiências não foram satisfatórias, se caracterizaram pelo trabalho alienado, opressor, explorador e desumano, “era muita exploração, no início falaram para fazer uma coisa, depois queria que eu fizesse tudo, e ainda atrasava o meu pagamento, daí não deu, sai” (SILVIA, Agosto/2014).

São condições instituídas pelos meios de produção capitalista que abrangem o corpo feminino, o corpo da trabalhadora, que além desses fatores, ainda encontra dificuldades para a inserção e permanência no mercado de trabalho formal, devido à baixa escolaridade, mas principalmente pela presença de filhos pequenos frente à ausência de uma creche na comunidade.

Essa realidade local, de carência de olhar público, não se calou, houve um processo de mobilização dos moradores do Empa, especialmente, entre as mulheres trabalhadoras, com o apoio de algumas Instituições, para realizar discussões dessa temática. Esse movimento social de luta das trabalhadoras e trabalhadores do Empa suscitou em uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de Cáceres em 2012, com a proposta de debater sobre o direito à creche e a sua ausência no bairro Jardim Oliveira (Empa). Foi a partir dessas práticas sociais coletivas embasadas pela Educação Popular, que este sonho tornou-se uma conquista³³.

Ainda assim, por meio das entrevistas e diálogos, é possível afirmar, que a maternidade novamente é apontada como o elemento principal que gera a não inserção das mulheres no trabalho formal, tendo em vista, que os cuidados com os filhos configuram neste contexto como responsabilidade maior da mulher, sendo que elas mesmas se cobram por isso, o que mostra que as mulheres internalizaram valores da sociedade capitalista.

Observamos no cotidiano das mulheres, que as crianças auxiliam nos trabalhos domésticos, reproduzindo as práticas das mães, sobretudo, aquelas que têm irmãos pequenos

³³A mobilização de luta pela creche foi uma construção coletiva, que integrou comunidade, entidades parceiras de organizações governamentais e não governamentais, contudo, ainda não foi construída. Ver mais em: Boletim Informativo Atitude, ed.2. Centro de Direitos Dom Máximo Biennés; Universidade do Estado de Mato Grosso. 2014. Disponível em <http://www.direitoshumanosmt.org.br>.

ajudam a cuidá-los, enquanto que os esposos quando estão em casa, contribuem geralmente na limpeza do quintal.

Figura VIII – Retrato do corpo feminino em diálogo



Fonte: DUTTON, 2014.

Referente ao trabalho informal e autônomo, evidenciamos a participação de duas mulheres. Uma mulher desenvolve suas atividades com o trabalho na produção de artesanatos como tapetes em barbante e bordado em chinelo. Conforme os seus relatos, os tapetes foram aprendizados no tempo de infância por meio dos saberes da sua mãe, um processo de educação transmitida pelas relações sociais cotidianas. Enquanto que o bordado em chinelo constituiu-se por meio dos aprendizados nas formações técnicas em artesanatos promovidos pelo Projeto EMPACE. Esse corpo feminino salienta que,

Eu acho muito interessante e importante a mulher no trabalho, mas depende do serviço que a mulher esta para ela dá conta. No outro serviço pesado o homem tem que está para ajudar, pra dar conta. Talvez se agente não trabalhasse não tinha como ajudar o parceiro, porque eu vejo por mim, esse pouco que eu produzo que faço a produção entra dinheiro pra mim, e se eu não fizesse nada? Por exemplo, nesse intervalo que meu marido ficou parado de uma vez, por causa dos problemas de saúde, como ia ser? Porque ele trabalha e no final de semana ele recebe, e aí essas semanas, se não faço nada?! O que vai entrar, vinte reais, dez reais ajuda bastante lá em casa (ROSILAINE, Agosto/2014).

Dessa mesma maneira de pensar, temos o olhar da Dona Raquel, trabalhadora do mercado informal. Essa mulher realiza o trabalho doméstico (diarista) para auxiliar no sustento da sua família. No entanto, retratou que a sua prioridade é o bem-estar dos filhos e esposo, nos

cuidados com a harmonia da casa. Ressaltou que a sua jornada de trabalho como diarista somente é possível no período vespertino, pois no matutino, realiza uma jornada de trabalho em casa e dedica-se à educação e aos cuidados dos filhos. Essas dimensões tornaram-se mais visíveis aos nossos olhares nas observações realizadas em seu cotidiano nas suas práticas de trabalho em casa,

Eu me levanto muito cedo, enquanto preparo a água para o café cuido das minhas plantas. Gosto de conversar com elas, eu molho todas, e depois tomo café com meu esposo para ele ir trabalhar. Aí já estou animada professora e cuido da casa, (sorrisos) limpo tudinho, e quando tenho que ir fazer alguma diária, minha casa já esta toda organizada (RAQUEL, Agosto/2014).

A única mulher que se encontra inserida no mercado de trabalho formal, mencionou que esse fato é novo em sua história de vida, “Eu não sei explicar pra você qual foi minha categoria de ter chegado até lá, então hoje eu sou educadora popular cidadã na RECID, estou entrando agora, está com 11 meses. Eu já tive várias formações pela RECID, já fui para Brasília, Campo Grande, e o que agente aprende tudo repassa aqui para os companheiros”, Dona Maria Auxiliadora continuou a sua explanação,

Esse trabalho nosso já fala educadora, como educadora? Educadora assim: é agente apoiar as entidades, as oficinas de outros grupos se organizando. Eles falam assim articulando as oficinas com os saberes e aí a gente participa. Por exemplo, como agora nós participamos com o MST, pelos direitos dos sem terra, uma manifestação pra gente não deixar acontecer da usina vir pra cá, porque se isso acontecer vai destruir o nosso rio Paraguai, aí nós não comemos peixe nunca mais. Depois dos movimentos, nós temos que fazer um relatório, carta pedagógica, tem que fazer acertos de contas, tem que mandar foto e vídeo, tem que mandar tudo para ver que você participou, que a RECID trabalhou nos movimentos. Então a minha função é participar direto das ações quando tem alguma oficina, agente educadora vai e ajuda a organizar [...]O meu contrato é de 20 horas (MARIA AUXILIADORA, Agosto/2014).

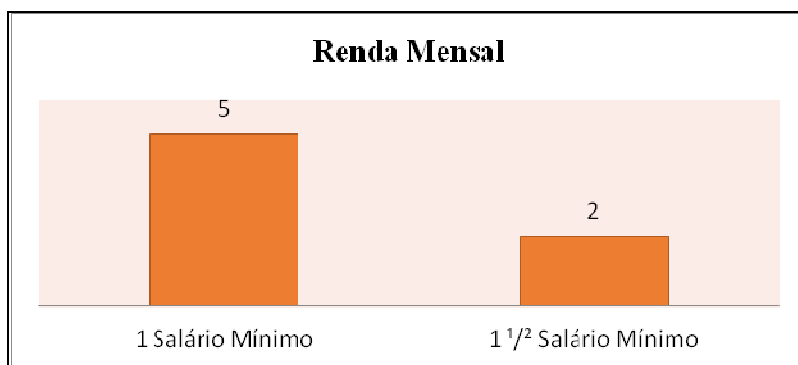
Inicialmente Dona Maria Auxiliadora trazia em seu discurso, que seria impossível trabalhar como educadora popular pelo fato de não ter formação escolar, como nos retratou:

Eu sempre falava não que eu não queria me envolver nesses trabalhos, porque uma que eu não tinha estudos (risos), não tirei meu certificado lá de doutorado, pois a língua deles você sabe todo num linguajar diferente do meu, pensava não vou da conta, que isso não era pra mim, não tenho estudo não sei falar. E eles sempre falavam: Ah Dona Maria a senhora da conta sim, quando assustei já estava lá em Brasília, em Campo Grande. Daí eu peguei e participei de muitos cursos de formação, desde que eu participava do cristo trabalhador, eu sempre participei dos movimentos, assim, eu tenho uma vivência, meus conhecimentos (MARIA AUXILIADORA, Agosto/2014).

Dona Maria Auxiliadora atua na coordenação da RECID de Cáceres. E também, desenvolve outro trabalho informal com a bioenergética³⁴ na sua própria residência. Segundo Dona Maria, esse trabalho retrata um aprendizado popular que a acompanha há 18anos. Além dessas jornadas de trabalho, esse corpo feminino ainda desempenha o seu trabalho nos afazeres em sua casa, e ressalta que também se dedica aos estudos das formações e da RECID e contribui com as atividades do grupo de mulheres do Empa.

Por meio dessa dimensão contextualizada, percebemos que para essas trabalhadoras, conciliarem os trabalhos fora da casa, ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos, constituem um grande desafio. Mas, o corpo feminino do grupo de mulheres do Empa traz consigo saberes e concepções acumuladas em sua historicidade de vida, e que hoje vivenciam um processo educativo na ressignificação desse corpo pelas experiências da autogestão e do trabalho associado.

Figura IX – Renda Familiar Mensal



Fonte: DUTTON, 2014.

Em relação à renda mensal familiar, podemos perceber por este gráfico, que essas famílias se enquadram em uma condição de empobrecimento pelas contradições instituídas pela hegemonia capitalista.

As circunstâncias demonstraram que embora o corpo feminino se encontre em situações com muitas limitações financeiras, apresentam uma capacidade de planejamento e organização

³⁴ Dona Maria Auxiliadora salienta que a bioenergética é um trabalho desenvolvido com a saúde das pessoas, e conceitua como um tratamento pela energia “aquilo que eu aprendi que eu sei eu transmito para eles, eu tenho paciente não só de doença, mas de psicológico, aí eu sento com ele e converso. Porque esta assim? Aí começo a falar, dialogar, eu sinto que não sou eu, que tem algo mais poderoso acima de mim né, que vem orientar aquela pessoa, ela já sai dali curada. Minhas filhas falam assim: mãe a senhora tem que fazer o curso de psicóloga, mas eu não vejo assim, porque eu já tenho doutorado lá em cima” (Diário de Campo, Agosto/2014).

econômica nas suas casas. Nos relatos obtidos por meio das entrevistas e diálogos observamos que cinco mulheres possuem casas próprias,

Agente morava lá na vila Clarinda no bairro do Junco, pagava 100 reais de aluguel, foi indo a situação ficou complicada. Já tinha a ideia de comprar um pedacinho pra gente, porque dinheiro de aluguel é um dinheiro que vai e não volta. Ai meu esposo lembrou que tinha um conhecido que morava no Empa, no finalzinho de tarde saímos procurando esse amigo, ai conversa vai conversa vem, agente estava com a corda no pescoço, o aluguel ia subir o valor, ai o vizinho falou desse lote aqui do lado. Disse que este é pra venda, é do senhorzinho que mora aqui do lado, ai viemos e olhamos e já de cara é esse mesmo, ai falaram, mas não tem casa como vão fazer? Agente disse que não tem problema agente joga as coisas ai e joga uma lona por cima, o negócio é sair do aluguel, [...] Aqui só tinha bananeira, ai já limpamos tudo, meu esposo comprou material, minha mãe ajudou também, agente já conhecia o marido de Laura que veio nos ajudar. Fizemos uma comissão que todo mundo ajudou, *um mutirão*, em sete meses levantamos uma peça e o banheiro (DUCELINA, Agosto/2014).

Diante dessas observações e por meio desses dados, compreendemos a partir da concepção de Arruda (2003, p. 25) que essas mulheres apresentam uma potencialidade humana em gestar economicamente a sua casa, “Eu gosto de me referir às várias casas que nós habitamos e a primeira, de maior responsabilidade para cada um de nós, é o nosso corpo. Nós habitamos um corpo e temos que aprender a administrá-lo. Infelizmente a nossa educação não nos educa para essa gestão, a gestão de si mesmo”. Mas, a relação horizontal estabelecida pela dialogicidade nas práticas sociais coletivas que embasam a educação para a Socioeconomia Solidária fomenta uma nova cultura fundada pela prática da autogestão, possibilitando a reflexão para a emancipação do corpo, ressignificando-o pela práxis.

De acordo com o documento da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) “A autogestão inicia-se no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo” (CONAES, 2014, p. 10). Essa concepção vem ao encontro da percepção e das vivências sociais do grupo de mulheres, o que revela a possibilidade dessas mulheres em gerir pela autogestão outros contextos, outras “casas”.

Entretanto, há necessidade de permanecer o processo de educação para autogestão como resposta para superar a heterogestão, no seu sentido histórico de resistência e luta da classe dos trabalhadores. Conforme ressaltado na Resolução 81 da 1ª CONAES:

A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão (CONAES, 2014, p.5).

Nesse processo educativo construído a partir das práticas cotidianas e nas relações vivenciadas pelo grupo de mulheres do Empa, é que compreendemos a Socioeconomia Solidária como um espaço para a prática autogestionária, em que não se configura apenas como uma resposta ao capitalismo na maneira de organização produtiva, mas na potencialidade da sua materialidade no caráter pedagógico de transformação social.

4.3 Vivências do Grupo de Mulheres do Empa em processo educativo de organização das práticas sociais do trabalho associado na Socioeconomia Solidária

O trabalho de mobilização e organização do grupo de mulheres na Socioeconomia Solidária teve início no segundo semestre de 2012, e esse processo educativo continua sua caminhada lado a lado com estas mulheres em busca de novas perspectivas e possibilidades, porém, como ressalta Dona Maria Auxiliadora (Julho/2014) é um processo “[...] complicado e lento”.

A primeira vivência do grupo de mulheres em práticas de trabalho coletivo ocorreu em Outubro/2012 com as atividades de formação técnica em artesanatos promovido pelo Projeto EMPACE, na ocasião o grupo estava composto por aproximadamente 30 mulheres. De acordo com o grupo de mulheres as oficinas aconteceram da seguinte maneira:

- Todos os cursos foram desenvolvidos no período vespertino, tendo em vista a realidade de vida das mulheres. Dessa maneira, os horários foram adequados para atender às suas necessidades:

- Houve uma divisão em dois grupos de trabalho: A e B. Conforme as mulheres essa necessidade ocorreu principalmente pelo fato de haver somente uma professora para tantas

mulheres. Ducelina salienta que “[...] era uma única professora para poder ensinar, então dividiu dois grupos com 15 mulheres” (Julho/2014).

- As formações técnicas foram realizadas no decorrer de 12 dias, sendo: 4 dias para a pintura em tecido, 4 dias para o bordado em chinelo e 3 dias para o designer em roupas.

Na intencionalidade de compreendermos melhor esse fenômeno nos remetemos aos dados obtidos a partir das Rodas de Conversa, momentos enriquecedores de infinitas trocas de saberes e muitos aprendizados. Através desse método embasado nos pressupostos de Paulo Freire (1987) conduzido pelo diálogo, o corpo feminino em debate pode refletir e pensar criticamente sobre a realidade vivida. Uma prática pedagógica que possibilitou a aproximação sobre as percepções e sentimentos que essas mulheres construíram no decorrer das formações técnicas e políticas, e como esse processo educativo contribuiu para a resignificação do corpo.

Considerando que o grupo de mulheres atualmente é composto por apenas sete mulheres, mergulhamos nas falas dos sujeitos, procurando dialogar as entrevistas juntamente com as falas das Rodas de Conversa, por compreender que este método didático traduz diferentes olhares em distintas formas de expressão as vivências e práticas sociais. Nesse processo de análise dos dados, enquanto realizávamos a sistematização destes, percebemos a necessidade de agrupar as falas das protagonistas a partir de uma tabulação de dados, por observarmos que algumas concepções se entrelaçam e se enquadram em mais de uma categoria registrada pelos dados, para interpretá-las e analisá-las à luz do referencial teórico abordado.

Para aprofundarmos essa discussão, procuramos, inicialmente, compreender os motivos que levaram a evasão das outras mulheres do grupo, tendo em vista que no início das formações técnicas em Outubro/2012, havia em média 30 mulheres participantes, “era bonito de se vê, quando começamos tinha muita mulher, no bordado em chinelo a mesa era rodeada delas, uma alegria” (DUCELINA, Julho/2014).

Quadro I – Motivo que levou a evasão das mulheres do grupo

Categoria	Vozes/Protagonistas da Pesquisa	Incidência
Mudança de Bairro	* Muitas mulheres mudaram do bairro.	1
Materiais (meio de produção)/Comercialização	* A gente não reuniu para produzir, não tinha material pra comprar, aí não teve aquele diálogo entre as mulheres para ver se ia ter o trabalho junto com o grupo; * É difícil a venda dos artesanatos, a gente produziu pouco, só durante o curso porque a gente ganhou o material para aprender a fazer. Depois não tinha pra quem vender. Isso foi um motivo que fez as mulheres se afastar do grupo. Também não tinha o dinheiro pra comprar o material pra produzir de novo;	2
Teoria/Prática	* O que aconteceu também foi que a teoria começou depois da prática, logo depois, mas, só que é assim como eu disse pra eles, vocês não souberam trabalhar, vocês deviam fazer assim, já que estava ensinando a prática tem que ensinar os dois, um dia à prática um dia à teoria, mas aí vocês deixaram a teoria pra traz aí ninguém quis mais nada. Aí ficamos nós que estamos aqui, nós sete; * A teoria começou fazer só depois do artesanato, mas daí as mulheres já nem queria ir mais participar. As mulheres que aprendeu a fazer os artesanatos, não foi mais, não participou mais, cada uma foi fazer o seu sozinha, já nem todas participou da teoria.	4
Individualismo	* Houve um individualismo entre as mulheres, queria só pra si. Veio só pra aprender, aí pensou vou fazer só pra mim, essa foi a questão; * Aí muitas começaram a produzir sozinha e vender para parentes e vizinhos, se afastando do grupo. Foi assim, cada um fez o seu, deixou o grupo e foi fazer na sua casa, foi vender na sua casa, negociar sozinho já não voltou mais pro grupo; * Se desfalcaram cada uma pra um canto, cada uma seguiu seus passos, já não se importavam mais em se reunir, já ficava cada um para o seu lado;	3
Sistema Patriarcal	*Algumas também dependiam do marido, de deixar participar, uns não queria que participasse, marido falava que tinha que ficar em casa, cuidar da casa e das crianças, assim, algumas não voltaram mais.	1

Fonte: DUTTON, 2014.

Mediante os seus relatos e apontamentos, observamos que um dos fatores que levaram o distanciamento de algumas mulheres do grupo foi a dificuldade para aquisição de materiais para viabilizar os meios de produção, bem como a sua comercialização.

Como sempre cobrei, o grupo de mulheres do Empa precisa de ajuda pra que ele cresça, nós não temos material pra trabalhar, não temos uma máquina, não temos

material para fazer bolsa, chinelo, pintura que nós aprendemos fazer. Então eu acho assim se é um projeto pra ajudar as mulheres, alguém tem que sacudir a camisa ou a saia sei lá, e ajudar nós, porque se depender só de nós colocar a nossa mão no bolso não vamos alcançar, não temos condições (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Essa fala mostra o avanço de conscientização dessa trabalhadora, porém ao mesmo tempo indica limitações do processo. Existe ainda nesse discurso um apego ao paternalismo e a dependência de agentes externos. Isso indica a necessidade de aprofundar o processo de formação do grupo.

Outra consideração destacada refere-se à dissociabilidade, à fragmentação que houve entre a formação técnica e a formação política. Para Paulo Freire (1996), a teoria e a prática precisam caminhar juntas numa perspectiva dialógica, pois, para promover uma ação reflexiva de transformação e emancipação humana elas são indicotimizáveis. Uma educação fragmentada reproduz a construção ideológica de educação do sistema econômico vigente, que promove o individualismo, a competitividade a despolitização dos trabalhadores. E para a Socioeconomia Solidária a educação é construída nas relações dialógicas, que conduzem as pessoas a participarem criticamente para a transformação, para isso, deve ser contextualizada e problematizada,

Em princípios e ações que elevam as formações sociais da competitividade para a solidariedade, da concorrência para a cooperação, do individualismo para a relacionalidade, individualidade-coletividade, da alienação para a conscientização, do absenteísmo para a participação (ZART, 2002, p.2, apud, SANTOS, 2004, p. 108).

O grupo de mulheres inicialmente tímido e calado deixou seus silenciamentos e se fez ouvir,

O que aconteceu também foi que a teoria começou depois da prática, logo depois, mas, só que é assim como eu disse pra eles, vocês não souberam trabalhar, vocês deviam fazer assim, já que estava ensinando a prática tem que ensinar os dois, um dia à prática um dia à teoria, mas aí vocês deixaram a teoria pra traz aí ninguém quis mais nada. Aí ficamos nós que estamos aqui, nós sete (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Eu acho assim, cada um de nós tem que se doar um pouco, porque se você não se doa você não tem como ser solidário com a outra. Na época que nós fizemos a pintura do pano, foi tão gostoso todo mundo junto, tinha bastante gente né, Dona Maria?! Na época no chinelo também, aí depois que terminou esses cursinhos

dos artesanatos e veio com a teoria, as mulheres foi afastando mais uma da outra, e olha agora o nosso grupo está pequenininho (RAQUEL, Julho/2014).

Conhecendo a metodologia da INCUBEES ligada ao Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO identificou-se aqui uma contradição, visto que a intenção do Projeto EMPACE a partir do levantamento da realidade do contexto local foi em desenvolver uma estratégia em que as próprias mulheres, trabalhadoras pudessem participar do processo de mobilização para a constituição do grupo,

A estratégia se constituiu de duas frentes entrelaçadas. A formação técnica e a formação política, expressas no curso de qualificação profissional em técnicas e de gestão em socioeconomia solidária. O objetivo desta estratégia organizacional foi a constituição de um grupo de mulheres para o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis e solidárias, e, o exercício dos direitos humanos. O curso foi organizado intercalando as dimensões técnicas e políticas. Avaliamos que para as mulheres compreender os sentidos da socioeconomia solidária não se pode partir de conceitos gerais e abstratos, mas focar num processo de aprendizagem que se inicia em atividades concretas e que envolvam o cotidiano dos afazeres das mulheres (ZART et.al. 2013, s/p).

Essa contradição entre a fala das mulheres e a metodologia adotada pelo Projeto EMPACE, deve-se ao próprio processo de formação, que talvez não tenha sido bem compreendido pelas mulheres, pois a intenção e a prática da INCUBEES buscaram inserir as mulheres de maneira participativa desde o início, para que elas vivenciassem o processo educativo de mobilização e organização nas relações e práticas sociais dialógicas coletivas, segundo Zart *et al.* (2003, s/p) “Intercalar a formação técnica e a política é a expressão da metodologia que se desafia superar limites de compreensão e de apreensão de conceitos complexos relacionando-os com as práticas das atividades domésticas e econômicas realizadas cotidianamente”.

Segundo o grupo de mulheres, primeiro se trabalhou toda a dimensão técnica e somente ao término desses aprendizados que se iniciou com a formação política. Desse modo, conforme seus relatos as mulheres que participaram dos cursos formativos técnico em artesanatos, após o saber-fazer adquirido sem a contextualização da dimensão educativa para um novo projeto de sociedade estabelecido por práticas solidárias, coletivas e dialógicas, ao invés de compreender o sentido da Socioeconomia Solidária, em seu elemento fundante da coletividade, continuaram produzindo e servindo os princípios do capitalismo. Reafirmamos a contradição entre os

discursos das mulheres e a metodologia da INCUBEES, porém não foi possível aprofundar esse debate, que pode vir a ser tema de uma nova investigação.

Nesse cenário, as mulheres que vivenciaram todo o processo formativo que lhes permitiu condições para alguns enfrentamentos, mostram que o grupo adquiriu consciência crítica e participativa, despertando-lhes a potencialidade em compreender as possibilidades de ressignificar o corpo feminino com valores humanos através de uma nova cultura, de um modelo de sociedade.

Outro indicativo apontado que contribuiu para a evasão das mulheres do grupo de mulheres, refere-se à presença do patriarcado do poder do homem sobre a mulher, “[...] marido falava que tinha que ficar em casa, cuidar da casa e das crianças, assim, algumas não voltaram mais” (MARILAINE, Julho/2014). É uma realidade que abrange algumas mulheres da comunidade do Empa, uma estratégia de investimento do capital para desvalorizar e explorar o trabalho feminino em mesmo tempo que promove a inferioridade e submissão em relação ao homem nos seus valores machistas culturalmente reproduzidos na opressão e negação da autonomia do corpo feminino (PICOLI, 2004).

É relevante ressaltarmos que esse fato não acomete as mulheres que estão no grupo atualmente, pelo contrário. Nas observações participantes nos espaços de diálogos, percebemos não somente a presença dos esposos, mas suas participações em alguns momentos, além desses dados, as mulheres sempre mencionavam a valorização e a importância que a figura do companheiro lhes transmite: “O meu marido me apoia, me leva, espera, busca, gosta que eu participe” (ROSILAINE); “Meu esposo me apoia bastante e ajuda nos trabalhos que eu preciso dentro do grupo” (MARILAINE); “Meu marido acha importante eu participar de um grupo de mulheres, ele acha legal” (LAURA); “Ah o Sidnei me apoia muito, ele vai junto quando precisa, e acha importante eu participar, fala pra mim que me faz bem, que eu aprendo e me distraio” (DUCELINA); “Meu marido acha bom que eu to no grupo, ele fala pra mim que eu tenho que continuar” (SILVIA).

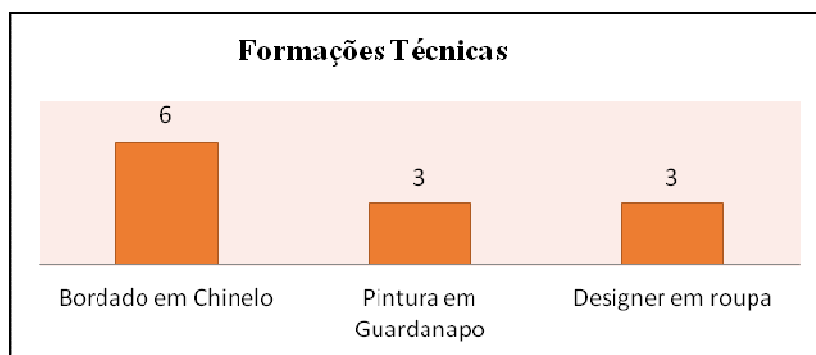
As protagonistas desta pesquisa nos mostraram que essa é uma questão que vem sendo desconstruída no cotidiano das relações de trabalho na esfera doméstica, mesmo quando assumem tal responsabilidade para si, e esse poder patriarcal não se desenha de maneira opressora, pois, conforme as suas vozes, o companheiro, esposo auxilia na medida do possível os afazeres doméstico quando estão presente, além disso, valorizam, respeitam e as admiram por ser

um corpo guerreiro ao articular em sua subjetividade a dupla jornada de trabalho no enfrentamento das contradições do mundo capitalista.

Após a compreensão inicial do processo educativo e do distanciamento de algumas mulheres do grupo, procuramos verificar sobre quais foram às oficinas de formação técnica do Projeto EMPACE em que cada mulher, sujeitos desta pesquisa participou com o grupo.

Por meio deste questionamento, evidenciamos o despertar do interesse em aprender coletivamente. No entanto, verificamos que nenhuma das sete mulheres participou de todas as formações, conforme nos demonstra a figura X.

Figura X – Participação em Formações Técnicas



Fonte: DUTTON, 2014.

Observamos que a participação das mulheres foi mais efetiva nas formações técnicas de bordado em chinelo. Mas, conforme os discursos das mulheres, apesar da vontade de participar de todos os cursos formativos, houve diversas dificuldades, em especial, relacionada à questão de não terem com quem deixar os filhos no horário que eles não estão na escola.

De acordo com os seus relatos, as crianças menores de cinco anos geralmente precisavam ir juntas para os encontros formativos, pois os pais nesses horários estão no trabalho, e na comunidade ainda não foi construída a creche. Deste modo, a participação das mulheres se limitou, elas relataram que às vezes as crianças atrapalhavam um pouco, “eu tinha que às vezes levar comigo, mas eles ficavam enjoados, esperando, cansavam de brincar, daí às vezes acabava tirando a minha atenção” (DUCELINA, Julho/2014). Ducelina acrescentou que a participação no grupo e nas formações sempre despertaram curiosidades nos seus filhos, “Os meus filhos acham engraçado a minha ida no grupo de mulheres, eles perguntam o que agente faz lá, o que fala lá,

porque a gente tem que ficar tudo junto, daí eu respondo que é pra gente aprender mais, melhora o aprendizado, poder ensinar eles mais de como poder cuidar da comunidade”.

Mesmo com esse apontamento, evidenciamos indicativos que demonstram que, entre as mulheres do grupo existe uma diversidade no saber-fazer que precisa ser reconhecida e valorizada, reconhecida como pessoas em sua integralidade, com valores e conhecimentos.

Em relação à formação política, questionei o grupo sobre como ocorreu e quais foram os aprendizados interiorizados. O grupo de mulheres mencionou que nessa etapa da formação poucas mulheres participaram, mas que, as sete que hoje constituem o grupo estiveram presentes, e que foram trabalhados diversos temas abrangendo a Socioeconomia Solidária, como: Contabilidade e Custo; Plano de negócio; Meios de Produção.

De acordo com Zart *et al.* (2003, s/p),

Temos no projeto a definição que o saber fazer não está dissociado da apreensão e do exercício dos direitos humanos. Nesta direção foram desenvolvidos estudos que focaram o direito das mulheres, a organização comunitária, a temática das mulheres e saúde, dos valores éticos e convivência na coletividade. Esta formação voltada para a apreensão do sentido do ser social e da pessoa na sua integralidade que se constitui na vida familiar e na comunidade. Além da compreensão do ser social, a configuração do curso enfocou na constituição do humano econômico. Foi destacada a formação da consciência com as condições materiais da existência. Da mesma forma, ao pensar sobre a formação para o trabalho podemos, por um lado, inserir as pessoas nas relações de submissão do trabalho ao capital. Por outro lado, no nosso entender, devemos ter o projeto cultural de constituir a cultura da solidariedade, organizando grupos sociais para a emancipação social, organizando os processos de trabalho associado.

Conforme Arruda (2003), promover a Socioeconomia Solidária na sua dimensão social e humana, não basta apenas incidir modificações estruturais na organização do trabalho e no modo de produção, mas em seu sentido amplo, transformador, que deve emergir no interior do homem, nos valores que lhe oferecem sentido, na consciência do próprio ser, nas atitudes e comportamentos com o outro. Pois, segundo o autor, não será possível criar uma nova estrutura com novos olhares, com novas relações sociais com homens e mulheres com velhos pensamentos.

Nesse processo dialógico construído no espaço de formação, o grupo de mulheres relatou que houve dificuldades na compreensão de alguns conceitos.

A gente ouviu, mas a gente não entendeu. Eu estou entendendo um pouquinho agora, porque participo de outras formações (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

A gente teve muita coisa que eu nem lembro mais, a gente teve até psicóloga, tivemos da Economia Solidária, teve também dos Direitos Humanos, teve aquele o Plano Negócio é isso né?! Veio bastantes professores (LAURA, Julho/2014).

Eu tive dificuldade de compreender algumas coisas, na verdade um monte de coisas que eles falavam eu não entendia quase nada (DUCELINA, Julho/2014).

A gente não entendia o jeito que eles falavam (SILVIA, Julho/2014).

As vezes como eles falavam não dava pra gente entender, mas só que depois a gente via que o que eles falaram a gente conhecia de outra maneira (MARILAINE, Julho/2014).

É porque assim a gente que não tem conhecimento do vocabulário. Acho que isso foi mais difícil pra gente entender. Porque eu to colocando isso agora, pra quando a gente for ter outra formação que forem falar o vocabulário deles lá da faculdade lá, aí eu já tenho como argumentar. É melhor vocês falarem a nossa linguagem que nós vamos entender, do que vocês falarem as suas (DONA MARIA, Julho/2014).

O ponto central para gerir essa outra economia está na formação educativa e na organização social, que em seu pleito é humana, e por essa essência é que poderão estabelecer relações sociais, produtivas, econômicas e humanizadas. No entanto, para a sua formação é extremamente necessário o diálogo entre o educador e o trabalhador, para que esse processo formativo tenha sentido. Conforme Dal Ri (2010, p.129),

O conhecimento não é um conteúdo que, despejado no trabalhador, vai imediatamente ganhar sentido e transformar-se em ferramenta para lidar com os problemas que se apresentam. Isso só se torna possível quando o formador em Economia Solidária trabalha o sentido da formação juntamente com o trabalhador.

Nessa concepção que acreditamos em uma educação crítica e libertadora para ressignificar o corpo feminino subservido pelas contradições do poder hegemônico capitalista, em que os temas trabalhados sejam emersos da situação concreta existencial, nos quais sejam problematizados coletivamente na relação da reflexão e ação. É neste viés, que Paulo Freire (1987, s/p), destaca a importância da dialogicidade, “O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e nele ninguém tem iniciativa absoluta”, por meio dessa dialética que as mulheres trabalhadoras oprimidas pelo capital estão adquirindo

consciência crítica e autonomia para se libertarem coletivamente, dando um novo sentido ao modo de produzir e reproduzir a vida, como enfatiza Dona Maria Auxiliadora (Julho/2014).

Esses encontros que fala, é um encontro de formação, então essas formações são muito importante para cada uma, eu sou testemunha disso, eu achava que essas formações pra mim já não servia mais, já estou com 50 anos daí falava agora já vou me encostar, mas, quando eu comecei a participar dessas formações eu vi que não era isso que eu pensava, pois essas formações é uma formação que ajuda agente a crescer, agente entender e nunca é tarde pra gente aprender, eu mesma enjoava de falar, eu não quero mais nem estudar, eu não quero nem saber de escola, Deus me livre de escola, esses são vocês que são jovens, mas hoje agente vê que agente desvaloriza a própria pessoa da gente e vê que é importante a gente participar, a mulher tem que participar.

Nas questões subsequentes, procuramos identificar as concepções e os sentidos que as mulheres do grupo atribuem às práticas sociais e coletivas na perspectiva da organização do trabalho associado na Socioeconomia Solidária, com a intenção de compreendermos o processo educativo na ressignificação desse corpo feminino no modo de produzir e reproduzir a vida em coletividade.

Quadro II - Concepção de Socioeconomia Solidária

Categoria	Vozes/Protagonistas da Pesquisa	Incidência
Solidariedade	* Para mim, a Economia Solidária é poder ajudar o próximo, no crescimento do outro; * A Economia Solidária é ajudar quem precisa; * Economia Solidária é ajudar o próximo, também ser solidário nas coisas; * É ajudar uns aos outros;	7
Trabalho coletivo	* A Economia Solidária é fazer junto com a colega, com o outro, trabalho coletivo em grupo; * Eu acho que a Economia Solidária é fazer junto, pensar no outro, com o outro.	4
Educação Popular	* Economia Solidária também é reunir para dividir as idéias, aprender e repassar os aprendizados que a gente sabe; * Mas para a gente aprender, tem que conversar que assim aí a gente além de aprender, vai ajudar a outra com aquilo que a gente sabe.	3

Trabalho/Renda	* Pra mim a Economia Solidária é você fazer a produção não com muito custo e vender por um valor que não seja muito caro. * A Economia Solidária é uma forma né, de ter trabalho e com isso também ter uma renda mensal para ajudar em casa.	3
----------------	--	---

Fonte: DUTTON, 2014.

Observamos a partir da sistematização das falas, que o primeiro elemento transformador de um projeto societal da heterogestão para uma sociedade solidária fundada pela autogestão destacado pelas mulheres na compreensão de Socioeconomia Solidária é a solidariedade. Para Singer (2003) a solidariedade é um princípio que se agrega ao grupo dos excluídos, no sentido de solidarizar-se com o outro diante as condições impostas pelo capital, contudo, não podemos relacionar esse aspecto simplesmente a situação de pobreza e exclusão, pois a intenção do sistema capitalista é de promover o pensamento ideológico da individualidade em detrimento da solidariedade, o que iminentemente com as protagonistas desta pesquisa não ocorreu.

A solidariedade para o grupo de mulheres se constitui no ensinar e aprender, nas relações cotidianas entre as mulheres, na convivialidades social, no trabalho. No pensamento de Arruda (2003, p. 28) “o objetivo da economia vista nessa perspectiva, da solidariedade, da partilha e da reciprocidade é a realização do potencial amoroso dos seres humanos”. Esse pilar da Socioeconomia Solidária muito observado durante a trajetória a campo, nos fez recordar de um momento e que foi descrito no diário de campo. Quando a Ducelina deu a luz a sua recém-nascida em setembro/2014, a Laura prontamente se dispôs a ajudá-la nos cuidados com ela e com a bebê, e nos preparos da dieta alimentar do período da “quarentena” (40 dias) “a gente é assim, uma ajuda a outra, a gente se conhece há muito tempo, e sempre foi desse jeito. Para o autor, o significado da vida é uma constante escolha que existe dentro de cada um, uma possibilidade em se constituir como uma pessoa de princípios solidários e coletivos ou em um sujeito competitivo, individualista.

Essa amorosidade foi observada na reciprocidade nas relações e práticas sociais do corpo feminino em debate, fato que nos remeteu a fala da Ducelina (Julho/2014), “Dona Maria sabe da nossa situação de gestação e de bebê pequeno, daí ela nos entende, já procura outras formas de poder reunir pra que a gente consiga participar”. Esse discurso concerne à organização

e planejamento de uma reunião do grupo de mulheres que tinha como pauta dialogar sobre as possibilidades de um curso formativo de bolos e salgados.

Essa situação evidenciou que entre as mulheres do grupo existem respeito, valorização, e compreensão da realidade que convivem, para Arruda (2003), essa dimensão demonstra a capacidade existencial e espiritual de humanidade em relação ao outro, numa perspectiva que ultrapassa o materialismo na esfera de transformação apenas do modo de produção, trata-se de uma solidariedade no sentido de se comprometer com o outro, na preocupação do bem-estar coletivo.

Notamos também a percepção que as mulheres têm sobre o trabalho coletivo como princípio da Socioeconomia Solidária, bem como, a possibilidade de geração de renda dessa outra maneira de produzir a vida. Silvia nos relatou que esse conceito foi interiorizado por meio da sua participação nas formações promovidas pelo Projeto EMPACE e pelo Projeto da Horta Orgânica Comunitária Solidária³⁵, ressaltou que em uma reunião sobre a Horta que ocorreu na Escola, foi colocado um vídeo sobre a Socioeconomia Solidária. O vídeo retratava um homem ajudando o outro no trabalho de uma horta, “um carpindo, outro rastelando, um trabalho coletivo para tirar o sustento da família”.

Um dado relevante nessa questão é o reconhecimento do processo de educação que dão sentido as relações. O grupo de mulheres se apropriou da pedagogia de Freire em que sustenta que todos possuem saberes, e que não há saber mais ou saber menos, mas, sim saberes diferente.

O que ficou da formação da economia solidária pra mim, foi isso aí aprendi a caminhar com a economia solidária, e hoje eu já sei falar aquilo que eu já sabia que eu sabia falar, mas, dentro de mim eu achava que eu não sabia, mas, quando agente conversa assim como eu expliquei, aí agente vai falar assim: poxa vida eu sei falar a minha língua, a língua deles eu não sei, não cheguei até onde eles chegaram, não cheguei de fazer uma faculdade, pra falar o linguajar deles, mas sei aquilo tudo porque vivo isso (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Mas, é preciso continuar fomentando a desconstrução da apropriação educativa que desmistifique a Educação Bancária, a qual essas protagonistas foram submetidas em suas

³⁵ Projeto Horta Comunitária, é um projeto que foi elaborado a partir da mobilização e dos diálogos com o grupo de mulheres do Empa, após um levantamento realizado junto a Pastoral da Criança. As entidades envolvidas para a implementação e desenvolvimento são: Grupo de Mulheres do Empa, RECID, CDHDMB, Núcleo UNITRABALHO/UNEMAT e FASE. Este projeto encontra-se em fase de organização e planejamento na comunidade do Empa. O início do processo de formações teve início em Setembro/2014, desse modo, não vamos abordá-lo sistematicamente nessa pesquisa devido o tempo hábil.

trajetórias de vida. Processos educativos, centrados para desapropriar a subjetividade do corpo para atender o objetivo do capital, de promover a mais-valia, o acúmulo da riqueza para os opressores.

A educação é o elemento essencial para o processo emancipatório, conforme Freire (1987) a pessoa oprimida possui saberes únicos, porém em muitos momentos não tem a consciência disso. É neste sentido que percebemos a importância de uma educação reflexiva, dialógica e participativa para contribuir na ressignificação do corpo, porque o corpo é produto da educação.

Quadro III - Principais enfrentamentos do grupo de mulheres para trabalhar na perspectiva da Socioeconomia Solidária.

Categoria	Vozes/Protagonistas da Pesquisa	Incidência
Financeiro	* Falta material, o grupo não tem dinheiro, daí não tem como fazer, como produzir. * Na verdade a gente não tem dinheiro, aí que falta material para produzir para o grupo ir pra frente.	7
Ampliação do grupo	* Acho que faltam mais mulheres; * a maior dificuldade é ter mais mulheres, acho que se tivesse novos cursos ia conseguir chamar as mulheres da comunidade.	7
Participação/União	* Falta mais união, participação das mulheres, falta reunir mais.	4
Formações	* Falta mais cursos para as mulheres;	4

Fonte: DUTTON, 2014.

Na visão das mulheres do grupo, um dos principais enfrentamentos refere-se ao capital para adquirir meios para a produção. Segundo as mulheres, o grupo não tem condições financeiras para a aquisição de materiais e equipamentos necessários para desenvolverem o trabalho coletivo,

Nós fomos ouvidas, eles perguntaram das necessidades, se a gente tinha trabalho. Mas assim, em termos de ouvir e depois não ter assim uma resposta. Como sempre cobre, o grupo de mulheres do Empa precisa de ajuda pra que ele cresça, nós não temos material pra trabalhar, não temos uma máquina, não temos material para fazer bolsa que nós aprendemos fazer. Então eu acho assim se é um projeto pra ajudar as mulheres, alguém tem que sacudir a camisa ou a saia sei lá, e ajudar nós, porque se depender só de nós colocar a nossa mão no bolso não vamos alcançar, não temos condições (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Percebemos que este dado é extremamente relevante. Observamos no cotidiano e nos encontros coletivos das mulheres, que muitas estão desmotivadas em continuar participando do grupo. Algumas ressaltaram que reconhecem que é um processo lento e complicado, mas, que já faz dois anos que estão realizando reuniões, encontros, participando de formações e que ainda não conseguiram ver um retorno concreto desse trabalho para a geração efetiva do trabalho associado para ter renda. Com isto, percebemos que esse aspecto influencia a ausência e a não participação de algumas mulheres em determinados encontros, as desmotivando em continuar integrando o grupo.

Observa-se que há necessidade de uma intervenção em políticas públicas de apoio para efetivação e fortalecimento desse Empreendimento Econômico Solidário, configurado como grupo informal, para viabilizar as atividades econômicas para gerar renda. Nesta perspectiva, o grupo pode buscar informações sobre o fomento às finanças solidárias.

Esse primeiro apontamento está interligado à segunda e à terceira categoria, quando as mulheres relatam que um problema é o pequeno número de mulheres participantes no grupo. Segundo as suas vozes, nem sempre é possível reunir todas as integrantes em um momento de precisão, pois, como o grupo ainda está em fase de organização, não há uma agenda fixa de trabalho, com isso muitas mulheres têm outros compromissos.

O nosso nome está muito bonito, mas, só que o grupo o nosso grupo ainda está deixando a desejar, pois muitas vezes por conta da ocupação dos trabalhos da casa, da família, pelas dificuldades, saúde, muitos trabalhos pra fora, aí fica assim complicado. Porque assim, quando agente vai se reunir como hoje era pra ter mais gente aqui, mas infelizmente não tem força, pois então é assim, o nosso nome, o nosso grupo está muito bonito lá fora, em Campo Grande, em Brasília, tudo por onde já passei quem vê fala esse grupo está bem resistente [...]
(MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Neste contexto, é válido ressaltarmos uma situação que aconteceu no período em que estávamos realizando a pesquisa a campo. Durante uma reunião do grupo de mulheres com uma bolsista do Núcleo de Trabalho UNITRABALHO/UNEMAT, foi apresentado ao grupo uma proposta de um Projeto de Cozinha Solidária, no entanto, essa reunião foi bem próxima à data estabelecida pelo edital para submeter o Projeto. Na ocasião, as mulheres demonstraram interesse e solicitaram a bolsista da UNEMAT uma semana de prazo para que pudessem reunir para discutir e refletir sobre essa possibilidade. Logo, em outro encontro com o grupo de mulheres, questionei-lhes sobre o que haviam resolvido sobre esse edital. “Nós perdemos o projeto da

cozinha solidária, por vários motivos” (ROSILAINE, Junho/2014), conforme a Rosilaine as mulheres não conseguiram se mobilizar para definir as ações. Dona Maria Auxiliadora confirmando essa fala usou a metáfora “uma andorinha só não faz verão”, mas para ela além do grupo não ter se reunido, a bolsista apresentou a proposta com pouco tempo para submissão ao Projeto, o que também foi um dificultador.

Quando iniciamos a pesquisa com o grupo de mulheres, ressaltaram que não estavam mais se encontrando com regularidade, que os encontros somente eram marcados quando surgia algum tema a ser compartilhado, “começamos a reunir mais agora, que você tá aqui” (DUCELINA, Junho/2014). Esses encontros conforme a fala da Ducelina eram as Rodas de Conversa, em que dialogávamos e também realizávamos as místicas e algumas atividades de motivação. Contudo, no decorrer das idas a campo, essa situação aos poucos foi se transformando, pois o grupo de mulheres se organizou para solicitar mais parcerias, outras formações, para que pudessem continuar inseridas nesse processo educativo para formação da autogestão, do trabalho associado.

Assim, o grupo de mulheres do Empa foi ouvido e começou a vivenciar outras formações (bolos, salgados, plano de custo, horta orgânica), promovidas por órgãos governamentais e não-governamentais. A participação das mulheres em todas as formações, desde o Projeto EMPACE, consubstanciaram a mobilização e a organização do grupo para participarem do IV Encontro Cacerense de Economia Solidária (ENCAES) no qual as mulheres puderam comercializar os produtos produzidos (tapetes, chinelos, bolos, salgados e sucos), como também participaram das palestras ministradas.

Essa experiência oportunizou ao grupo de mulheres a construírem relações e ações participativas, democráticas, solidárias e coletivas embasadas pelos princípios da Socioeconomia Solidária, foi um processo educativo que favoreceu a prática autogestionária do grupo, uma vivência enriquecedora e motivadora.

Nesse cenário, quando as mulheres se perceberam inseridas de maneira participativa na organização do trabalho associado, verificaram a necessidade de realizar uma reflexão avaliativa de todo o processo constituído pela formação técnica do bolo de mandioca com coco (Mané pelado) e do bolo de milho, pela organização e planejamento das atividades de produção e pela comercialização no IV ENCAES. Neste sentido, ao nos abordar para auxiliá-las na construção

pedagógica dessa atividade, procuramos o Núcleo UNITRABALHO/UNEMAT e o CDHDMB para mediar essa ação educativa.

Esse encontro foi realizado em julho/2014, no qual o coordenador do Núcleo UNITRABALHO/UNEMAT, coletivamente com o grupo de mulheres sistematizou o procedimento metodológico para a reflexão e avaliação da experiência vivenciada pelo grupo.

Figura XI - Avaliação da participação do grupo de mulheres do Empa no IV ENCAESES



Fonte: DUTTON, 2014.

Esse processo avaliativo foi embasado pela teoria freiriana, que considera que o conhecimento é uma construção que ocorre no embate do cotidiano no diálogo entre os sujeitos, por isso, a avaliação não pode ser estabelecida de maneira autoritária com imposições, deve ser uma prática pedagógica que promova o crescimento, a participação, a reflexão crítica de todos os envolvidos. Assim, houve três momentos distintos para reflexão e aprendizagem: pontos positivos, pontos negativos, e o que fazer posteriormente. Efetivamos os registros desses dados, utilizando o gravador de áudio e diário de campo. Para compreendermos e analisarmos essa experiência do grupo na organização do trabalho na perspectiva da Socioeconomia Solidária e elaboramos um quadro, no qual evidenciamos os principais apontamentos em cada dimensão.

Quadro IV – Avaliação da experiência no trabalho associado

Pontos positivos	Pontos Negativos	O que fazer
Bem-estar	Poucas mulheres	Mobilizar mais mulheres
Aprendizado	Locomoção	Planejamento com antecedência
Fortalecimento	Cansativo	Divisão do trabalho
Coletividade	Organização	

Fonte: DUTTON, 2014.

De acordo com o grupo de mulheres, um dos pontos relevantes foi a experiência de trabalhar coletivamente. Na visão das mulheres o trabalho desenvolvido nessa perspectiva tornou o ambiente agradável e prazeroso, o que proporcionou uma sensação de bem-estar.

Reunir as mulheres, a experiência coletiva de fazer os bolos, as brincadeiras entre a gente, a venda, muito alegria no grupo (ROSILAINE, Julho/2014).

Eu senti muito especial, foi gratificante, experiência incrível poder ver o *resultado do seu trabalho* (RAQUEL, Julho/2014).

Experiência boa, o encontro foi bom, as palestras, a venda, nunca tinha vendido nada que eu fiz, por ser jovem vender o que fizemos foi muito bom (MARILAINE, Julho/2014).

Observamos em suas vozes, que o trabalho coletivo despertou novos sentidos a esse corpo feminino promoveu a autoestima e autonomia, elementos constituídos em um cenário solidário, que valoriza o trabalho da mulher na equidade, e que reconhece a força do trabalho como uma ação dialógica entre o homem e o mundo.

Para o grupo de mulheres, essas dimensões ressaltadas contribuíram para aquisição de novas aprendizagens, bem como o fortalecimento do grupo.

Foi muito bom, uma experiência em que precisei deixar marido, casa, neto, mas com vontade de progredir, na garra de fortalecer o grupo (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Acho que a gente precisa de outras coisas assim, pra reuni, e fazer junto. Pra mim foi isso, uma experiência boa que fez a gente mulheres uni mais (DUCELINA, Julho/2014).

Em relação aos aspectos negativos, o grupo de mulheres evidenciou que o número pequeno de participantes é um problema, que na concepção das mulheres é um indicativo que contribuiu para outros enfrentamentos.

Foi difícil pra ta ir lá e voltar, de bicicleta com criança pequena não dá né, porque tipo, a gente tinha que carrega também as coisas, os bolos, aí ficou complicado (MARILAINE, Julho/2014).

Como eu falei né, *faltou mais mulheres* pra participar, para ajudar, porque ai no caso *dividiria o trabalho*, um pouco produzia, outro ia lá vendia, outro participava da palestra, revezava, não ficava puxado pra ninguém. Porque vou falar, foi bom, é gostoso, mas também cansa, lá é longe foi difícil pra ir (ROSILAINE, Julho/2014).

Esses apontamentos ressaltados pela Rosilaine geraram uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, o que tornou o processo cansativo. Confirmando essa percepção, Dona Maria Auxiliadora (Julho/2014) disse,

A gente tem de se organizar melhor, porque a gente organizando não dá cansaço, foi assim um tumulto. O grupo tem que trabalhar assim, eu tinha q me desdobrar pagando a gasolina e tudo, porque a produção tava pronta, já fala assim um grupo, todos tem responsabilidade. Nós não tivemos essa organização, organização fala mais alto. [...] E as coisas ficaram muito pra mim. Por exemplo: carro pra ir tinha que eu resolver, daí eu ficava pensando e agora? Então o que ficou pra gente é tem que organizar melhor pra não ter tumulto e não ter cansaço.

Percebemos que mesmo com alguns encontros, houve uma organização desenvolvida pela prática autogestionária, com aprendizados significativos que subsidiaram a aquisição de novos sentidos para o corpo feminino. Contudo, não basta apenas obter resultados nessa esfera, é preciso pensar que o trabalho na Socioeconomia Solidária tem por objetivo principal gerar renda, para contribuir na emancipação social e humana das pessoas excluídas pela estrutura vigente.

Acreditamos que a partir desses movimentos de luta, da mobilização e organização da experiência da Socioeconomia Solidária é que o grupo de mulheres empoderaram o saber fazer coletivo para se fazer ouvir, e não mais continuarem silenciadas pelas contradições da sociedade capitalista.

Eu vejo assim, meu pensamento é assim nós mulheres, mãe de família, nós tem que se unir mesmo de verdade, juntar as nossas mãos e vamos trabalhar e mostrar pra sociedade que aqui não tem só marginais e sim tem gente de família, tem honestidade. Porque você vê lá na mídia não falam que lá na Empa tem um grupo de mulheres que esta produzindo, que lá no Empa tem um grupo de jovem que ta caminhando, ninguém fala [...]. Eu acho que nós mulheres tem que mudar isso aí, com o nosso trabalho, mostrar que nós trabalhamos (MARIA AUXILIADORA, Julho/2014).

Em uma sociedade hegemônica que não pensa o outro, que não se faz com o outro, que se faz contra o outro, competindo com o outro, que impregna o discurso do individualismo, da competitividade, emerge o grito, que sai na voz, no corpo, do ser mulher, ser trabalhadora, que demonstra os saberes que as formações da Educação Popular estão contribuindo para o empoderamento nas relações e práticas sociais de convivialidades, pois

A educação para Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora e reconhecer as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres (FBES, 2012, p.4)

Nesse caminho estão rompendo e superando a visão androcêntrica que a égide dominante impregnou, da inferioridade da mulher, das atribuições de servir, da desvalorização do seu trabalho.

Quadro V – Percepções do Trabalho Coletivo para a mulher

Categoria	Vozes/Protagonistas da Pesquisa	Incidência
Solidariedade/Cooperação	* Ajudar a companheira né! Trabalhar junto a gente pode conseguir ter uma renda e ajudar em casa; * Eu acho que uma possibilidade de trabalhar no grupo, é a parceria, a gente aprende ser companheira.	2
Educação Popular	* Se você não sabe bordar, te ensino, se você estiver nervosa com problema, o trabalho coletivo distrai, alegra.	2
Possibilidade de Renda	* Acho bom o trabalho coletivo, mais tem que ter mais mulher no grupo, para unir mais, aí é possível ter renda trabalhando junto. * Trabalhar dessa maneira, vai contribuir na renda de casa.	3
Trabalho X Família	* Acho que o trabalho coletivo desse jeito que a gente tá aprendendo, vai também facilitar a vida em casa, porque assim né, vou ter tempo de continuar fazendo as coisas em casa, como dar atenção pras crianças e vou poder trabalhar também.	4

Fonte: DUTTON, 2014.

Percebemos que os dados a todo instante se entrelaçam. As concepções das mulheres no sentido do trabalho coletivo relacionam diretamente com a da Socioeconomia Solidária, o que demonstra o aprendizado do grupo sobre os princípios dessa possibilidade de gerir a vida. De

acordo com Zart (2011, p. 45) “A socioeconomia solidária valoriza o trabalho, a cooperação, a solidariedade, a colaboração, enquanto a economia capitalista valoriza o capital, a concorrência, a competição”, contudo, esses aprendizados não suscitaram apenas nos momentos de formações, foram efetivados na convivências, nas participações, nas relações e práticas sociais concretas, nas tomadas de decisão cotidianas.

Conforme Ducelina (Agosto/2014), o trabalho coletivo “pode contribuir para a troca de experiência entre as mulheres”. Sustentando este pensamento, Rosilaine acrescenta que o trabalho coletivo para mulher,

Traz possibilidades, porque está todo mundo reunido. Porque se você não sabe a outra ensina. Por exemplo, se você não sabe bordar eu te ensino, é desse jeito com calma, não precisa correr. Porque tem mulheres que quer aprender num piscar de olhos, aí tem que acalmar ela, não é desse jeito. Se ela teve nervosa, agente brinca, ela já distrai e trabalha tranquila calma. [...] Por exemplo, eu fico pra mim pintar guardanapo, você fica pra bordar o chinelo, outra fica só para pintar a barrinha do guardanapo, assim rende. Só que assim, para isto, para ter renda, nós mulheres tínhamos que unirmos, entender, compreender e respeitar uma a outra em primeiro lugar. Porque aí vem a intriga né, como que vai ser pago a mão de obra da companheira? Aí nós tinha que ter uma pessoa pra ajudar, pra ver quanto que ia ficar pra cada uma. Porque o produto quando for vendido, o lucro como vai ser dividido? Porque a mulher não vem aqui só para fazer a produção e ir embora[...] ai temos que pensar nisso como vai ficar. No momento estamos em sete mulheres (ROSILAINE, Agosto/2014).

Segundo Culti (2004), os Empreendimentos Econômicos Solidários se apresentam como uma maneira de empoderamento das mulheres, visto que a lógica da divisão sexual do trabalho e a desvalorização é desconstruída. As mulheres, trabalhadoras, passam a ter as mesmas condições de trabalho. Compreendemos que o sistema capitalista subvertido à lógica da mercadoria, promove a opressão e a exploração configurada em diferentes espaços na contemporaneidade, enquanto a perspectiva do trabalho associado na Socioeconomia Solidária para o corpo feminino promove o resgate de humanidade, da solidariedade, da subjetividade do corpo na sua integralidade.

Para o grupo de mulheres, o trabalho coletivo também se constitui na divisão do trabalho, mas em sua ação unificada, no processo de educação promovido pelo diálogo nas trocas de saberes, na alegria em compartilhar o mesmo trabalho, na solidariedade em ajudar o outro, no reconhecimento da potencialidade do outro. Esses significados se construíram nas experiências

cotidianas, nas vivências das mulheres ao participarem da mobilização e organização de um empreendimento solidário.

Conforme Arruda (2003), a perspectiva do trabalho coletivo na ótica da solidariedade e cooperação adquire o encantamento das relações humanas, um modo de conseguir superar algumas contradições do sistema capitalista. Para o grupo de mulheres do Empa, o trabalho coletivo vai além de superar a economia capitalista, é a possibilidade de ressignificar a maneira de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Paulo Freire, a educação não é tudo, mas uma sociedade somente será transformada pela educação. Se a educação não é redentora de todos os males, a Educação Popular é fundamental e pode promover transformações nas pessoas, e essas pessoas então serão capazes de transformar a sociedade. Sustentados por essa teoria, ressaltamos que essas são apenas considerações iniciais, pois aqui não se encerram as discussões sobre o fenômeno investigado, o que nesse momento nos possibilitou, a partir do diálogo construído numa relação horizontal, compreender e evidenciar algumas pistas do processo educativo que se encontra o grupo de mulheres do Empa.

Um processo de educação que não nos remete aos conhecimentos epistemológicos somente dentro dos muros da Escola, pois, acreditamos que não é possível transformar pessoas tão somente pela teoria, se não tivermos a coragem de nos transformar a nós mesmos a partir da concretude da realidade em que estamos, nem tampouco se não compreendermos a subjetividade do outro na sua integralidade, considerando o meio no qual as suas vozes falam.

Essa concepção de educação nos embasou na investigação proposta por esta pesquisa, cujo objetivo principal foi compreender a ressignificação do corpo feminino em processo de educação a partir da produção da vida coletiva em uma experiência de organização do trabalho associado através da Socioeconomia Solidária no município de Cáceres-MT.

Por esse lado, como nos aponta o referencial teórico, entendemos que o processo de educação para ressignificação do corpo feminino ocorre nas relações dialéticas, no cotidiano, na convivialidades e no diálogo com as pessoas. Por outro lado, a pesquisa demonstrou que os conhecimentos mobilizados a partir das formações técnica e política do Projeto EMPACE foram imprescindíveis nesse processo, embora o grupo de mulheres do Empa tenha ressaltado que houve dificuldades para o entendimento de conceitos acadêmicos, essa trajetória pedagógica da Socioeconomia Solidária constituída pela Educação Popular, consubstanciou aprendizados significativos para a ressignificação do corpo feminino que ainda vivencia as contradições enfrentadas pelo ser mulher numa sociedade capitalista.

Essa dimensão do ser mulher no contexto atual da sociedade neoliberal, ainda remete o corpo feminino ao enfrentamento de trajetórias de opressão, exploração e desvalorização. Na medida em que, esse modelo hegemônico determina regras, condiciona e limita as possibilidades

do corpo da trabalhadora, embarga as suas vozes, enovela o seu corpo e se apropria da sua subjetividade a serviço do capital, as leva a enfrentarem constante precarização do trabalho, dupla jornada e fragmentação do trabalho intelectual e físico. E o corpo feminino simplesmente é submetido a materialidade disciplinada e subalternizada, uma força produtiva, uma máquina para gerar “mais-valia” pelas suas capacidades de produção, visando a atender às necessidades de acúmulo de capital.

Sabemos que a construção de um projeto alternativo viabilizado pelas práticas educativas da Socioeconomia Solidária é possível, porém, ainda há no grupo de mulheres do Empa inúmeras contradições que permeiam as práticas sociais, principalmente na falta de clareza entre os conhecimentos técnicos e políticos, saberes indispensáveis para conduzir os empreendimentos econômicos solidários que efetivamente precisam dialogar para sobreviver não somente na superação do capital, mas na condução de um novo processo societal que há nas relações sociais e de trabalho a busca pela emancipação social e humana.

Mesmo diante desses apontamentos, as mulheres protagonistas desta pesquisa ao se perceberem como sujeitos participantes do processo de organização da Socioeconomia Solidária, estão se apropriando de uma entonação de consciência crítica, em que reconhece nos pilares dessa economia uma maneira de partilhar os enfrentamentos para superá-los, uma forma de gerir a vida coletivamente, de maneira mais justa, igualitária e solidária, que reconhece, respeita e valoriza o outro. Para Freire é na concepção metodológica da Educação Popular que emerge essa criticidade, é a partir da prática que se teoriza os saberes e através dela que se torna possível a práxis.

Neste cenário, notamos que nesses dois anos de participação do grupo de mulheres na organização do trabalho associado através da Socioeconomia Solidária está ocorrendo uma desconstrução de educação que o modelo de sociedade capitalista imprimiu, de uma pedagogia opressora citada por Paulo Freire como “educação bancária”, mediada pelo anti-diálogo no silenciamento da classe oprimida, uma dinâmica que usa a educação para promover a dominação, exploração, fragmentação, cuja finalidade é centrada para internalizar técnicas de aprendizados para o mercado de trabalho a serviço do capital.

No que se refere aos objetivos específicos podemos afirmar que todos foram alcançados. Evidente que este trabalho está permeado por contradições. Mas mesmo assim, com a participação efetiva das mulheres do Empa, foi possível analisar no processo educativo a

existência ou ausência de práticas coletivas autogestionárias entre as mulheres; Identificar as contradições enfrentadas por essas mulheres que vivem numa sociedade capitalista, mas que buscam reproduzir a vida nas práticas da Socioeconomia Solidária. Identificar a concepção de corpo das mulheres, sujeitos da pesquisa, no processo de produção e reprodução da vida no contexto da Socioeconomia Solidária.

Sem dúvida, a viabilidade da experiência na organização do trabalho associado pela Socioeconomia Solidária, é um processo constituído por desafios a serem superados, são muitas as dificuldades em consolidar o grupo como um empreendimento econômico solidário, e as mulheres mostram-se preocupadas com a situação. Suas vozes demonstram saber qual é o caminho que pretendem seguir, mas, também enunciam que ainda não sabem como percorrer e chegar, seus corpos nos falam que precisam de mobilização de mais mulheres participantes e de mais formações, para que juntas possam concretizar o sonho da cozinha comunitária, o empreendimento econômico solidário que vai gerar trabalho e renda ao grupo.

Apesar disso, a pesquisa demonstrou que o processo educativo na perspectiva crítica e participativa que envolve essas mulheres pode indicar a possibilidade desse grupo, em desenvolver o trabalho associado a partir da prática da autogestão para gerar renda e dar viabilidade econômica ao grupo, pois contribuiu para aquisição de conhecimentos para dialogar, mobilizar, refletir, discutir e promover ações coletivas. Esse fato é muito relevante, por mais que seja um caminho pedagógico e político lento, parece que gradualmente o corpo feminino esta empoderando-se de autonomia, elevando a autoestima, ressignificando-o, aprendendo e ensinando outros valores. Conforme Freire (1978), ao contrário da “educação bancária” é uma prática educativa problematizadora que liberta em comunhão os homens e mulheres ao adquirir uma consciência crítica na leitura do mundo, com o mundo.

Nessa trama, verificou-se que, apesar dos conflitos, contradições e enfrentamentos, a Socioeconomia Solidária, embasada no trabalho associado pelo viés da autogestão, é uma ferramenta que permitiu a construção de novas relações sociais e de trabalho dentro do grupo de mulheres do Empa. Mas, ainda há um longo percurso de formação no processo de produzir e reproduzir a vida em coletividade, em que precisam ser desconstruídos valores hegemônicos internalizados, que somente será possível pela Educação Popular, da pedagogia crítica, elemento fundamental para fortalecer a materialidade do corpo feminino em sua subjetividade.

Dadas às considerações iniciais, até que ponto os processos pedagógicos da Socioeconomia Solidária, baseados no diálogo entre o saber da ciência e o saber popular, vão continuar ressignificando o corpo e a vida das mulheres do Empa, que vivenciam diariamente as contradições do paradigma capitalista, sustentado pelos instrumentos da sociedade paternalista e da ciência positivista? Acreditamos que esses processos serão efetivamente suficientes para a promoção da emancipação social e econômica do grupo de mulheres do Empa, na medida em que o grupo aprofundar seus conhecimentos e avançar em suas conquistas.

Por fim, entendemos que nesse processo dialógico, o corpo feminino se reconhece como agente da sua história ao mesmo tempo em que reconhece e respeita as relações e práticas sociais e de trabalho, como nos fala a trabalhadora Ducelina (Junho/2014),

[...] Nós mulheres temos que falar eu gosto de mim mesma, todo dia se você puder de manhã você se abraça. Você mesma dá aquele abraço apertado até onde seu braço vai mesmo, você se sente aquele aconchego, o calor dos seus próprios braços, você se sente acolhida de novo aconchegada com seu próprio organismo. Ai por exemplo, você que esta esperando a neném, ai você dá um abraço nela também, você se sente acalentada, através do sentimento de mãe, de mulher. Nós mulheres temos que nos valorizar, nós mulheres temos que se fortalecer a si mesma a cada dia, você se olha no espelho e fala eu me amo. Cada momento seu, você fala eu me amo, você tem que falar eu sou vitoriosa, eu consegui vencer mais esse dia.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. M.; **A Economia Solidária é Feminina?** Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a Perspectiva de Gênero. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: Anteag, 2000.
- ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia Solidária.** In: CATTANI, A. D.(org). A outra Economia. Porto Alegre, 2003.
- _____. **Trabalho Emancipado.** In: CATTANI, A. D. (org) A outra Economia. Porto Alegre, 2003.
- _____. **Situando a Economia Solidária.** Cadernos FLEM, nº5, 2003.
- _____. **Um novo humanismo para uma nova economia.** In: KRAYCHETE, G. et.al (orgs) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Vozes, Petrópolis-RJ, 2000.
- BASBAUM. L. **Alienação e humanismo.** São Paulo, Edições Símbolo, 1977.
- BONILHA L.R. RIVORÊDO C.R. **Puericultura:** duas concepções distintas. Jornal de Pediatria. Vol. 81, Nº1. Rio de Janeiro, 2005.
- BORGES, J.L. et al. (orgs). **Educação e Socioeconomia Solidária:** Perspectivas para o desenvolvimento local. CRV: Curitiba-PR, 2011.
- BORINELLI, B. et al. **Economia Solidária em Londrina:** aspectos conceituais e experiência Institucional. Londrina: UEL, 2010.
- BRANDÃO, C. R. **Escritos Abreviados:** educar: ousar utopias da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. Série cultura, educação 6. São Paulo, SP, 1980.
- _____. **Diário de Campo.** A Antropologia como Alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. (Org). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense S.A. 1991.
- _____. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa:** um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2006.
- BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. **A Pesquisa Participante e a partilha do saber:** uma introdução. (Orgs). Pesquisa Participante: o saber da partilha. 2. Ed. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

CATTANI, A.D. **Autonomia Emancipação Social**. In Dicionário de Trabalho e tecnologia. Editora UFRGS. Porto Alegre, RS, 2006.

_____. **Emancipação social**. In: CATTANI, A. D. et al. (orgs): Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

CHAVES, D.F.; PINTO, M.J. **Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento regional**. Revista T&C Amazônia, Ano V, nº10, Fevereiro, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COELHO, L. **Economia Feminista**. In CATTANI, A. D. (org.) **A outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

CONAES. **3ª Conferência Nacional de Economia Solidária: Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão**. Brasília-DF, 2014.

CORBIN, A.; COURTRINE J.J.; VIGARELLO, G. **História do Corpo. Da Revolução à Grande Guerra**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

COSTA, Bianca A. Lima. **Em busca de autonomia: a trajetória de mulheres na economia solidária**. Mestrado. Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

CULTI, M. N. **Mulheres na economia solidária: Desafios sociais e políticos**. Artigo apresentado no IV Congresso Europeu CEISAL de Latino americanistas em Bratislava-República Eslovaca, 2004.

DAL RI, N. M. (org). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

DAOLIO, J. **Da Cultura do Corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DHOQUOIS, R. **O direito do trabalho e o corpo da mulher (França Séculos: XIX e XX). Proteção da produtora ou da reprodução?** In, MATOS, M.I. S; SHOIHET, R (orgs). O corpo feminino em debate, São Paulo: UNESP, 2003.

FBES. **As Mulheres e a Economia Solidária: subsidio para o debate para a V Plenária Nacional de Economia Solidária**. GT Mulheres do FBES. Luziânia-GO, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Histórica da violência nas prisões**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. **Educação:** como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

_____. **Cartilha de Educação Popular.** 2.ed. São Paulo. Equipe Todos os Irmãos, 1985.

_____. **Conscientização Teoria e Prática da Libertação:** Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Política e educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez; 2001.

_____. **Educação e mudança.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, S/A.

_____. **Ação cultural para liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Carta de princípios da Economia Solidária-** FBES. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Junho/2013. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br>>. Acesso em Agosto 2014.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs). **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, L.I. **Caderno CRH.** Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L.I.; LAVILLE, J.L. **Economia Solidária.** In: CATTANI, A.D. et. al.(org). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo, 2009.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GOELLNER, S. V. A. **A produção cultural do corpo.** In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. V (org) **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOMES, A.F. **O outro no trabalho:** Mulher e Gestão. Revista de Gestão USP, São Paulo, v.12, nº3, 2005. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad>.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir:** corporeidade e educação. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo:** antropologia e sociedade. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2003.

_____. LE BRETON, D. **A Sociologia do corpo**. Editora Vozes. Petrópolis- Rio de Janeiro, 2007.

LÜDKE; M.; ANDRÉ, D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANCIE, André E. **Constelação Solidarius: As fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo, R do Sul 2008.

MARX, K. **O Capital, Crítica da Economia Política**. V.1. Nova Cultura. São Paulo-SP, 1996.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MEDINA, J. P. S. **O brasileiro e seu corpo: Educação e política do corpo**. 2ª Ed. Campinas, SP. Papirus, 2005.

MENDES, E.P; ZART, L. L (orgs). **PROJETO EMPACE: Participação e Controle Social na Efetivação das Políticas Públicas no Município de Cáceres. Mobilização e Organização Comunitária no Empa. Cáceres, MT. Informativo Atitude 1ª Ed, 2013.**

MOREIRA, W.W. **Século XXI: A Era do Corpo Ativo**. Papirus. Campinas, SP, 2006.

MOTHÉ, D. **Autogestão**. In: CATTANI, A.D. et.al. (orgs) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

_____. In: HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**, 2009.

MURARO, R.M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NARVAZ, M.G; KOLLER, H.S. **Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa**. Revista Psicologia e Sociedade; 18 (1):49-55, 2006.

OLIVEIRA, R.P. **A Socioeconomia Solidária e a UNIVENS**. Pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação UNEMAT, 2012.

PICOLI, F. **O Sistema Capitalista Agoniza e não é solidário**. In: ZART, L.L (Org). **Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**. Ano I, Vol. I. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas,1999.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de lutas ou “Coordenadoras de Painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. UNESCO. Brasília-DF, 2000.

SÁNCHEZ G., S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2º ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANT'ANNA, D.B. In: SOARES, C. L. (org). **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

SANT'ANNA, D. B. de. **É possível realizar uma história do corpo?** In: SOARES, Carmen Lucia (org). **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. C.F.; GAMBOA, S. S. (orgs). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SANTOS, J. C. **Educação Ambiental e Socioeconomia Solidária: a persistência nas maneiras alternativas de entender a vida**. In ZART, L. L.; SANTOS, J. C: **Educação e Socioeconomia Solidária, Interação Universidade Movimentos Sociais**. Cáceres-MT: UNEMAT, 2005.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ., v.12, n.34, p.152-180, jan./abr. 2007.

SENGER, N., E. ; SGUAREZI, S. B. **Educação e socioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local**. Vol. 6. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/Editora UNEMAT: Curitiba, 2011. ISBN 978-85-8042-061-6. p. 25-39.

SGUAREZI, S. B.; **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Área de Concentração: Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2010.

_____. **Processos Grupais e Autogestão: uma análise acerca dos empreendimentos associativistas na gleba do triângulo em Tangará da Serra/MT**. In: Zart, L.L; et. al. (orgs). **Educação e Socioeconomia Solidária. Processos organizacionais socioeconômicos na economia solidária**. (Vol.3). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2009.p.67-85.

SINGER P. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Vozes: Petrópolis, RJ, 1998.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados v.18 no. 51, 2004.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, C. L. (Org). **Corpo e História**. Campinas, SP. Autores Associados, 2006.

_____. (Org). **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

SOUZA, D. **Pesquisa participante: processo de valorização da identidade cultural e participação política na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote no bairro jardim oliveira** – Cáceres-MT, 2014.

STRECK, D. R. **Pesquisar é pronunciar ao mundo: notas sobre método e metodologia**. In: BRANDÃO, C. R; STRECK, D. R. (orgs). **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. Aparecida. SP: Idéias e Letras. 2006.

SCHÜTZ; G. D.; GAIGER, L. I. O mister de reaprender os vínculos entre a economia e a vida social. In: ZART, L., L.; SANTOS, J, C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade–Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2006. p.50-64.

ZART, L. L. **Concepções filosóficas e organizacionais da socioeconomia solidária**. In SGUAREZI, S.B.; BORGES, J.L. (Orgs). **Educação e Socioeconomia solidária: Práxis educacional e desenvolvimento social**. CRV: Curitiba-PR, 2011.

_____. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica/UNICAMP. Campinas-SP, 2012.

_____. **As possibilidades de construir uma sociedade alternativa: a sócio - economia solidária**. In: ZART, L.L (Org). **Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**. Ano I, Vol.1 Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2004.

WISMNN, C. L. et.al. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: Círculo de cultura e qualidade da educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

APÊNDICE I - IMAGENS GRUPO DE MULHERES DO EMPA

Produções de Artesanatos Grupo de Mulheres do Empa



Grupo de Mulheres no Encontro Economia Solidária Cacerense



Retrato do Corpo Feminino



Mística Ser Mãe



Corpo Feminino: Grupo de Mulheres - Roda de Conversa



APÊNDICE II- TERMO DE VALIDAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES DO EMPA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO NO PROCESSO EDUCATIVO DE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA EM COLETIVIDADE

Após a leitura integral do referido trabalho assinamos o TERMO DE VALIDAÇÃO conforme expressa o RESUMO: Após Vivenciamos uma crise global sem precedentes nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Essa crise resulta da capacidade de resiliência do sistema hegemônico em reconfigurar formas de exploração instituídas pelas múltiplas facetas do capitalismo. Desde os fins do século XIX a sociedade hegemônica submete o homem e a natureza às relações sociais e de trabalho de desigualdade social caracterizada pela exploração, opressão e alienação, empobrecendo o modo de produzir e reproduzir a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Com esse modo de produção estruturado na propriedade privada dos meios de produção de bens que estimula o consumismo regido pela égide capitalista em sua materialidade desvaloriza e desrespeita o corpo do trabalhador, fragmentando-o em sua subjetividade. Nessa trama, emergem um conjunto de alternativas e práticas denominadas em seu conjunto de Socioeconomia Solidária. Centrada na organização coletiva, solidária e autogestionária essa iniciativa traz um novo olhar para a geração de trabalho e renda que carrega a possibilidade de ressignificação do corpo. Esse contexto justifica o objetivo dessa pesquisa, de compreender é compreender a ressignificação do corpo feminino em processo de educação a partir da produção da vida coletiva em uma experiência de organização do trabalho associado pela Socioeconomia Solidária no município de Cáceres-M. Para a compreensão desse fenômeno, buscamos as bases teóricas em autores como: Karl Marx, Singer, Arruda, Brandão, Soares, Medina, entre outros. A pesquisa se sustentou pela abordagem de pesquisa qualitativa, embasada na técnica da Pesquisa Participante por entender que este método de investigação possibilita o compromisso social do pesquisador com grupo pesquisado e no seu contexto. As protagonistas, sujeitos da pesquisa são as mulheres que compõem o Grupo de Mulheres do Empa, um bairro periférico do município de Cáceres-MT. Os principais instrumentos utilizados foram os estudos bibliográficos, observação participante, questionário socioeconômico, entrevista semiestruturada e Rodas de Conversa. Os resultados preliminares demonstraram que o Grupo de Mulheres do Empa, caracteriza-se como um grupo informal que se encontra em processo de organização para o trabalho associado. Nessa trama de contradições e enfrentamentos contra hegemônicos à subserviência do capital, o corpo feminino em debate por meio do diálogo nas relações e práticas sociais cotidianas, acredita que a Socioeconomia Solidária é uma alternativa para que as mulheres através da autogestão e do trabalho associado possam garantir o próprio trabalho e gerar a própria renda, em uma via que as permitam, no seu contexto, gestar a harmonia da vida. Observamos que essas mulheres trazem consigo na subjetividade do corpo feminino a concepção ontológica da mulher responsável pela organização da casa, dos afazeres domésticos, da dedicação aos filhos e ao esposo e também ao trabalho. Evidenciamos que o Grupo de Mulheres do Empa apresenta relações sociais dialógicas permeadas por princípios solidários e coletivos no modo de produzir a vida. Percebemos que esse corpo feminino em processo de educação, encontra-se mais autônomo e participativo, numa dinâmica de ressignificação em busca de emancipação social. Mas, ainda há um longo caminho à percorrer. Essa ressignificação do corpo passa por construir contra hegemonia e desconstruir

valores hegemônicos internalizados, e nesse processo a Educação Popular é fundamental para a ressignificação do corpo feminino, para que se fortaleça e se materialize a perspectiva da Socioeconomia Solidária embasada no trabalho associado pelo viés da autogestão.

Portanto, declaramos conhecimento dos resultados da pesquisa e concordamos com a publicação do trabalho no seu inteiro teor, cedendo todos os direitos, inclusive autorais para publicação científica de qualquer natureza.

Certa de que os resultados da pesquisa devem contribuir para o fortalecimento e para a consolidação da Socioeconomia Solidária no Estado de Mato Grosso nos colocamo-nos a disposição para eventual esclarecimento.

Cáceres, 20 de janeiro de 2015.

NOME	ASSINATURA
Ducelina Rufino da Silva Rodrigues	
Laura Catarina Alves dos S. Ferrarezzi	
Maria Auxiliadora Ramos da Silva	
Marilaine Benedita Ramos	
Raquel Martins dos Santos	
Rosilaine Benedita Ramos	
Silvia de Arruda Nascimento	

APÊNDICE III - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Conte-me sobre você (sua história de vida: onde nasceu, pais, irmãos, escola, casamento, filhos)
2. Como Chegou à Comunidade Empa - Jardim das Oliveiras?
3. Já trabalhou? Onde? Com que regime de trabalho?
4. Há quanto tempo está no grupo?
5. Como ficou sabendo do grupo?
6. Quando você participa das atividades do grupo, seus filhos ficam onde?
7. Quais são as práticas sociais coletivas construídas pelo grupo na comunidade?

APÊNDICE IV - QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONOMICO

1. DADOS PESSOAIS

1. 1.Nome: _____
1. 2.Onde nasceu: _____
1. 3.Origem familiar: () Cabocla, () Portuguesa, () Africana, () Italiana, () Alemã, () Indígena, () Miscigenado
1. 4.Sexo:() M () F
1. 5.Idade: _____ Data de Nascimento: _____
1. 6.Estado Civil: () casado(a), () solteiro(a), () amasiado(a), () separado(a), () viúvo(a)
1. 7.Quais desses documentos você possui? () Certidão de Nascimento () RG/carteira de identidade () CIC/CPF () Título de Eleitor
1. 8. Qual sua religião? Praticante? _____
1. 9.Sabe ler e/ou escrever? () Sim () Não
1. 10. Você já estudou? () Sim () Não Até que série estudou? _____
1. 11. Tem interesse em continuar a estudar? () Sim () Não () Não sei
- **Se sim**, qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando?(Marque apenas uma resposta) () Conseguir um emprego. () Progredir no emprego atual. () Conseguir um emprego melhor. () Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado. () Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.
 - **Se não, por quê?** _____

2. DADOS FAMILIARES

- 2.1 Quantas pessoas moram com você? :
- 2.2 Quantas dessas trabalham?
- 2.3 O que elas são suas? _____
- 2.4 Você tem casa? () sim () não De que tipo é sua casa: () própria () alugada () de favor () emprestada () outros: _____
- 2.5 Tem filhos? () Sim () Não Quantos? _____
Sexo: _____ Idade: _____
- 2.6 Seus filhos estudam? () sim () Não

3. CÔNJUGE

- 3.1 Ocupação: _____
- 3.2 Tem carteira assinada? () Sim () Não Se sim, quanto tempo? _____
- 3.3 Grau de escolaridade: _____
- 3.4 Como seu companheiro vê a sua participação no grupo?

4. HISTÓRICO PROFISSIONAL E RENDA

4.1 Que tipo(s) de serviço(s) você já fez? Onde trabalhou? Teve carteira assinada ou não? De qual gostou mais, menos e mais ou menos?

TIPOS DE SERVIÇO	LOCAL	CARTEIRA ASSINADA

4.2 Você ou alguém (quem) da sua família recebe algum benefício do governo?

Seguro desemprego () quanto tempo _____
 Aposentadoria (); Pensão (); Bolsa Família ()

4.3 Qual a renda mensal da família?

() 1 Salário Mínimo () 1 1/2 Salário Mínimo
 () 2 Salário Mínimo () acima de 2 Salário Mínimo

APÊNDICE V - ROTEIRO TEMÁTICO DAS RODAS DE CONVERSA

1º Eixo Temático – Concepção de Corpo Feminino

1. O que é ser mulher na sociedade atual?
2. Como você se concebe enquanto mulher?
3. Qual a importância da mulher no trabalho?

2º Eixo Temático – Grupo de Mulheres

1. Como foi o processo de formação do grupo de mulheres do Empa?
2. Quais foram as formações em que participaram com o grupo?
3. Quais foram os motivos pela evasão das mulheres do grupo?
4. Durante as formações técnica e teórica, quais foram as maiores dificuldades?

3º Eixo Temático – Socioeconomia solidária: trabalho associado e autogestão

1. O que vocês compreendem como economia solidária?
2. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo para desenvolver o trabalho associado?
3. Quais são as possibilidades do trabalho coletivo e da autogestão para a mulher?
4. O que você espera participando de um grupo na perspectiva da economia solidária?